



Estado do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA

**GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DE
TERRITÓRIOS IMPACTADOS POR USINAS
HIDRELÉTRICAS NO BRASIL**

Sandra Finkler

Toledo – Paraná – Brasil

2022



Estado do Paraná

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA**

**GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DE TERRITÓRIOS IMPACTADOS
POR USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL**

Sandra Finkler

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/*Campus* Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Douglas André Roesler

DEZEMBRO 2022

Toledo – PR

Finkler , Sandra

GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DE TERRITÓRIOS IMPACTADOS POR
USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL / Sandra Finkler ;
orientador Douglas André Roesler . -- Toledo, 2022.
134 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de
Engenharias e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais, 2022.

1. Governança . 2. Desenvolvimento Territorial . 3.
Desenvolvimento Sustentável . 4. Território . I. Roesler ,
Douglas André , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sandra Finkler

“Governança das organizações de territórios impactados por usinas hidrelétricas no Brasil”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – Mestrado, do Centro de Engenharias e Ciências Exatas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, pela Comissão Examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas André Roesler
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Presidente)

Prof^a. Dr^a. Bárbara F. Cardoso Bauermann

Prof. Dr. Jonhey Nazario Lucizani

Aprovada em: 19 de novembro de 2022.

Local de defesa: Via remota.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha mãe Carmen Finkler (in memoriam). A sua garra, a sua luz, a sua sabedoria que apesar de ter partido há quase 30 anos, sempre foi uma pessoa iluminada, que auxiliou muitas pessoas na sua vida; doadora de amor, de sabedoria, afeto aos que mais precisavam. Educadora ambiental quando não se falava ainda em preservação há 40 anos atrás. Tanto é sua bravura que é reconhecida até os dias de hoje por sua dedicação na comunidade do município de Céu Azul.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor orientador Douglas André Roesler, que me instigou a fazer o mestrado, mesmo quando eu não acreditava mais em mim mesma, e me influenciou a me inscrever na seleção, bem como, me apoiou e acreditou no meu potencial.

A minha filha Sarah Beatriz Scoassabia, que é a minha razão de viver, - que, quando falei em voltar a estudar, me apoiou, e sempre está junto comigo me dando força, acreditando em mim. E pelos meus filhos de coração, Carla Melissa Pancera Harst e Douglas Rossi Scoassabia, pois me consideram mãe, me respeitando, e sempre estão juntos, com muito amor, mesmo não vindo de mim.

A Berenice Kunkel, que é minha companheira de trabalho, e me auxiliou em muitos momentos dando apoio, auxiliando na coleta de dados, e me dando suporte para que eu pudesse escrever essa dissertação. E seu marido Eguinaldo Marques da Silva que me auxiliou transformando rabiscos em desenhos gráficos.

À Mãe Lucia e Pai Douglas, Angélica e os guias espirituais da Casa de Luz de Vovó Maria Conga da Umbanda que acreditam em mim e também me fortaleceram para que eu assumisse esse desafio.

A Deus, por ter colocado essas pessoas na minha vida, as quais me fortalecem, me direcionam e acima de tudo acreditam no meu potencial.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1. TERRITÓRIO.....	18
1.2. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	20
1.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
1.4. ODS – OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
1.5. IMPACTOS DE BARRAGENS DE USINAS HIDRELÉTRICAS.....	29
1.5.1. Impacto na Instalação de Hidrelétricas no Brasil.....	30
1.6. GOVERNANÇA	33
1.7. ORGANIZAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO	38
1.7.1. Organizações do Terceiro Setor	40
1.8. POLÍTICAS PÚBLICAS	42
1.9. REDES DE COOPERAÇÃO	43
CAPÍTULO II	
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	50
2.1. REFERENCIAL METODOLÓGICO	50
2.1.1. Pesquisa Bibliográfica.....	51
2.1.2. Pesquisa Descritiva	53
2.2. VARIÁVEIS	54
2.3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	55
CAPÍTULO III	
GOVERNANÇA NAS ORGANIZAÇÕES DE TERRITÓRIOS IMPACTADOS POR USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL	57
3.1. USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL	57
3.2. ORGANIZAÇÕES DECORRENTES DE ÁREAS ALAGADAS....	58
3.2.1. Nacionais	58
3.2.2. Organizações Territoriais	59

3.3. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ATIVAS....	69
3.3.1. Organização e seus Municípios	69
3.3.2. Estrutura das Organizações	71
3.3.3. Ações e Serviços das Organizações.....	77
3.3.4. Objetivos e Finalidades das Organizações	81
3.3.5. Visão Geral das Organizações	84
3.3.6. Governança das Organizações de Territórios Impactados por Usinas Hidrelétricas no Brasil.....	85
CAPITULO IV	
GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS	87
4.1. GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	89
4.2. REDES NA GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO.....	90
4.3. MODELO DE INDICADORES PARA A GOVERNANÇA EM REDES.....	91
4.4. MODELO DE GOVERNANÇA COM REDES DE COOPERAÇÃO.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	111
APÊNDICES	115

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

- ALAGO – Associação dos Municípios do Lago de Furnas
- AMAG – Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas
- AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
- AMBASP – Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí
- AMEG – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande
- AMIU – Associação dos Municípios Impactantes por Usina do Norte de Mato Grosso
- AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina
- AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba
- AMVE – Associação de Municípios do Vale Europeu
- AMULBI – Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá
- AMUSUH – Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- APESC – Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina
- CDU - Classificação Decimal Universal
- CINDEPAR – Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná
- CIS – Consórcio Intermunicipal de Saúde
- CIMAG – Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Circuito das Águas
- CIMBASP – Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí
- CIMEG – Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Médio Rio Grande
- CIMVI – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
- CFURH – Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNM – Confederação Nacional de Municípios
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- COMLAGO – Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias

COMPART – Consórcio dos Municípios Paraenses Alagados pelo Rio Tocantins

COMSEG – Consórcio Municipal de Segurança Pública

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

FECAM – Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

GCE – Gestão e Comercialização de Energia

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IFAC - *International Federation of accountants*

LINDEIROS – Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OPE – Orçamento Padrão Eletrobrás

PDE – Plano Decenal de Expansão de Energia

PNE – Plano Nacional de Energia

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RH – Recursos Humanos

TSD – Tratamento Superficial Duplo

UHE's – Usinas Hidrelétricas

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Página
Figura 01 – Ambiente Interno e Externo de uma Rede.....	46
Figura 02 – Interação para a Inovação	47
Figura 03 – Mapa com as Usinas Hidrelétricas no Brasil	61
Figura 04 – Usina de Peixoto	64
Figura 05 – Usina de Furnas.....	64
Figura 06 – Usina de Campos Novos	65
Figura 07 – Usina de Vale do Parnaíba	65
Figura 08 – Usina de Cachoeira Dourada e Emborcação	66
Figura 09 – Usina de Itumbiara e São Simão	66
Figura 10 – Usina de Salto	67
Figura 11 – Usina de Salto Pilão	67
Figura 12 – Usina de Itá	68
Figura 13 – Usina de Itá e Machadinho	68
Figura 14 – Usina de Itaipu Binacional.....	69
Figura 15 – Formulário de Acompanhamento ODS/Indicadores	92
Figura 16 – Formulário por Ação.....	92
Figura 17 – Planilha de Acompanhamento das Redes.....	93
Figura 18 – Modelo Organograma.....	95
Figura 19 – Modelo Proposto de Governança com utilização de redes.....	97
Figura 20 – Modelo de Atuação das Redes de Cooperação.....	99

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 01 Bibliografia Utilizada	51
Quadro 02 Variáveis.....	54
Quadro 03 Organizações Territoriais não Inclusas.....	59
Quadro 04 Organizações e suas Localizações	62
Quadro 05 Organizações, Siglas, Número de Municípios Abrangidos e Órgãos que Compõe o Quadro de Associados	70
Quadro 06 Formas de Contribuição e Estrutura de RH.	71
Quadro 07 Parceiros	73
Quadro 08 Organizações e Documentos Jurídicos	74
Quadro 09 Formas de Gestão	75
Quadro 10 Parceria com Consórcios	76
Quadro 11 Atividades e Grupos Definidos	78
Quadro 12 Assessorias e Serviços I.....	79
Quadro 13 Assessorias e Serviços II	80
Quadro 14 Programas	81
Quadro 15 Desenvolvimento Regional x Desenvolvimento Municipal	82
Quadro 16 Administração Pública e Formas de Apresentar no Estatuto	83
Quadro 17 Temas Relevantes	83

RESUMO

Finkler, S. **Governança das Organizações de Territórios Impactados por Usinas Hidrelétricas no Brasil**. 19 de novembro de 2022, 134 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Defendida em 19 de novembro de 2022. Plataforma Team.

A dissertação Governança das Organizações de Territórios Impactados por Usinas Hidrelétricas no Brasil, apresenta um estudo sobre as governanças territoriais existentes em áreas impactadas por barragens criadas para a geração de energia hidrelétrica. O objetivo foi identificar as organizações existentes em territórios alagados por usinas hidrelétricas e o funcionamento destas organizações no território, bem como o seu funcionamento e os formatos de organizações mais usuais. Através dos dados coletados e a comparação dos mesmos pode-se verificar que há poucas organizações criadas para o desenvolvimento territorial em áreas impactadas. A metodologia utilizada foi de coleta de dados secundários de documentos já existentes e bibliografias ligadas aos temas propostos. Dentre as duzentas e dezenove usinas hidrelétricas existentes no Brasil, apenas quinze organizações foram identificadas, e destas, apenas dez organizações tinham as características procuradas, sendo estas localizadas em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Entre as 10 organizações analisadas, verificou-se que nove são associações sem fins lucrativos e uma é consórcio. Nove são formadas apenas por prefeituras e uma possui também em seu quadro social câmaras de vereadores e associações comerciais. Notou-se através dos dados coletados que, aquelas que possuem salas de projetos e trabalham em parceria com consórcios multifinalitários são as que melhor desempenho apresentam. Com os dados do funcionamento destas organizações e com o embasamento teórico focado em território, desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, governança, políticas públicas e redes, buscou-se apresentar um modelo de governança com a utilização de redes de cooperação, dos ODS e a agenda 2030 que é uma proposta global de desenvolvimento, envolvendo todos os atores do território, buscando melhores resultados para o desenvolvimento. O último capítulo apresenta o modelo de governança territorial com a utilização das redes de cooperação técnica como ferramenta chave para o melhor desempenho das organizações criadas para o desenvolvimento de um território.

Palavras Chave: Governança; Território; Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Sustentável; Redes.

ABSTRACT

GOVERNANCE OF ORGANIZATIONS IN TERRITORIES AFFECTED BY LARGE HYDROELECTRIC PLANTS IN BRAZIL

Finkler, S. **Governance of Organizations of Territories Impacted by Hydroelectric Power Plants in Brazil**. November 19, 2022, 134 sheets. Master's Dissertation – University of Western Paraná – UNIOESTE. Defended November 19, 2022. Platform Team.

This dissertation *Governance of Organizations of Territories Impacted by Hydroelectric Plants in Brazil*, presents a study on the existing territorial governances in areas impacted by dams created for the generation of hydroelectric energy. The objective was to identify existing organizations in territories flooded by hydroelectric power plants and the functioning of these organizations in the territory, as well as their functioning and the most common organization formats. Through the data collected and their comparison, it can be seen that there are few organizations created for territorial development in impacted areas. The methodology used was the collection of secondary data from existing documents and bibliographies related to the proposed themes. Among the two hundred and nineteen existing hydroelectric power plants in Brazil, only fifteen organizations were identified, and of these, only ten organizations had the characteristics sought, which are located in Minas Gerais, Paraná and Santa Catarina. Among the 10 organizations analyzed, it was found that nine are non-profit associations and one is a consortium. Nine are made up only of city halls and one also has city councils and trade associations in its membership. It was noted through the collected data that those that have project rooms and work in partnership with multipurpose consortia are the ones that present the best performance. With data on the functioning of these organizations and with the theoretical basis focused on territory, territorial development, sustainable development, governance, public policies and networks, we sought to present a model of governance with the use of cooperation networks, the SDGs and the agenda 2030, which is a global development proposal, involving all actors in the territory, seeking better results for development. The last chapter presents the territorial governance model with the use of technical cooperation networks as a key tool for the best performance of organizations created for the development of a territory.

Keywords: Governance; Territory; Territorial Development; Sustainable development; networks.

INTRODUÇÃO

A Dissertação Governança das Organizações de Territórios Impactados por Usinas Hidrelétricas¹ é um estudo no qual se buscou demonstrar as organizações existentes nos territórios que foram modificados pela construção de barragens para a produção de energia elétrica, apresentando a pesquisa realizada com as organizações e apresenta um modelo de governança que pode ser adotado por estas áreas impactadas.

Dentro das questões que caracterizam a globalização, ou resultam dela, a temática ambiental é, sem dúvida, um dos grandes temas do século XXI, pois diz respeito aos limites da exploração da natureza pelo homem, uma questão que afeta a todos. Devido a esse fato, a grande maioria das nações do mundo passa a reconhecer a emergência dos problemas ambientais. A destruição da camada de ozônio, acidentes nucleares, alterações climáticas, transporte de resíduos perigosos, poluição hídrica e atmosférica, pressão populacional sobre os recursos naturais e a perda da biodiversidade, são algumas das questões a serem resolvidas por cada uma das nações do mundo (CARVALHO, 2002).

Neste enfoque, em 2015, a Organização das Nações Unidas - ONU, propôs, após três anos de debates, a substituição dos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para a agenda 2030, a qual adota os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 160 metas a serem cumpridas de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2030.

A preocupação com a natureza, com a degradação ambiental, pela qual a ameaça na continuidade da vida na terra, já vem sendo questionada por muitos pesquisadores, e que ao longo da evolução da história, “o homem tem sido o maior responsável pela destruição da natureza...”, com a exploração irracional dos recursos naturais, poluição, desmatamento, a degradação e a agressão ao ambiente natural estão atingindo níveis complicados, e que necessitam de intervenções (NEIMAM, 1991, p.3-4).

¹ Hidroelétricas e hidrelétricas são palavras sinônimas e consideradas corretas para descrever usinas de geração de energia; neste trabalho será utilizado hidrelétrica, conforme adotado no PNE - Plano Nacional de Energia.

A dissertação, apresenta as organizações que foram criadas nos territórios impactados por construção de usinas hidrelétricas, e em como a governança está instituída nestas organizações. Buscou-se identificar organizações que foram criadas em territórios impactados por barragens de usinas hidrelétricas e entender a sua forma de atuação. Como estão em áreas diretamente modificadas ambientalmente, esses territórios são únicos e com características diferenciadas.

Considerando Neimam (1991), os impactos socioambientais causados pela construção de barragens são tão, ou quão graves, quanto a questão físico ambiental, causando na população repulsa e descontento com as empresas hidrelétricas que se instalam. O homem destrói tanto ou mais do que constrói, principalmente se tratando da relação homem versus natureza.

A comunidade é de suma importância para a preservação dos reservatórios. O mau uso das águas represadas e a não preservação das encostas diminui a sua vida útil, causando prejuízos às empresas de geração de energia. Com bases sustentáveis é possível realizar um melhor manejo das áreas, preservando o ambiente ao seu redor, bem como, manter o potencial desenvolvimento e satisfazer as necessidades e aspirações de gerações futuras, garantindo a sobrevivência dos seres vivos de modo geral (PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, 2002).

Para garantir o melhor manejo de desenvolvimento com a preservação da natureza, a governança é essencial para organizar um território de forma ordenada e clara, buscando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A nova gestão pública propõe a governança como sendo o melhor caminho compartilhando os métodos de gestão da iniciativa privada às esferas públicas de forma a ampliar e melhorar a governabilidade, e desenvolver um território (ELENA e OLAVE, 2017).

Segundo Martinelli e Joyal (2004), existem alguns fatos importantes a considerar para a governabilidade de um território, e apresentam como diferencial a criação de uma identidade de pertencimento territorial e social, uma cultura de responsabilidade pública, instigando o surgimento de organizações que possam atuar no desenvolvimento deste território, através da cultura de trabalhar em redes mobilizando o conhecimento e a prática da troca de informações, buscando novos projetos e planos para enfrentar a fragmentação territorial.

Partiu do pressuposto que existiam muitas organizações com governanças estruturadas para o desenvolvimento sustentável nas áreas impactadas por usinas hidrelétricas; inicialmente buscou identificar quantas usinas hidrelétricas existem no Brasil. Conforme dados da ANEEL², existem 219 usinas hidrelétricas instaladas no Brasil, contudo em pesquisa a vários sites e órgãos, não foi identificado o nome destas usinas e nem as localizações. Apenas teve-se acesso a uma lista com 179 usinas hidrelétricas e suas localizações através da AMUSUH³ (Anexo A), para fins desta pesquisa foi a lista utilizada.

Buscou-se através da lista de usinas, identificar em quais territórios havia algum tipo de organização para o desenvolvimento territorial, e criar uma lista de pesquisa sobre a governança destas organizações.

O objetivo deste estudo foi identificar as organizações existentes nos territórios alagados por usinas hidrelétricas e o funcionamento destas organizações no território; os formatos de organizações mais usuais; e com os dados sobre o funcionamento das mesmas, buscou-se apresentar modelo de governança no sentido de contribuir no desenvolvimento dos territórios impactados por usinas hidrelétricas.

Partiu do pressuposto da existência de muitas organizações nestas áreas alagadas, contudo verificou-se um baixo número de organizações atuantes, algumas, apenas criadas, sem ações contínuas, o que levou o estudo a pesquisar todas as organizações com informações encontradas.

Este estudo está estruturado em forma de capítulos, com fundamentação teórica, abordando Território, Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Sustentável, Governança e temas transversais que embasarão o modelo proposto, como as ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda 2030 e redes de cooperação; na metodologia, apresenta-se a forma adotada para a averiguação dos dados propostos e a apresentação. O capítulo III apresenta os resultados obtidos pela pesquisa realizada, e o capítulo IV apresenta um modelo de governança que possui como ferramenta principal as redes de cooperação para o desenvolvimento.

² ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

³ AMUSUH – Associação Nacional dos Municípios Sede de Usinas Hidrelétricas e Alagados.

CAPITULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. TERRITÓRIO

Para melhor entender sobre as governanças territoriais que sofreram interferência com a construção de barragens para a produção de energia é essencial aprofundar alguns temas pertinentes. Entender o que é o Território e como ele é reconhecido é importante para poder compreender sobre como acontece a governança nos territórios impactados.

O território é um lugar onde pode-se encontrar as manifestações, as ações, as paixões, as forças, as fraquezas e o poder e, em consequência, é onde a história do homem acontece, marcada pelas ações que são desenvolvidas por estes (SANTOS, 2011).

O território se configura em um espaço onde as pessoas e, ou, atores da sociedade exercem alguma relação de poder, de apropriação de um espaço através da dominação, além de uma fronteira geográfica (RAFFESTIN, 1993).

O espaço-território diferencia-se do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. O território não se opõe ao espaço-lugar funcional. Ele o complexifica, constituindo uma variável explicativa suplementar. (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p.34)

A definição de território pode ser muito ampla, pois pode agregar não só um espaço geográfico, mas uma manifestação, seja cultural, seja econômica e, ou, política em um território. Assim, a compreensão de território dependerá da abordagem que será utilizada, bem como do estudo que ele estará inserido. Pena, aborda também os território-rede, onde os espaços não são interligados, que com o avanço da tecnologia e a globalização, existem: “redes internacionais de territórios, sejam elas referentes a práticas lícitas ou ilícitas, exercidas sobre certo comando ou domínio.” (PENA, 2022).

O território é alvo de definições diferentes e vários debates. Não é construído apenas por suas fronteiras, pois nem sempre essas fronteiras são visíveis e, ou, precisas. O território é formado, principalmente, pelas suas relações estruturais e simbólicas, e muitas vezes, de poder, que garantem a sua dinamicidade e sua existência (PENA, 2022).

Dallabrida et al. (2021), expõe que território não é meramente uma entidade, ou o enraizamento em um lugar, não é apenas um espaço geográfico onde entidades, pessoas atuam, possui muito mais que apenas existir, e sim, o sentimento de pertencimento e de apropriação. Destaca que a construção do território é a mobilização dos atores que integram um espaço geográfico específico para juntos buscar soluções para problemas identificados.

Portanto, o território é um campo de disputa de poder. Neste sentido, seguindo uma perspectiva “arendtiana”, Duarte (2009) reafirma que tal poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto. Desse modo, o poder territorial compreende uma ação coletiva, coesionada no debate, que preserva a pluralidade humana na sua vasta gama de interesses, opiniões e pontos de vista, mesmo que conflitantes. A ação coletiva no território em busca de convergências entre os interesses diversos, corresponde ao que é proposto na noção de governança territorial (DALLABRIDA et al., 2021, p.49).

Segundo Pires et al. (2011), o exercício de domínio de um grupo em um determinado espaço exprime melhor o termo ‘território’, pois remete ao poder e, ou, controle deste grupo a uma porção determinada de espaço, a qual pode ser representada por poder econômico e, ou, poder político.

Costamagna (2017), como Dallabrida et al. (2021) e Pires et al. (2011) expõe que o ‘território’ é muito além de entidades jurídicas e, ou, um espaço geográfico, e compreende uma forma sistêmica, e complexa:

...com o sentido de identidade como território, juntamente com a capacidade de compreender o território de forma sistêmica, a partir de interações complexas entre os atores. Essa combinação de sentimento de pertencimento e visão sistêmica traduz na capacidade de gerir o território como sujeito coletivo que pode decidir seu futuro e afetá-lo. Sem essa capacidade de se ver coletivamente como sujeito, é difícil introduzir lógica territorial nas reflexões e ações do

processo. Essa lógica não é única nem homogênea, mas é importante que ela exista em conjunto com outros indivíduos, organizações, setorial, multinível, etc. (COSTAMAGNA, 2017, p.98).

E neste contexto de complexidade, e de grupos territoriais, Roesler, et al. (2021), expõe sobre a estratégia de cooperação no território para alcançar melhores resultados do que alcançaria individualmente e coloca que é uma prática há muito utilizada, principalmente, por organizações, sejam elas municipais, e, ou, regionais.

A transformação de um território é desencadeada a partir do conhecimento das suas potencialidades e carências e de uma governança que articule as competências das lideranças e dos gestores das organizações públicas e privadas, de maneira integrada e estratégica (ROESLER et al., 2021, p.4).

Assim, o território não é simplesmente uma realidade geográfica ou física, mas sim uma realidade complexa, dinâmica que envolve ao mesmo tempo: os fatores humanos, sociais, culturais e históricos de um determinado espaço. “Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes.” Ou seja, o que se aplica em um território, nem sempre poderá e, ou, conseguirá ser aplicado em outro, devido às singularidades de cada espaço estudado (CARRIÉRE e CAZELLA, 2006).

Pode-se perceber que o território não é um mero espaço físico ou geográfico, mas que ele vai além, e de forma mais complexa. Entendendo o que é o território pode-se, a partir deste contexto, entender como acontece o desenvolvimento dos territórios.

1.2. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

É importante conhecer sobre o que é desenvolvimento territorial, para poder avançar sobre governança territorial, visto que a governança é implantada com finalidade de desenvolvimento.

A partir de 1980 começa uma fase sobre a dinâmica do pensamento referente ao desenvolvimento territorial, a qual está ligada a vários fenômenos

socioeconômicos, políticos e ambientais. O aumento do preço do petróleo de forma vertiginosa nos anos 1970 coloca fim ao período de forte crescimento pós-guerra, conhecido como desenvolvimento fordista de produção e consumo de massa, aparecendo a partir da década de 80 um novo conjunto de teorias que abordam desenvolvimento territorial (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Carrière e Cazella (2006), expõem que a crise dos anos 1970 foi um marco para o termo desenvolvimento territorial, onde iniciasse várias vertentes falando sobre desenvolvimento e sobre espaço-território.

As análises acerca do espaço geográfico e as reflexões sobre o desenvolvimento ignoraram-se mutuamente até o início da crise econômica dos anos 1970. Após mais ou menos vinte e cinco anos de interesses separados, as reflexões que tentam associá-las ganharam importância. Assim, o *espaço-lugar* de desenvolvimento, ou seja o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do *espaço-território* carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (Lacour, 1985) (Aput CARRIERE e CAZELLA, 2006, p.34).

O termo desenvolvimento territorial, a princípio, em suas primeiras teorias, tinha apenas a questão do crescimento econômico. Apenas era considerado o quantitativo do modo de vida das instituições, empresas e das pessoas. “Desenvolvimento é o crescimento econômico transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades das pessoas, envolvendo, principalmente alimentação, saúde, habitação, educação, segurança, transporte e lazer.” Em suma o desenvolvimento significava a erradicação da pobreza financeira (MITSCHHEIN, et al., 2013).

O desenvolvimento territorial busca novas configurações, bem como novos conhecimentos, produzidos através dos saberes coletivos, novas oportunidades, as quais são articuladas e combinadas, e juntas constituem-se em inovação. “A metamorfose de recursos em ativos específicos é indissociável da história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva...” e estes aprendizados e conhecimentos são indispensáveis para a dinâmica do desenvolvimento territorial, tornando-o único (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Quando os territórios estão organizados como espaços econômicos, de desenvolvimento e produtividade, buscando de forma conjunta o crescimento, estes se tornam referências e considerados como desenvolvimento territorial, com ampliação das oportunidades que são ofertadas e escolhidas pelos indivíduos. Desenvolvimento territorial, “trata-se de um tema estratégico, que envolve, mais que um projeto político, uma ideia de civilização”. Pode-se desta forma dizer que o desenvolvimento é o aumento da capacidade das pessoas realizem escolhas e poder atuar para que o território cresça (MITSCHEIN, et al., 2013).

Em torno das múltiplas adjetivações conferidas ao termo “desenvolvimento”, no que tange à sua dimensão territorial, é possível atribuir à concepção de “desenvolvimento regional” uma primeira tentativa de análise espacial dos processos e fatores que levam ao crescimento e desenvolvimento econômico. De forma geral, o desenvolvimento regional consiste em um processo de mudança estrutural localizado em nível subnacional, visualizando um progresso da própria região, da comunidade e da sociedade que nela vive (PIRES et al., 2011, p.62).

As estratégias de desenvolvimento de um território abrangem todos os conflitos, os interesses e as potencialidades do meio que está inserido, considerando não apenas o espaço geográfico, mas todos os contextos e relações sociais e espaciais, bem como institucionais, entorno do processo de mudança, capaz de gerar solidariedade, cidadania e pertencimento e promover a melhoria e o bem estar do território (PIRES et al., 2011).

Para o desenvolvimento territorial são necessários procedimentos metodológicos, considerando a complexidade dos territórios, seus conflitos e a heterogeneidade, visando que as prospecções de desenvolvimento atendam às necessidades de todos. Ainda atenta sobre dois fatores importantes, recursos tangíveis e intangíveis de um território, os quais podem ser explorados, organizados e revelados, bem como os atores que fazem parte deste território sendo estes privados, públicos e, ou, associativos, e as diversas formas de coordenação e gestão para a resolução de problemas que acontecem no território (DALLABRIDA et al., 2021).

...não se instala uma dinâmica de desenvolvimento sem a criação ou reforço de redes e de novas formas de cooperação de caráter territorial. Como resultante, o desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre atores, cujos interesses são diversos, na busca de pontos de convergência, pactuando decisões, de tal forma que todos se beneficiem do ambiente socio territorial propício à geração de iniciativas e novos projetos (DALLABRIDA, et al., 2021, p.53).

O desenvolvimento territorial, para acontecer, necessita de iniciativas e projetos mínimos, bem como uma liderança com credibilidade e poder de decisão. “Essa liderança pode ser exercida pelos gestores públicos locais e atores privados ou pode ser resultado de uma aliança entre ambos.” É muito importante que os atores e os líderes possuam uma imagem clara do desenvolvimento territorial, e busquem inovação e cooperação entre os diferentes atores do território (ALBUQUERQUE LLORENS, 2001).

Conforme discorrido por Dalio (2022), conseguir correlacionar e compreender as relações de causa e efeito das ações e movimentos do passado, oportuniza o desenvolvimento e a evolução dos territórios e nações. “A evolução é o movimento de ascensão rumo ao aperfeiçoamento decorrente da adaptação e do aprendizado.”

Dalio (2022), expõe que tudo são ciclos que permeiam os acontecimentos, fazendo com que a história mostre os fatos e a evolução da humanidade aconteça, oportunizando que as comunidades, civilizações, aprendam com os erros e construam novas oportunidades para o futuro. Aborda que, visualizando o passado é possível prever como os fatos podem acontecer no futuro, e promover o desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial pressupõe, assim, a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal forma que todos se beneficiem da “atmosfera” propícia à geração de iniciativas inusitadas. o desenvolvimento territorial configura um processo multidimensional (econômico, ambiental, social e cultural) que não corresponde a uma realidade administrativa, e tampouco a um mero setor da economia. Os perímetros do desenvolvimento não são as zonas administrativas e pressupõem a mobilização de múltiplos atores (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p.39).

O desenvolvimento sustentável supera as fronteiras disciplinares, e aborda as dimensões econômicas, sociais e ambientais, sendo muito mais amplo do que o desenvolvimento territorial que “questiona a visão de espaço, típica do modelo de produção fordista, favorecendo uma visão multiescalar e multidimensional do desenvolvimento.” Ou seja, o termo ‘desenvolvimento territorial’ visa mais as questões econômicas (DALLABRIDA et al., 2021).

O desenvolvimento territorial tem muito mais o cunho econômico em sua visão, sendo que o desenvolvimento sustentável veio como um novo paradigma, com uma visão mais holística e globalizada.

1.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No ano de 1987 foi elaborado a pedido da ONU um conceito para desenvolvimento sustentável, o qual foi definido como: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.” Este conceito veio para considerar um desenvolvimento de forma estável, e as linhas estratégicas abordaram o social, o ambiental e o econômico; “os critérios para alcançar esses níveis devem incluir medidas de mudanças que sejam percebidas como socialmente aceitáveis e desejáveis, ambientalmente viáveis e economicamente realizáveis.” Esses conceitos de desenvolvimento sustentável se difundiram no mundo todo e cada vez mais as pessoas usam este termo, principalmente para enfatizar uma melhor qualidade de vida e a manutenção do equilíbrio Homem versus Natureza (LIRA, 2013).

Desenvolvimento sustentável é um conceito amplo, abrangendo, ou exigindo, um gerenciamento ambiental do crescimento econômico que seja contínuo, a fim de garantir que os recursos ambientais sejam usufruídos pelas gerações, presente e futura (GRAZIERO e REIS, 2015).

O meio ambiente não pode impedir o desenvolvimento, mas sim, garantir um desenvolvimento adequado, com respeito à natureza que é a fonte de todas as riquezas. Para o termo desenvolvimento sustentável existem diversas interpretações. O governo brasileiro, por exemplo, adota a definição apresentada no documento Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório

Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Harlem Gro Brundtland, publicado em 1987, conforme citado acima (BEZERRA, 2000).

A partir da definição do desenvolvimento sustentável, pode-se perceber que seu conceito não diz respeito apenas aos impactos da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere, principalmente, às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente, quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade, formam o tripé básico do desenvolvimento sustentável que deve ser ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente ético (TACHIZAWA, 2004).

Os processos de globalização do sistema econômico aceleram-se. Os fatores globais adquirem maior importância na definição das políticas nacionais, as quais perdem força ante as forças econômicas mundiais. Há uma redefinição do papel do Estado na economia nacional, uma crescente territorialização ou polarização da economia e uma paulatina marginalização de algumas regiões ou países, em relação à dinâmica do sistema econômico mundial. Os países que dependem de produtos básicos são debilitados (OLIVEIRA, 2001).

Callado (2000) aborda a necessidade de vencer vários desafios, entre eles o de inverter proporcionalmente os índices de poluição em relação ao desenvolvimento econômico, elaborar uma legislação ambiental voltada para as nossas principais questões, seguindo o princípio de *“minimis non curat lex”* (a lei não se ocupa de trivialidades), bem como promover o desenvolvimento de novas tecnologias através de uma ampla ação conjunta que utilize o capital intelectual de nossas instituições públicas e privadas.

Assim, dizer se, determinada comunidade se encontra em desenvolvimento ou não, relaciona também a forma como a mesma se organiza, a estrutura que apresenta e a qualidade de vida usufruída por seus habitantes.

Para ONU (2022): “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” Os aspectos ambientais podem ser entendidos como os elementos que permeiam as atividades, serviços

e, ou, produtos. Estes aspectos podem interagir com o ambiente causando impactos positivos e, ou, negativos ao mesmo.

A resolução 001/86 – CONAMA define impacto ambiental como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

Assim, impactos ambientais sempre ocorrem, seja por ação humana, ou pela própria natureza, e a sustentabilidade é tentar minimizar ao máximo os impactos causados pelas ações do homem, não deixando de evoluir economicamente e socialmente. A construção de grandes obras de engenharia para a exploração de energia hidrelétrica impacta consideravelmente o espaço geográfico de onde foi, ou será construída, em todos seus aspectos, sejam econômicos, ambientais e, ou, sociais. Os ODS, vieram para contribuir no desenvolvimento sustentável, de forma a minimizar os impactos causados pelo homem.

1.4. ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, foi adotada a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a qual inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e substituem os ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esta nova agenda propõe que todos os atores da sociedade adotem medidas e ações de forma coordenada para que possam alcançar os 17 ODS propostos e suas 169 metas (PNUD, 2022).

A agenda universal 2030, possui ações para a construção de um mundo mais justo, através da adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que norteiam as ações. Os ODS e as metas são globais e aplicáveis, considerando a diversidade que há nas realidades nacionais. Os ODS são um “acordo sem precedentes em torno das prioridades de desenvolvimento sustentável entre os 193 estados membros da ONU.” Este acordo levou três

anos para ser elaborado de forma participativa com todas as partes interessadas no processo. Os ODS foram assumidos como compromisso em 1 de janeiro de 2016 e espera-se que sejam cumpridos até dia 31 de dezembro de 2030 (PNUD, 2022).

Os ODS tem por finalidade atingir as pessoas, planeta, prosperidade, paz e a parceria, com metas para acabar com a pobreza e a fome, e garantir a igualdade e a dignidade do ser humano, proteger o planeta da degradação e promover o desenvolvimento de forma sustentável, assegurar que todas as pessoas desfrutem de uma vida próspera, de forma justa e inclusiva, de maneira harmônica e em paz, de forma a contribuir com parcerias globais e mobilização de todos para implantar o desenvolvimento sustentável (PNUD, 2022).

Os ODS contemplam 17 segmentos, os quais tem a proposta de nortear a agenda 2030, conforme segue abaixo:

ODS 1 – Erradicação da pobreza:

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável:

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 3 – Saúde e bem-estar:

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

ODS 4 – Educação de qualidade:

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

ODS 5 – Igualdade de gênero:

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

ODS 6 – Água potável e saneamento:

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

ODS 7 – Energia limpa e acessível:

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico:

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura:

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

ODS 10 – Redução das desigualdades:

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis:

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis:

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima:

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

ODS 14 – Vida na água:

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

ODS 15 – Vida terrestre:

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes:

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação:

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2022).

A gestão de organizações e empresas, empregando instrumentos de governança e aplicando ações que convergem com os ODS e com as metas estabelecidas, auxilia de forma circunstancial no atendimento da Agenda 2030. Apesar dos ODS e a Agenda 2030 terem sido criados para orientar governos, é importante que as organizações e empresas também adotem as medidas para poder atender o desenvolvimento sustentável (ETHOS, 2021).

Os ODS são importantes para minimizar os impactos causados pela construção de barragens de usinas hidrelétricas, pois norteiam as decisões das empresas, governo e de organizações do território a tomarem medidas importantes para proteger o meio ambiente, desenvolver políticas adequadas

para a comunidade e auxiliar no desenvolvimento econômico das áreas afetadas.

1.5. IMPACTOS DE BARRAGENS DE USINAS HIDRELÉTRICA.

A construção de barragens para atender as hidrelétricas, sejam elas de pequeno porte e, ou, de grande porte, geram algum tipo de impacto ambiental, como a modificação da natureza, alteração do microclima, enfim, sempre causará impactos. Na construção de barragens para atender as usinas hidrelétricas para geração de energia, o impacto gerado é muito maior, abrangendo todas as esferas: ambientais, econômicas, sociais e históricas (MME, 2007).

O quanto uma barragem para produção de energia impacta, e para que possa ser de fato avaliado é necessário considerar algumas diretrizes para a implantação de hidrelétricas, segundo Tachizawa (2004):

...as principais diretrizes são: estabelecer uma política ambiental apropriada para a hidrelétrica; identificar os aspectos ambientais presentes nas atividades, produtos e serviços existentes ou planejados; identificar as exigências legais pertinentes; estar sempre atualizada com as novas tecnologias e legislações ambientais; adequar-se ao mercado ecológico-econômico; entre outras (TACHIZAWA, 2004, p.125).

Quando definido um projeto para construção de obras de engenharia de usinas hidrelétricas é realizada uma série de estudos para minimizar os impactos ambientais que a mesma causará. “o projeto e a escolha de opções ambientalmente apropriadas são, frequentemente, o caminho mais eficiente para prevenir, mitigar e compensar impactos ambientais.” (TACHIZAWA, 2004).

Tachizawa (2004) ainda enfatiza:

...a GCE (Gestão e Comercialização de Energia), procura conhecer e discutir os principais impactos ambientais das alternativas propostas para cada plano ou projeto, de forma que a integração entre os estudos ambientais e os de engenharia permita a definição de projetos mais adequados em termos técnicos, ambientais, econômicos e sociais (TACHIZAWA, 2004, p.129).

A autora ainda ressalta que os programas de compensação são necessários para as áreas impactadas.

Independentemente da legislação específica, os programas de compensação são necessários quando os empreendimentos energéticos ocasionam perda total dos bens ou paralisação total de atividades, como, por exemplo, inundação de ecossistemas e de áreas de lazer, casos em que não cabe mitigação (TACHIZAWA, 2004, p. 131).

Complementa ainda que os programas devem abranger, tanto o ambiental, como o social:

São programas motivados pelo compromisso da GCE com a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações afetadas por seus empreendimentos, e não apenas por exigência da legislação (TACHIZAWA, 2004, p. 133).

O Brasil, possui riqueza hídrica, e a construção de usinas hidrelétricas é uma das formas mais utilizadas para a geração de energia, a qual é necessária para os avanços da humanidade.

1.5.1. Impacto na Instalação de Hidrelétricas no Brasil

O Brasil possui 15% das reservas de água doce do planeta, utiliza um terço destas águas para a geração de energia através do sistema hidreletricidade. A energia hidrelétrica é hoje a quarta maior fonte de energia no Brasil (MME, 2007).

Conforme dados da ANEEL, 2022, a potência instalada da hidrelétrica determina sua classificação, pois as características geográficas de onde elas serão implantadas variam, dependendo da altura, queda d'água, vazão, capacidade instalada e o tipo de turbina que será instalada. "Hidrelétrica é um complexo arquitetônico, um conjunto de obras e de equipamentos do potencial hidráulico." Assim existem três classificações adotadas:

Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) (com até 1 MW de potência instalada), Pequenas Centrais Hidrelétricas

(PCH) (entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) (com mais de 30 MW) (ANEEL, 2022).

A água é indispensável à vida no planeta terra, a todos, sejam animais ou vegetais. Ao longo da história é notório que a água foi propulsora para o desenvolvimento dos povos, e nota-se que as grandes civilizações estavam às margens de algum rio ou fonte de água. Para a modernidade é imprescindível o desenvolvimento das nações em virtude do acesso aos recursos hídricos, sejam eles para transformação, irrigação e, ou, geração de energia (GRAZIERA, REIS, 2015).

Para desenvolver um plano de instalação de uma usina hidrelétrica é necessário seguir um roteiro de várias premissas. Este roteiro está definido no PNE⁴, 2030. Entre vários documentos e acordos, prevê:

Acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Os seguintes documentos legais devem ser considerados quando da elaboração do planejamento do setor elétrico brasileiro:

- Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB;
- Protocolo de Quioto;
- Agenda 21 (MME, 2007, p.143)

No plano também é exposto sobre as condicionantes legais para que um usina seja instalada e gere energia que são:

Este condicionante elenca os principais requisitos da legislação vigente no país que associam exploração hidrelétrica e aspectos socioambientais. O texto destaca os principais aspectos que condicionam:

- a exploração do recurso energético;
- a mitigação ou compensação de impactos decorrentes da implantação de determinado aproveitamento energético. Dessa forma, considera-se que tais aspectos legais sejam condicionantes para a expansão hidrelétrica do país nos seguintes eixos de análise:
- condicionantes referentes à institucionalização ou implantação de políticas públicas e suas prioridades;
- condicionantes que incidem sobre a autorização para a exploração de determinado recurso energético e para a implantação de determinado empreendimento de geração;

⁴ PNE – Plano Nacional de Energia.

- condicionantes que estabelecem obrigações em decorrência dos efeitos socioambientais da implantação dos aproveitamentos (mitigação e compensação de impactos socioambientais e proteção ao meio ambiente na área de influência dos empreendimentos).

A hidreletricidade é um recurso energético com ampla regulamentação legal em todos os níveis (MME, 2007, p. 144).

Para a implantação de usinas, após a criação da ANEEL, foram elaborados vários manuais de procedimentos legais que são necessários para que uma usina possa ser instalada.

Destaca-se desse conjunto de documentos normativos aqueles referentes à elaboração de estimativa de custos socioambientais, outrora de responsabilidade da Eletrobrás (OPE - Orçamento Padrão Eletrobrás), e ainda utilizados principalmente na etapa de estudos de viabilidade. Tais diretrizes permitem a consideração desses itens de custo (estudos e programas socioambientais) na estimativa do custo total do projeto e são de extrema importância para a consolidação de padrões, custos unitários e outros índices necessários à consideração da pertinência de inclusão da exploração de um recurso energético ou de um dado projeto nos programas de expansão (MME, 2007, p.148).

Segundo o PNE 2030, nos impactos potenciais da geração hidrelétrica, são analisados os impactos e efeitos possíveis que uma construção vai gerar em um território, e ressalta a importância de avaliar todos os impactos ambientais, sociais e econômicos da área afetada. É abordado que devem ser considerados todos os impactos gerados durante o ciclo de vida do processo de geração de energia elétrica. As barragens, criando os reservatórios, são ideais no sistema hidrelétrico para poder controlar a vazão, volume e a disponibilidade de matéria prima, que é a água, para a geração de energia, possibilitando o controle e a estimativa de geração de energia (MME, 2007).

A energia hidrelétrica é considerada uma fonte limpa e renovável de energia, podendo, contudo, acarretar consequências socioambientais em função, principalmente, do alagamento de grandes áreas. Construir uma barragem pode implicar em impactos que envolvem remover povoados, desalojar pessoas, alterar ou extinguir ecossistemas, acabar com florestas e sítios históricos, que

ficarão submersos, alterar a flora e fauna, além de outros (MME, 2007, p.154).

Desenvolver ações mitigadoras, para minimizar os impactos causados pela construção de barragens de usinas hidrelétricas, é um dos focos do PNE 2030, o qual propõe uma série de documentos e ações inerentes à preservação, não só ambiental, mas da comunidade afetada e do território como um todo.

Os impactos causados pelas barragens construídas para geração de energia precisam ser mitigadas através de ações, planos e programas de desenvolvimento, os quais serão aplicados através da prática da governança.

1.6. GOVERNANÇA

Na década de 1970 o termo 'governança' começa a aparecer com muita força, e com dois enfoques: um associado às boas formas de governar os negócios, de forma transparente e eficiente; e em segundo, em dividir e compartilhar a gestão pública dos territórios, através da parceria entre prefeituras, associações empresariais, sindicatos e entidades civis. Assim, governança surge como forma de regulamentar e controlar o território através de redes e acordos entre os atores presentes no espaço, que de forma participativa e em conjunto, buscam soluções para resolver os problemas inerentes ao território. No Brasil este movimento ficou mais forte na década de 1990, devido aos vários problemas econômicos, políticos e degradação das condições sociais dos municípios e estados. Surgem vários modelos de governança nos territórios como comitês de bacias hidrográficas, arranjos produtivos locais, circuitos turísticos, conselhos regionais de desenvolvimento e muitos outros, que surgiram como forma de organização do território (PIRES et al., 2011).

Pires et al. (2011), coloca sobre quatro categorias de governança, sendo: governança corporativa, governança política, governança territorial e a boa governança. Neste estudo, será focado na categoria de governança territorial, "...reconhece que o território é o recorte espacial de poder que permite que empresas, estados e sociedade civil entrem em contato, manifestem diferentes formas de conflito e de cooperação." Proporcionando o desenvolvimento territorial através da governança.

A ‘boa governança’ é um termo utilizado para descrever como o setor público aplica normas e regras e conduz os assuntos públicos de forma a garantir os direitos humanos. “O conceito de “boa governança” muitas vezes emerge como um modelo para comparar economias ou órgãos políticos ineficazes com economias viáveis e órgãos políticos eficientes.”(PIRES et al., 2011).

Conforme apresentado por Frogeri et al. (2022), confunde-se muito governança com gestão. A governança é um ambiente de direcionamento, planejamento e organização, e tomada de decisões, que irá definir as diretrizes da gestão. Ou seja, a gestão está dentro da governança, sendo um elemento essencial para que as estruturas definidas na governança sejam, de fato, executadas (FROGERI, et al. , 2022).

O modelo de governança busca os princípios básicos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade, além da cultura da ética e de ambientes saudáveis, respeitando todos os atores envolvidos e com líderes comprometidos com a democracia e igualdade, buscando juntos um caminho de prosperidade e desenvolvimento (SILVEIRA, 2021).

A governança de um território é uma forma de *governança política*. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. Essa conotação da governança aparece na França, no contexto político dos anos 1990, designando novas formas de ação coletiva em redes de atores de caráter flexível e diversificado, surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal, voltada somente à aplicação e produção de normas jurídicas, portanto, sendo um enfraquecimento do poder do Estado nacional em detrimento de outras instâncias de autoridade estatal, coletividades territoriais e da sociedade civil (PIRES et al., 2011, p.36).

Segundo Frogeri et al. (2022), a forma de comunicação, a confiança entre os envolvidos, as relações entre as pessoas são mecanismos de governança que auxiliam no processo:

...Pode-se exemplificar os mecanismos de governança relacionais por meio de diferentes elementos sociais: a confiança entre os envolvidos no processo decisório, as

relações interpessoais entre os tomadores de decisão (ex. facilidade para discutir temas estratégicos, acessibilidade, participação e interesse), fluidez na forma como as decisões ocorrem, compartilhamento de conhecimento, integração entre equipes de setores distintos, entre outros elementos semelhantes são mecanismos de governança do tipo relacional. Deve-se ter em mente que a governança é formada, em sua essência, por pessoas e estas estão sujeitas a todas as nuances que envolvem o ser humano. Assim, a governança não acontece somente pelos seus mecanismos estruturais, normativos e decisórios, mas é constituída também por elementos sociais que permeiam os fenômenos dos ambientes organizacionais (públicos ou privados) (FROGERI et al., 2022).

A governança acontece através de entes físicos e, ou, jurídicos, que acordados entre si, determinam regras, ações e normas para se atingir o desenvolvimento, seja ele de uma organização, de um território, de um órgão de estado.

A governança garante que as necessidades, condições e opções dos *stakeholders*⁵ sejam avaliadas a fim de determinar objetivos corporativos acordados e equilibrados; definindo a direção através de prioridades e tomadas de decisão; e monitorando o desempenho e a conformidade com a direção e os objetivos estabelecidos (ISACA, 2012, p.16).

Quando o poder de decisão é compartilhado e, ou, transferido, seja em empresas privadas, seja no governo, ou em organizações do terceiro setor, sempre haverá divergências, e aborda que "...a governança trata da minimização de assimetrias e conflitos de interesses inerentes a delegação de poder." Ou seja, a governança acontece para nortear a forma de gestão, com normas e regras estabelecidas e acordadas entre as partes de uma organização (MACHADO FILHO, 2020).

Conforme Machado Filho (2020), aponta no Brasil, o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, foi criado em 1995 para auxiliar as organizações sobre as melhores práticas de governança, onde a mesma conceitua-se como:

⁵ Stakeholder, é um dos termos utilizados em diversas áreas como gestão de projetos, comunicação social administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa

... o conceito de governança corporativa, baseando-se em princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e ética: São as práticas e os relacionamentos entre os acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital (MACHADO FILHO, 2020, p.83).

Ainda Machado Filho (2020), aborda sobre o IFAC – *International Federation of Accountants*, a qual afirma que “...governança compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) que garante que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados”.

O SEBRAE, em cartilha sobre desenvolvimento local define que governança é uma forma democrática e participativa das comunidades locais para o desenvolvimento de políticas públicas em um território:

GOVERNANÇA: Pode-se conceituá-lo como a capacidade de administrar ou, mais especificamente, como a capacidade que os governos têm de criar condições e de responder às demandas da sociedade. Em se tratando da governança social ou governança democrática, essa capacidade de governar pressupõe uma administração participativa que envolve as populações locais na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas em nível nacional, estadual, regional e municipal (SEBRAE, 2009, p.15).

A governança como a nova gestão pública, é um processo que visualiza-se nos territórios que estão organizadas por entidades, pois esta propõe “...o compartilhamento de métodos de gestão do setor privado à esfera pública com o objetivo de maximizar a governabilidade.” É visível que os organismos criados para fins de governabilidade regional possuem esta característica de mesclar o público com o privado (ELENA e OLAVE, 2017).

Machado Filho (2020), coloca que “Os mecanismos de governança em organizações do terceiro setor são cada vez mais necessários, ante a importância desse setor na sociedade contemporânea...”, aborda os mecanismos externos como leis e marcos regulatórios, bem como o mercado de

doações e a captação de recursos são mecanismos externos que o terceiro setor necessita conhecer, e os mecanismos internos como o papel da organização, composição e estruturas de gestão.

Para TEIXEIRA (2019), a governança surge da necessidade de gerir um empreendimento a distância, sendo o alinhamento das expectativas entre o proprietário e o gestor, definindo as ações para monitorar, controlar e dirigir a organização, e estes são aplicáveis a qualquer tipo de organização seja privada, pública, mista e ou do terceiro setor. “Assim, é possível perceber que a governança sugere o estabelecimento de procedimentos e a correspondente execução, com fins de instrumento gerador de eficiência administrativa...” buscando-se assim o alcance dos resultados que foram previamente alinhados entre as partes envolvidas.

A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e com os atores institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo” (PIRES et al., 2011, p.36).

A governança territorial é o resultado de estratégias dos atores presentes no espaço de forma coletiva que estejam engajados no propósito de resolver problemas comuns do território, para que se possa ter um melhor ambiente social, econômico e ambiental, propondo muitas vezes a criação de entidades, instituições e organizações que possam representa-los e exercer a governança (PIRES et al., 2011).

As organizações do terceiro setor, necessitam da governança para poder prosperar e se desenvolver de forma ordenada, atendendo as necessidades de seus associados. Em organizações criadas para o desenvolvimento territorial, a governança é uma das principais ferramentas para que se atinja o desenvolvimento de forma planejada e sustentável.

1.7. ORGANIZAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

As organizações civis do terceiro setor pode ser definidas como: “conjunto de atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos”. Essas organizações podem ter qualquer origem sendo, religiosas, comunitárias, empresariais, de trabalhadores, assistência social entre as mais diversas que possam surgir, “...diferenciando-se da lógica do Estado (público com fins públicos) e de mercado (privado com fins privados).” Essas organizações variam em diversos aspectos, seja na quantidade de recursos, no número de associados, na forma de atuação, no que tange à formalização, e representa uma diversidade da sociedade civil. Esta forma de organização do terceiro setor ganhou dinamismo no Brasil no final da década de 1980, com o advento da democracia (MACHADO FILHO, 2020).

Conforme Galvão (2017), um dos maiores problemas do desenvolvimento de um território é a população achar que o desenvolvimento é uma responsabilidade apenas do Governo. Salaria que as organizações não governamentais são essenciais para o desenvolvimento de um território. E que as políticas públicas podem, e devem ser desenvolvidas, por todas as organizações. Um dos principais problemas é que a maioria das pessoas acreditam que ‘políticas de desenvolvimento’ devem ser responsabilidade apenas do governo, sendo que a parceria entre a sociedade civil organizada o mercado juntamente com o estado seria a melhor forma (GALVÃO, 2017).

Conforme Galvão (2017), as políticas de desenvolvimento são responsabilidade de todos os atores de uma sociedade, seja ela, governamental, privada e, ou, do terceiro setor, e conforme abordado por Zaragoza, o desenvolvimento tem como pressuposto o crescimento. O autor destaca importância das pessoas no processo.

Apesar do termo desenvolvimento possuir muitos e diferentes significados, durante décadas, predominou-se a ideia de desenvolvimento igual a crescimento ou avanço econômico, e a partir da mesma, a prevalência dos fatores econômicos, sobre os demais indicadores, como os mais decisivos para deliberar se determinada localidade poderia ser qualificada como desenvolvida ou subdesenvolvida ... nos demos conta da importância essencial do fator humano

e de sua formação para um autêntico desenvolvimento (ZARAGOZA, 1990, p.42).

O desenvolvimento territorial apresenta-se de forma mais harmônica em locais onde as organizações sociais se empoderam e desenvolvem políticas públicas que auxiliam o governo e melhoram a qualidade de vida de todo o território.

Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito (DE PAULA, 2008, p.10).

Ainda segundo De Paula (2008), a “sensibilização das lideranças locais para a construção de parcerias entre atores do estado do mercado e da sociedade” e a constituição de organizações “(fórum, conselho ou agências de desenvolvimento local), capaz de planejar e gerenciar, de forma participativa, o desenvolvimento local” e que além de tudo, estas organizações sejam “representativo, legítimo e democrático, reunindo todas as lideranças locais, formais e não formais, de todos os segmentos, setores, movimentos organizacionais.”

Conforme Belluzo et al. (2015), as organizações precisam abrir horizontes e incorporar modelos mais ágeis de governança para atender as necessidades, e, com a utilização de redes melhorar desenvolvimento das ações e a concretização das metas propostas pelas organizações dos territórios, pois, as redes atuam de forma transversal e utilizando a tecnologia.

As organizações contemporâneas contam com elementos facilitadores para a implantação de modelos mais ágeis para dar resposta ao contexto de mudanças atuais. As tecnologias de informação abrem horizontes amplos e possibilitam formatos de instituições extremamente interativos e, assim, à medida que o valor necessário é o conhecimento agregado às atividades, as ferramentas das tecnologias de informação tornam-se extremamente úteis para o desenvolvimento da aprendizagem organizacional. A difusão de conhecimento é um elemento facilitador, mas evidentemente realça ainda mais a necessidade da capacidade de aprender a aprender e a de maior

envolvimento das pessoas no ambiente organizacional (BELUZZO et al., 2015, p. 219).

Considerando a diversidade do território, que é formado inerentemente por infraestruturas, sujeitos, relações sociais e relações entre sociedade e natureza, as quais resultam em transformações, conhecimentos tecnológicos, científicos e culturais, que surgem diariamente, há a necessidade de uma governança para que possam interagir e evoluir na sua diversidade (DE PAULA, 2008).

Pode-se observar que SAQUET (2011) cita a territorialidade como sendo a diversidade de elementos em consonância entre si:

significa, sucintamente:

- a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional;
- b) intencionalidades, objetivos e metas;
- c) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico;
- d) práticas espaço-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza (SAQUET, 2011, p.10).

As organizações em um território possibilitam a organização estruturada para o desenvolvimento de fato; a divisão do território é imprescindível para o processo de planejamento; “...pois condicionam a identificação de gargalos, desafios, potencialidades, a avaliação de custos/benefícios, a hierarquização das mais diversas políticas públicas e perspectivas futuras do território.” (LUCIZANI, 2021).

1.7.1. Organizações do Terceiro Setor

Conforme NOGUEIRA (2017), as associações são entidades privadas, sem fins lucrativos, definidas como associações civis voluntárias, constituídas por pessoas que dedicam parcela do seu tempo de forma ativa à organização para promover ações, projetos e programas para uma causa comum e de interesse coletivo, através de normas, processos e planos pré-estabelecidos e definidos de forma coletiva e de comum acordo.

As associações são organizações do terceiro setor, e pode-se verificar a existência de dois tipos de associações: as que são formadas por pessoas físicas e as que são formadas por pessoas jurídicas. As formadas por pessoas jurídicas

são denominadas por Ahrne e Brunsson (2008), de metaorganização, que nada mais é que uma organização composta por outras organizações (apud NOGUEIRA, 2017) .

Tende-se também a reforçar a ideia de que as associações – sejam elas de indivíduos ou de pessoas jurídicas – têm características organizacionais e desafios específicos de gestão que as separam em relação a outras formas organizacionais, como empresas, governos e mesmo ONGs – que podem até se constituir formalmente como associações, mas que, muitas vezes, não possuem vida e prática associativa (NOGUEIRA, 2017, p. 397).

Também é exposto por Nogueira (2017), que as metaorganizações são geralmente mais fracas pois, costumam ter pouco poder para impor suas regras aos seus membros, visto que seus membros geralmente são entidades ou pessoas que possuem poder e são fortes, e possuem, geralmente, mais recursos que a organização. Ainda coloca que o número de associados de uma organização jurídica não influencia diretamente na sua força, conforme segue: “...a existência de “pequenas-grandes” associações de pessoas jurídicas, quando o pequeno número de associados não limita o porte e o alcance dessas organizações.” Visto que as associações com pessoas jurídicas são de fato mais fortes por seu potencial econômico e político.

O maior desafio das organizações do terceiro setor, como as associações, é a eficácia da sua governança. Essas organizações precisam desenvolver competências essenciais e alianças estratégicas para poder desenvolver-se, caso de competências de operação e uma gestão transparente, produzindo serviços com alto padrão de qualidade, com segurança nos resultados atingidos e que possam ser avaliados pelo conjunto de atores que fazem parte da organização (MACHADO FILHO, 2020).

Para o desenvolvimento do território, é importante os atores estarem organizados formalmente em organizações do terceiro setor, com uma governança adequada, alinhadas com os ODS e com políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento sustentável efetivo do território.

1.8. POLITICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são as atividades exercidas pelo Estado, como um dos conceitos mais utilizados. Pode-se considerar a ação e, ou, a inação do mesmo em relação ao desenvolvimento, seja econômico, seja cultural e, ou, social, o que influenciará direta, ou indiretamente, a vida das comunidades. A atuação das políticas públicas podem assim ser definidas:

...como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p.26).

Através das políticas públicas o Estado consegue planejar estratégias para o desenvolvimento territorial, desenvolve estruturas adequadas para o funcionamento da principal atividade econômico de uma localidade; além do desenvolvimento econômico, é importante o bem estar da comunidade envolvida, bem como políticas públicas voltadas a saúde e a educação (HALL, 2004).

As políticas públicas possuem aspecto dinâmico assim como o processo de desenvolvimento. É conhecido através da história que a sociedade reconhece seus problemas e geralmente propõe soluções adequadas aos mesmos (CASTRO e OLIVEIRA, 2014).

Silva (2015) expõe que:

novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão de políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e conseqüentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão (SILVA, 2015, p.158).

Assim as organizações, com uma governança estruturada, auxiliarão nas ações conjuntas dos órgãos de governo estadual e federal, melhorando a articulação e discussão das ações nas microrregiões estabelecidas dentro de um estado.

As políticas públicas são programas, projetos que auxiliam diretamente o território a se desenvolver; buscam soluções para os problemas existentes em um território. As políticas públicas podem ser discutidas e adotadas de forma territorial sendo aplicadas em benefício de um território. As aplicações das políticas públicas podem ser desenvolvidas e empoderadas através das redes de cooperação.

1.9. REDES DE COOPERAÇÃO

As redes de cooperação, são uma ferramenta de interação, comunicação e debate que auxilia na construção ordenada de ações em prol do desenvolvimento.

... o conceito de rede tornou-se, de fato, uma alternativa prática de organizar pessoas e interesses em atenção as demandas por flexibilidade, conectividade, gestão descentralizada, cooperação e horizontalidade. Este fato tem total sintonia com o advento do terceiro setor, já que se trata de um setor formado por uma grande teia de interconexões e caracterizado por iniciativas, cujos profissionais envolvidos percebem a colaboração participativa como um meio eficaz de realizar transformações (MTUR, 2007, p.12).

É considerado um sistema organizacional que reúne de maneira eficaz indivíduos e instituições de forma democrática e participativa, e que interage entre si de forma dinâmica. As redes só funcionam pela afinidade e vontade dos entes em participar ativamente do processo. Uma característica importante das redes é o livre acesso as informações. A tecnologia para a melhor comunicação das redes é imprescindível (MTUR, 2007).

...o termo “rede” tem a sua origem do latim – retis -, significando o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que forma uma espécie de tecido. Antes mesmo do surgimento da internet, acontecido no início da década de 1960, um dos pioneiros da Ciência da Informação, Paul Marie Gislain Otlet, nascido em Bruxelas (1868-1944), um grande cientista e acadêmico, além de ser considerado o fundador da ciência da bibliografia, da documentação, pioneiro da gestão da informação e também o criador da CDU – (Classificação Decimal Universal), já previa a

possibilidade de divulgação de informações através de redes. Foi sua a ideia inicial da Web⁶, inclusive criando o termo *link*⁷ para as relações entre informações (BELUZZO et al., 2015, p.98).

O Conhecimento disseminado em redes faz com que as pessoas ouçam, leiam e reflitam sobre o que está chegando até as mesmas, e assim constitui uma estrutura de aprendizado e a formação de uma inteligência coletiva. A opção de trabalhar em rede é possível em todos os âmbitos da sociedade. Ainda segundo Beluzzo et al. (2015):

Os processos que envolvem a competência em informação objetivam a construção do conhecimento em diferentes tipos de organizações, com o uso inteligente de informações geradas, de modo que possam ser aplicadas à realidade social e difundidas por diferentes meios e formas a sociedade, contribuindo para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida (BELUZZO et al., 2015, p.31).

A essência da rede é a necessidade das pessoas se conectarem e se comunicarem de maneira mais eficiente, mais rápida, e estas redes podem ser duradouras, ou podem perdurar um período curto de existência, conforme sua necessidade, Wegner (2020) coloca:

Redes de inovação fazem parte de um conjunto mais amplo de formas inter organizacionais denominado de projetos colaborativos temporários. O principal elemento que caracteriza esses projetos é a temporalidade da relação: a rede é formada com um objetivo específico e é desfeita (ou reconfigurada) quando esse objetivo é alcançado. Isso ocorre em projetos de pesquisa e desenvolvimento (WEGNER, 2020, p.25).

Para Wegner (2020), as redes podem e devem ser criadas e também desfeitas quando necessário. As redes tem como pressuposto iniciar relacionamentos de poder e ter a capacidade de desenvolver esses relacionamentos e, através deste, e dos envolvidos juntos, possam obter

⁶ nome pelo qual a rede mundial de computadores internet se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma *interface gráfica* que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral.

⁷ elemento de hipermídia formado por um trecho de texto em destaque ou por um elemento gráfico que, ao ser acionado (ger. mediante um clique de *mouse*), provoca a exibição de novo hiperdocumento.

melhores resultados. Quando as pessoas não estão comprometidas com o processo, pode-se iniciar esse processo de rede, contudo ter um fim prematuro e a frustração dos membros envolvidos pelo tempo e recurso investidos sem ter os resultados esperados.

Ainda Wegner (2020) ressalta:

Governança e gestão representam dois pilares fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação de uma rede, aliança ou parceria. Enquanto a governança representa as regras de operação da rede, a gestão consiste na definição de estratégias, estruturas e processos que conduzam a rede aos resultados coletivos (WEGNER, 2020, p.63).

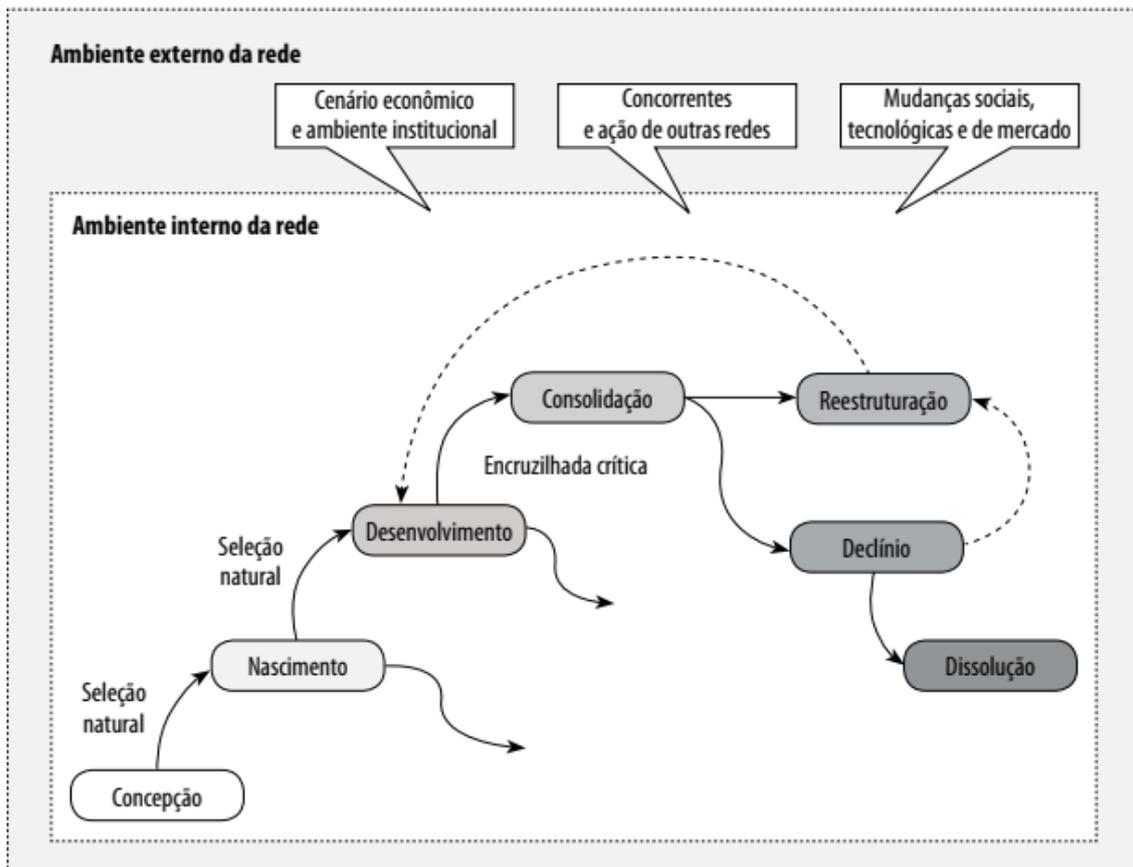
As redes possibilitam trabalhar de forma transversal, e horizontal, não havendo hierarquia. Assim, possibilitando que todos os atores participem do processo de governança, com a livre circulação de ideias que permearão a gestão com eficiência.

Redes de cooperação são formatos diferenciados para a interação de atores sociais representativos em um modelo de organização transversal, para desenvolver ações, ideias e inovação através da disseminação de conhecimento agregado à criatividade, buscando um modelo de organização para disseminar a informação, gerar conhecimento e desenvolver um território. Também neste contexto, a rede se caracteriza de forma a não ter um único ator dono do processo, e sim, ser a inovação gerada e implantada de um grupo coeso e conciso, onde todos são protagonistas, com livre acesso às informações ali disseminadas. As redes tem facilidade de transitar entre os assuntos e tem como premissa o debate dos assuntos pertinentes aos objetivos propostos auxiliando significativamente no processo de formação de ideias e solução de problemas pertinentes a rede.

Na Figura 01, é possível verificar que as redes são diretamente influenciadas pelo ambiente externo e que em seu ambiente interno possuem um processo natural de identificar se esta rede é importante e necessária, ou não, se pode ser criada e ter continuidade, ou durar um período de tempo, ou ser contínua. Também Wegner (2020), coloca que as redes são cíclicas, e

devem estar constantemente em evolução, se adaptando com as necessidades, tanto do ambiente externo, como do ambiente interno (WEGNER, 2020).

Figura 01 – Ambiente Interno e Externo de uma Rede



Fonte: Wegner, 2020, p. 127

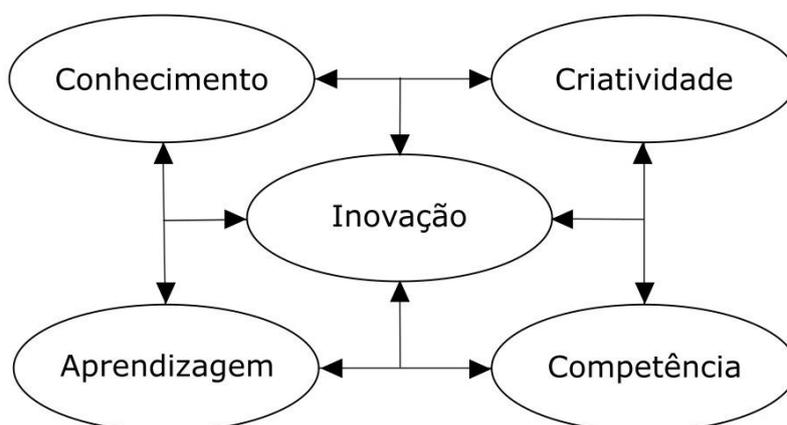
As redes de informação, promovem a inovação, seja ela em forma de ruptura estrutural, ou de forma incremental. A de ruptura busca mudar radicalmente. Geralmente ela exige um maior investimento de pesquisa e de tecnologia, bem como financeiro, enquanto a incremental tem mudanças rápidas e menores, aproveitando o potencial já existente, sem mudar a estrutura organizacional (BELUZZO, et al., 2015).

O conceito de redes de informações é importante dentro do contexto das redes de cooperação, pois demonstra a forma que o conhecimento estará circulando e sendo utilizado para que efetivamente aconteça a cooperação e gere a governança de forma estruturada do território.

A competência em informação surge, então, como um conceito inovador, segundo o qual se buscam as melhores práticas, métodos, habilidades e competências, construindo novas formas inteligentes de usar, inovar, criar, gerar e compartilhar este conhecimento integrado as novas técnicas e tecnologias necessárias para implementação, disseminação e aplicabilidade, agregando valores individuais, coletivos, sociais e mercadológicos, ampliando horizontes e obtendo novas perspectivas do uso da informação (BELUZZO, et al., 2015, p.133).

Para o modelo de rede que se propõe, a inovação, é importante para desenvolver ações, programas e projetos para o território.

Figura 02 – Interação para a inovação



Fonte: Beluzzo, 2015, p. 135

Através da figura 02, pode-se perceber a inovação através da mudança incremental, onde busca-se soluções inovadoras, através do conhecimento, da criatividade, da competência e do aprendizado. Ou seja, é necessário que os atores que participam das redes estejam aptos para a troca sistêmica de informações, buscando, em conjunto, a solução e a inovação (BELUZZO, et al., 2015).

Desta forma o conhecimento e a informação são reconhecidos como um recurso indispensável, pois assumem características do meio e um processo de forma progressiva e se adapta às mudanças necessárias que o organismo precisa (BELUZZO, et al., 2015).

Para um desenvolvimento efetivo é importante que a informação tenha livre trânsito entre as pessoas e a comunidade, e que as pessoas estejam comprometidas no repasse e recebimento de informações.

O modelo de rede proposto converge com a utilização das tecnologias existentes, bem como, em adaptar-se a novas tecnologias que surjam. As redes propostas neste estudo, consiste em um conjunto de pessoas interligadas por um propósito, tema e, ou, objetivo da governança, que através de um grupo participativo, desenvolverá ações, muitas vezes inovadoras, para sanar um problema, e, ou, melhorar um fator no qual é necessário intervir no território.

Percebe-se que para ter as redes de informação, a construção de ideias, a criatividade, a relevância dos atores e seu ambiente, bem como a troca de ideias, vão construir o conhecimento e como consequência a inovação. Desta forma poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento das redes de cooperação, as quais darão direcionamento às organizações, possibilitando o desenvolvimento integrado e a inovação disruptiva dos territórios, as destacando como modelos de governança participativa e atuante.

As redes propiciam o compartilhamento da informação e do conhecimento, entretanto, como argumentam, tal compartilhamento só terá resultados se implicar um processo de aprendizagem, pois o simples acesso sem esse processo não modifica a realidade, perde, portanto, o sentido (BELUZZO et al., 2015, p.291).

Pode-se ainda dizer que para um bom modelo de rede é necessário ter a participação de pessoas comprometidas e mobilizadas conforme Nascimento coloca:

uma forma de organização que envolve atores interconectados e interdependentes, mobilizados em torno de objetivos comuns, compartilhando e trocando recursos entre si de forma recorrente e por meio de relações duráveis e controladas informalmente (NASCIMENTO e LABIAK JUNIOR, 2011, p.60).

As redes são dinâmicas e podem ter duração indeterminadas, podem apresentar formas flexíveis e ter normas de regulação. Em uma rede todos os atores, praticamente tem o mesmo poder, pois cada ator decide como será sua

atuação, bem como seu nível de responsabilidade, sendo assim as decisões dos grupos são corresponsabilidade de todos (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Para Watts (2009) a ideia de que as redes demonstram ser descentralizadas está equivocada em grande parte. Através de um olhar mais detalhado, pode-se perceber que mesmo uma rede grande e complexa pode revelar a dependência de um pequeno subgrupo de atores, propagadores de informação e de recursos críticos influentes que, juntos, formam o centro funcional do qual todo o resto depende (Aput: BELUZZO et al., 2015, p.287).

As redes de cooperação, possuem o papel fundamental de trabalhar com todos os atores que queiram, e possam, do território, auxiliando a governança a estabelecer novas políticas públicas, novos programas, projetos e planos, de forma coletiva e participativa, atendendo aos anseios da comunidade envolvida.

Conhecer como funciona um território e como o desenvolvimento deste acontece, é importante para implantar uma governança. Entender como o desenvolvimento sustentável acontece e como pode-se implanta-lo nos territórios utilizando a Agenda 2030 e os ODS, possibilita estar interligado aos anseios globais, bem como auxiliar neste movimento de melhoria contínua dos países e das pessoas que estão em um território.

Saber como funciona a governança e ferramentas como as redes, e o que são políticas públicas foi fundamental para o desenvolvimento de uma proposta de governança territorial, com enfoque nas organizações criadas para o desenvolvimento coletivo.

E desenvolver uma metodologia para pesquisar e identificar como estão estabelecidas as organizações criadas para o desenvolvimento territorial, é importante para entender, compreender e propor um modelo para a governança territorial.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Elaborar uma pesquisa é a primeira etapa para obter um conhecimento sistematizado acerca da realidade. É comum que o estudante, ou mesmo profissional, considere que fazer pesquisa é apenas coletar dados ou levantar informações mediante o uso de formulários ou questionários.

De fato, sem pesquisas confiáveis publicadas, seríamos prisioneiros apenas do que vemos e ouvimos, confinados às opiniões do momento. Sem dúvida, a maioria de nossas opiniões cotidianas é bem fundamentada (afinal de contas, tiramos muitas delas de nossas próprias pesquisas e experiências). Mas ideias errôneas, até mesmo estranhas e perigosas, florescem, porque muitas pessoas aceitam o que ouvem, ou aquilo em que desejam acreditar, sem provas válidas e, quando agem de acordo com essas opiniões, podem levar a si mesmas, e também a nós, ao desastre. Só quando sabemos que podemos confiar na pesquisa de outros somos capazes de nos libertar daqueles que, controlando nossas crenças, controlariam nossas vidas (BOOTH, et al., 2005, p.9).

A coleta de dados é uma das etapas da pesquisa, e assim como as demais fases - de análise e apresentação de dados - deve ser prevista dentro do projeto. Durante todo o processo de pesquisa, o planejamento cuidadoso é indispensável para correção da rota, quando necessário, e para superar problemas que ocorrem durante a execução do projeto.

Para identificar os dados necessários foram utilizadas pesquisas secundárias, com a pesquisa exploratória – qualitativa, a qual utiliza fonte de dados secundários, permite o levantamento de hipóteses, proporcionando maior familiaridade com o problema (DENCKER, 2000).

Para Zanella (2013):

...o investigador parte da observação de fatos e fenômenos, com a finalidade de descobrir as causas de

sua manifestação. A descoberta da relação entre eles: a seguir, por meio da comparação, o investigador aproxima os fatos para descobrir a relação existente entre eles (ZANELLA, 2013, p.21).

A pesquisa foi realizada através de dados ordenados e publicados. Por intermédio de relatórios, manuais e documentos de organizações e de pesquisas já desenvolvidas por outras pessoas que estudaram sobre o assunto abordado (ZANELLA, 2013).

Através das referências bibliográficas, cruzando-as com a pesquisa realizada e avaliando a prática com relação aos objetivos propostos pôde-se chegar à análise dos dados.

Utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental e descritiva.

2.1.1. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica adotada foi composta por publicações com temas em sustentabilidade, governança, território, desenvolvimento territorial e redes.

A pesquisa bibliográfica busca definir argumentos de um problema através de referenciais teóricos, sejam eles de livros, cartilhas e, ou, documentos publicados. "...busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema" (SILVA, 2005).

Quadro 01 – Bibliografias utilizadas.

Temas relevantes	Bibliografias utilizadas
Território	Carrière e Cazella, 2006 Lucizani, 2021 Pena, 2022 Raffestin, 1993 Santos, 2011 Saquet, 2011
Desenvolvimento territorial	Albuquerque Llorens, 2001 Carrière e Cazella, 2006 Costamagna, 2017 Dallabrida, et al, 2017 Mitschein, et al, 2013 Pires et al, 2011

Desenvolvimento sustentável	Bezerra, 2000 Callado, 2000 Carvalho, 2002 Lira, 2013 Oliveira, 2001 ONU, 2016 Parque Nacional do Iguaçu, 2002
ODS	ETHOS, 2021 ONU PNUD
Governança	Dalio, 2022 De Paula, 2008 Elena, Olave, 2017 Frogeri, et al., 2022 Isaca, 2012 Machado Filho, 2020 Martinelli e Joyal, 2004 Pires et al, 2011 Roesler, et al., 2021 SEBRAE, 2009 Silveira, 2021 Teixeira, 2019 Zaragoza, 1990
Organizações	Eberhart, Finkler, 2021 Galvão, 2017 Machado Filho, 2020 Nogueira, 2017
Políticas Públicas	Castro e Oliveira, 2014 Hall, 2004 Silva, 2015 Souza, 2006
Redes	Beluzzo, et al., 2015 MTUR, 2007 Nascimento e Labiak Junior, 2011 Wegner, 2020
Impactos	Graziero e Reis, 2015 Neimam, 1991 PNE, 2020 PDE, 2007 Tachizawa, 2004
Usinas Hidrelétricas	ANEEL, 2022 PNE, 2020 PDE, 2007

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

2.1.2. Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva tem por base observar, analisar, registrar e relacionar os fatos sem manipulá-los. Procura descobrir, com o melhor detalhamento possível, os fatos, suas características peculiares, e procura conectar esses dados com a abordagem do tema. “Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade.” (SILVA, 2005).

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo – tomado isoladamente – como de grupos e comunidades mais complexas (SILVA, 2005, p.50).

Foram utilizadas fontes primárias, secundárias e as terciárias para desenvolver a pesquisa.

Dados primários, através da análise de documentos, buscam identificar as informações que são fatos e ocorridos de um documento, partindo do princípio de hipóteses de interesse do pesquisador e de questões que são relevantes para a pesquisa. “Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecerem informações interessantes.” (CELLARD, 2008).

Desta forma, buscou-se acesso diretamente nos documentos das organizações, utilizando websites e e-mails, para coletar as informações necessárias e a confirmação em mais de uma fonte. No apêndice A, pode-se verificar a relação de dados solicitados para as organizações pesquisadas.

É necessário investigar documentos a fim de se descrever e comparar usos e costumes, as tendências e diferenças e outras características que possam existir (SILVA, 2005).

Sendo as fontes secundárias: “... os livros e artigos através dos quais outros pesquisadores informam os resultados de pesquisas baseadas em dados primários ou fontes.” Através deles é possível realizar citações e mencionar como pensadores já analisaram o assunto (BOOTH, et al., 2005).

E, “As fontes terciárias sintetizam e explicam a um público popular a pesquisa feita em uma certa área, ou simplesmente reafirmam e/ou o que outros

disseram.” São fontes que geralmente não expressam todos os fatos, por serem sínteses de trabalhos mais detalhados. (BOOTH, et al., 2005).

2.2. VARIÁVEIS DA PESQUISA

As variáveis auxiliaram na condução da pesquisa, demonstrando os itens, categorias e dimensões propostas para o estudo. “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade, ou para descobrir verdades parciais”. (LAKATOS e MARCONI, 2007).

Definiu-se como propósito de estudo, identificar as organizações existentes nos territórios alagados por usinas hidrelétricas e o funcionamento destas organizações no território; os formatos de organizações mais usuais e apresentar um modelo de governança no sentido de contribuir no desenvolvimento dos territórios impactados por usinas hidrelétricas.

Com base nestes dados, foram identificadas as variáveis que seriam necessárias para compor o estudo, que são:

Quadro 02 – Variáveis

Temas	Variáveis da Pesquisa
Território	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de usinas hidrelétricas; • Nome e regiões das usinas hidrelétricas; • Organizações regionais nos territórios destas usinas;
Organizações	<ul style="list-style-type: none"> • Ano de fundação; • Quantidade de municípios associados; • Quais os municípios que fazem parte; • Usinas de influência; • Forma jurídica; • Região que se encontra; • Quem são os associados; • Se possui estatuto e regimento; • Forma de arrecadação; • Principais parceiros;

	<ul style="list-style-type: none"> • Principais ações e convênios; • Se possui consórcios, e quais; • Objetivos e finalidades.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Conforme o Quadro 02, para identificar as organizações existentes nos territórios afetados por barragens buscou-se, inicialmente, identificar a quantidade de usinas hidrelétricas existentes no Brasil. Com a lista de usinas e localizações disponibilizada pela AMUSUH, buscou-se identificar as organizações ativas existentes que foram criadas com fins de desenvolvimento territorial.

Após a identificação das organizações que estavam nos espaços geográficos afetados por barragens para a geração de energia através de usinas hidrelétricas, definiu-se as variáveis que seriam necessárias para compor este estudo, conforme apresentado no Quadro 02.

As variáveis foram criadas para identificar as formas de governanças existentes nos territórios onde existiam organizações para o desenvolvimento territorial.

2.3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.

A identificação das informações necessárias para análise deu-se através de pesquisas realizadas em websites das organizações, de organizações que congregam as associações e/ou, municípios de forma nacional, em sites de notícias e de prefeituras.

Houve a necessidade de envio de e-mails (Apêndice A) para comprovação de alguns dados, bem como identificação de variáveis que não havia em todos os meios de pesquisa on-line.

O objetivo da análise é organizar os dados coletados de modo que forneçam as respostas ao problema da pesquisa. A interpretação tem como objetivo encontrar o sentido mais amplo das respostas, fazendo a ligação destas com conhecimentos anteriores, como por exemplo, os conhecimentos teóricos (SILVA, 2005, p.137).

A análise das informações apuradas mostrou as diversas formas de atuação das organizações, e que obtiveram um melhor desempenho.

Cruzando os dados obtidos com as pesquisas bibliográficas, pôde-se chegar a uma análise dos dados coletados e a sugestão de um modelo de governança utilizando o modelo de redes como ferramenta de articulação.

CAPITULO III

GOVERNANÇA NAS ORGANIZAÇÕES DE TERRITÓRIOS IMPACTADOS POR USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL.

Com a formação das barragens para a construção de usinas de geração de energia hidrelétricas, surgiram novas configurações de territórios, formando novos municípios e remodelando os já existentes. Na condução do estudo pesquisou-se quais eram as usinas hidrelétricas no Brasil, e após ter acesso a lista de usinas em operação pela AMUSUH (Anexo A), foi realizada a investigação para saber se nas regiões que estas usinas estão instaladas havia algum tipo de grupo, entidade, organização constituída para o desenvolvimento do território. Assim, primeiro levantou-se sobre as usinas, também, organizações nacionais que têm como objetivo a defesa de áreas alagadas, e após este levantamento, buscou-se identificar as organizações que existiam, de fato, para o desenvolvimento territorial.

3.1 USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

Após apuração de lista de usinas hidrelétricas existentes, adotou-se para fins de análise, a listagem da AMUSUH por ser a mais confiável e com maior quantidade de dados.

Segundo lista fornecida pela AMUSUH, são 179 usinas hidrelétricas em operação (Anexo A); Segundo a ANEEL são 219 usinas - dados de 2020; contudo não foi identificada uma lista com o nome e localização das usinas. As usinas no Brasil, destacam-se em sete categorias: sendo as hidrelétricas (divididas em três subcategorias – Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) (com mais de 30 MW); térmicas; nucleares; eólicas e solares.

Segundo nota técnica da análise socioambiental das fontes energéticas do PDE⁸ (MME, 2020):

⁸ PDE – Plano Decenal de Expansão de Energia

A hidroeletricidade é responsável por 59% da potência instalada atualmente no Brasil (ANEEL, 2020). O parque hidrelétrico existente é composto por 219 usinas hidrelétricas (UHEs) em operação, totalizando **103 GW de potência instalada**. A maior parte das UHEs existentes situa-se nas bacias do Paraná e Atlântico Sudeste, no Sudeste e Sul do Brasil. Em relação à modernização, o Brasil apresenta importante potencial, já que historicamente a hidroeletricidade apresenta papel primordial na geração elétrica. Levantamento realizado pela EPE (2019) identificou que cerca de 3.800 MW já foram adicionados ao sistema por meio de ações de modernização e há potencial para adicionar mais cerca de 11.000 MW de capacidade (MME, 2020, p.18).

Os reservatórios são áreas alagadas para compor o recurso hídrico suficiente para a geração das turbinas das hidrelétricas. A formação dos lagos artificiais afeta diretamente os municípios e suas economias, as quais, nem sempre, são identificadas nos estudos pertinentes e recomendados pelo PNE e PDE.

Apesar de ter vários estudos de impactos exigidos, a real interferência das áreas alagadas nos municípios não é devidamente analisada nos estudos, os quais ficam aquém do que se deseja.

Apesar de a ANEEL divulgar que há 219 usinas operando, não identificou-se com a pesquisa um número expressivo de organizações que se formaram para o desenvolvimento dos territórios que foram impactados.

3.2. ORGANIZAÇÕES DECORRENTES DE ÁREAS ALAGADAS

3.2.1. Nacionais

Considerando as associações nacionais de defesa aos interesses de municípios alagados, tem-se a MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, criada na década de 1980 e tem por finalidade atuar junto a defesa das comunidades atingidas bem como ações para o meio ambiente; e a AMUSUH com sede em Brasília criada em 1993 que tem por principal objetivo trabalhar junto à Federação para fortalecer, através de leis, os municípios sede de usinas e municípios alagados.

As organizações nacionais não é o foco deste trabalho, o qual visa identificar e analisar as organizações que foram implantadas territorialmente em áreas atingidas pela criação de barragens para a produção de energia hidrelétrica por grandes obras.

3.2.2. Organizações Territoriais

A pesquisa foi realizada identificando as organizações territoriais criadas para o desenvolvimento das áreas diretamente afetadas por barragens de usinas hidrelétricas.

A pesquisa demonstrou existir poucas organizações em funcionamento nestes territórios formados por municípios impactados diretamente por barragens.

Identificou-se 15 organizações territoriais, sendo que cinco não tinham as informações necessárias para a pesquisa e 10 possuem informações conforme as variáveis definidas na metodologia, sendo nove organizações associativas e uma organização em forma de consórcio público.

- Organizações Territoriais não Inclusas na Análise.

Conforme o Quadro 03, que através das pesquisas nos territórios impactados por usinas, foram identificadas, as quais foram criadas, contudo, não há maiores informações, como é o caso da Associação dos Municípios Impactantes por Usina do Norte de Mato Grosso (AMIU), e da Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito em Carolina no Maranhão. Sobre ambas há notícias referentes a sua formação em 2013, citadas pela CNM - Confederação Nacional de Municípios, mas não há indícios de continuidade das suas ações.

Quadro 03 – Organizações Territoriais não Inclusas

ORGANIZAÇÃO	ESTADO	Usina de Influência
AMIU – Associação dos Municípios Impactantes por Usinas do Norte do Mato Grosso	Mato Grosso	Usina Colider; Usina Apiacás, Usina Magessi, Usina Teles Pires.
Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito de Carolina.	Maranhão	Usina de Estreito

APESC – Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina	Santa Catarina	Gerenciam PCH's; eólicas, solar.
COMPART	Pará	Usina de Tucuruí
COMLAGO	Tocantins	Usina Três Marias

Fonte: Elaborado autora, 2022.

Algumas informações encontradas das organizações que constam no Quadro 03 e que não foram utilizadas para análise desta pesquisa, que podem demonstrar um pouco das organizações.

A AMIU – Associação dos Municípios Impactantes por Usina do Norte de Mato Grosso que compreende os municípios de Alta Floresta, Nova Santa Helena, Nova Canaã do Norte, Itaúba, Carlinda, Itanhanga, Santa Rita do Trivelato, União do Sul, Ipiranga do Norte, Santa Carmem, Nova Maringá, Vera, Nova Ubitatã, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Cláudia. Foi criada em 2013, prevendo os impactos que a região sentiria quando havia a construção e licitação de cinco usinas, conforme matéria publicada pela CNM. Apesar da sua formação não há indícios de continuidade desta organização.

Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito em Carolina no Maranhão, não possui dados exatos de quantos municípios possui, existe algumas notícias desta associação na MAB e também na CNM, contudo não há indícios de continuidade de suas ações.

A APESC – Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina, não entra nas variáveis e parâmetros da pesquisa proposta, devido ser uma associação de geração de energia, gestão e venda da energia gerada, não tendo como objetivo o desenvolvimento regional.

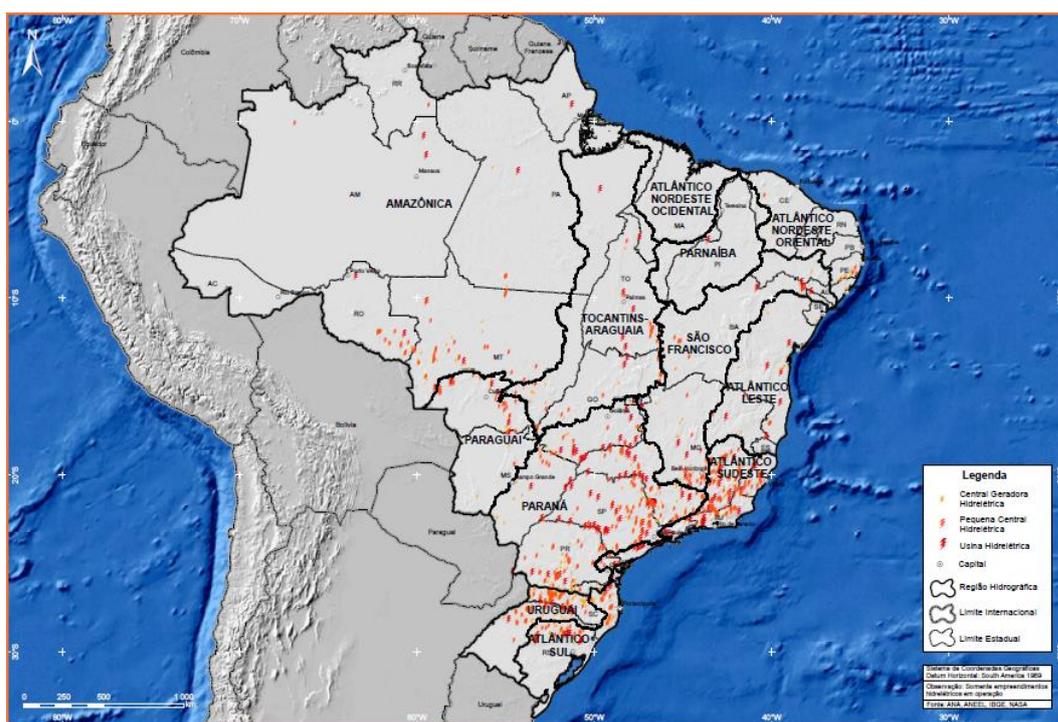
Existem vários consórcios, contudo a maioria estão diretamente ligados a uma associação. Foram criados com o fim de ser um meio executor das associações pesquisadas e existentes. Há dois consórcios que foram criados sem possuírem uma associação conjunta, contudo não houve continuidade, sendo: um no Pará, chamado COMPART, que estava inativo e está passando por reformulação; existe um site, mas está em construção. Em contato foi informado que o mesmo está em remodelação, passando neste momento por análise e aprovação das leis municipais para que possa compor o consórcio e poder retomar os trabalhos. E o COMLAGO em Tocantins, outro consórcio que está com o site desativado, existe uma página na rede social *facebook*, contudo

não há informações adicionadas a partir de 2014, e nas prefeituras participantes não há indício de sua continuidade, contudo o CNPJ ainda aparece como ativo.

- Organizações Territoriais em Atividade

Das 219 usinas que constam no site da ANEEL, apenas teve-se acesso de informação de 179 usinas que a AMUSUH possui registro, e após verificação apenas 10 territórios foram identificados e apresentam algum tipo de organização ativas e realizando ações nos territórios. As organizações que comporão o estudo se encontram em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Figura 03 – Mapa com as Usinas Hidrelétricas no Brasil.



Fonte: <https://metadados.snirh.gov.br/>, 2022.

Na Figura 03, é possível visualizar a grande concentração de usinas hidrelétricas em suas três categorias, principalmente no sudeste, centro-oeste e sul do Brasil.

Santa Catarina e Minas Gerais, possuem histórico de desenvolvimento territorial através de entidades organizadas do terceiro setor. Iniciativa que aconteceu muito na década de 1970 e 1980 no Brasil e que nestes dois estados

demonstra um maior desenvolvimento e engajamento. Assim estas organizações existentes resultam de um movimento aquém de regiões afetadas por barragens, mas sim, um movimento dos estados em desenvolver e fortalecer as regiões de forma geral. Pode-se observar esta afirmação com a visualização das datas de formação das organizações e as datas de início das barragens.

No Quadro 04, apresenta-se o nome das organizações, localização, data de fundação e a usina hidrelétrica de influência; é possível verificar que a maioria foi concebida nas décadas de 70 e 80 ou início da década de 90. Outra informação é que as hidrelétricas de Furnas, que se localizam no estado de Minas Gerais, são as que possuem mais organizações em seu território.

Quadro 4 – Organizações e suas Localizações

Nome	Sigla	Localização	Data de fundação	Barragem de influência
Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	AMAUC	Alto Uruguai	24/06/1976	Itá, 2000 e Machadinho, 2002
Associação dos Municípios do Lago de Furnas	ALAGO	Sul de Minas – Bacia do Rio Grande	18/07/1988	Furnas, 1963
Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá	AMULBI	Alto Uruguai	23/01/1996	Itá, 2000
Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí	AMBASP	Sul de Minas Gerais	12/07/1977	Furnas, 1963
Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas	AMAG	Sul de Minas Gerais	03/08/1977	Furnas, 1963
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande	AMEG	Sudoeste Minas Gerais – Bacia do Rio Grande	30/11/1984	Furnas, 1963 e Peixotos, 1956
Associação dos municípios do Planalto Sul de Santa Catarina	AMPLASC	Planalto Sul de Santa Catarina	26/03/1997	Campos Novos, 2001
Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba	AMVAP	Vale do Parnaíba	01/12/1981	Cachoeira Dourada, 1963; Emborcação, 1982;

				Itumbiara, 1974; São Simão, 1978;
Associação de Municípios do Vale Europeu	AMVE	Vale de Itajaí	23/07/1969	Salto, 1914 e Salto Pilão, 2009
Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	LINDEIROS	Lago de Itaipu – Oeste do Paraná	13/03/1990	Itaipu, 1984

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Após realizada pesquisa nas regiões das usinas hidrelétricas, identificou-se 10 organizações sendo quatro em Santa Catarina, cinco em Minas Gerais e uma no Paraná.

Essas são as organizações formadas e com as áreas geográficas definidas por serem afetadas por grandes barragens especificamente.

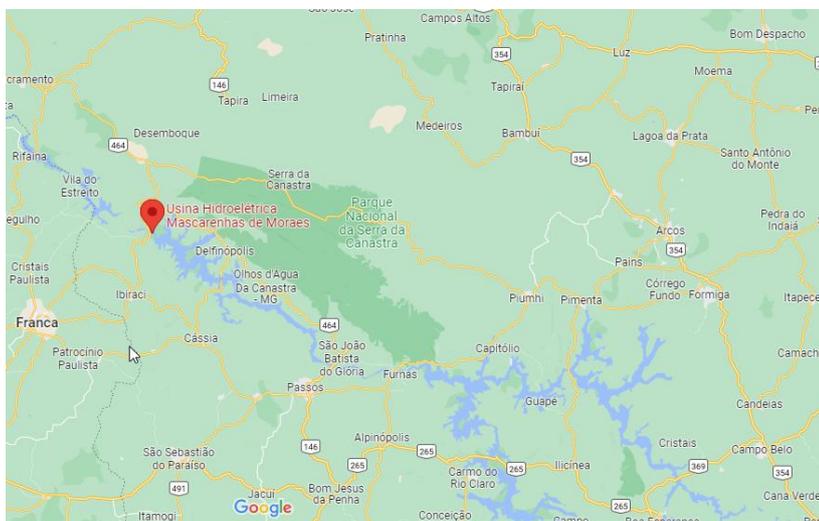
As 10 organizações pesquisadas estão, em sua maioria, nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais. Apenas uma organização está no estado do Paraná. Através do quadro 05 nota-se que a Usina de Furnas possui o maior número de organizações formadas para o desenvolvimento territorial.

Através dos mapas é possível identificar os municípios que foram afetados pelo alagamento para a formação dos lagos artificiais, ou reservatórios, como são comumente chamados, e demonstram as áreas de influência de cada uma das 10 organizações pesquisadas e identificadas neste estudo.

Com a apresentação dos mapas foi possível visualizar de forma mais clara onde estão, tanto as usinas de influência, como também as organizações formadas para o desenvolvimento territorial.

Na Figura 04 é possível verificar a Usina de Peixoto, bem como reservatórios da Usina de Furnas. Nesta região foi formada a AMEG em 1984, localizada no sudoeste de Minas Gerais na Bacia do Rio Grande.

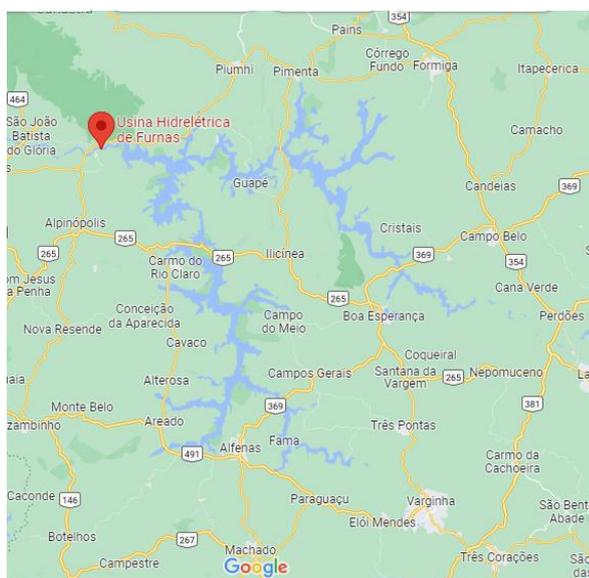
Figura 04 – Usina de Peixoto



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 05 apresenta a área de influência da Usina de Furnas, onde encontram-se quatro, das dez organizações pesquisadas, sendo: AMEG, AMAG, AMBASP e a ALAGO, localizadas em Minas Gerais.

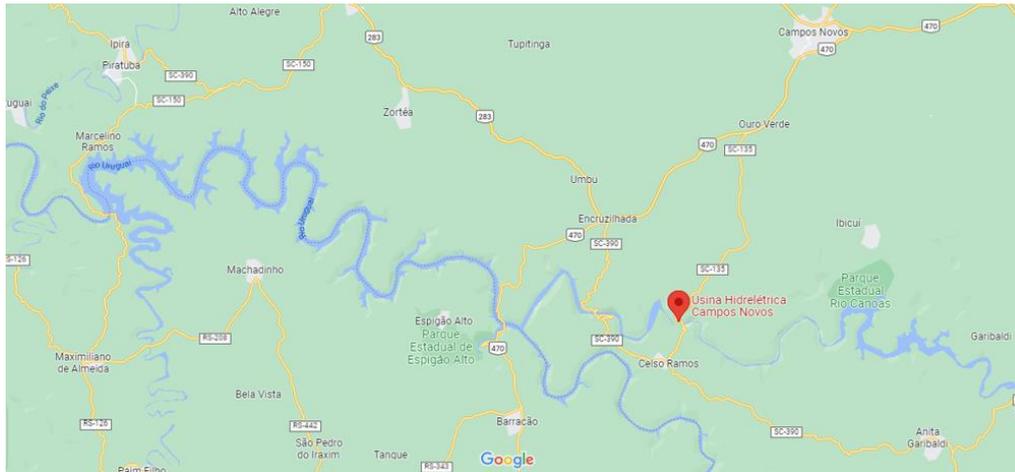
Figura 05 - Usina de Furnas



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 06 apresenta a área de abrangência da Usina de Campos Novos no Planalto sul de Santa Catarina onde encontra-se a organização da AMPLASC.

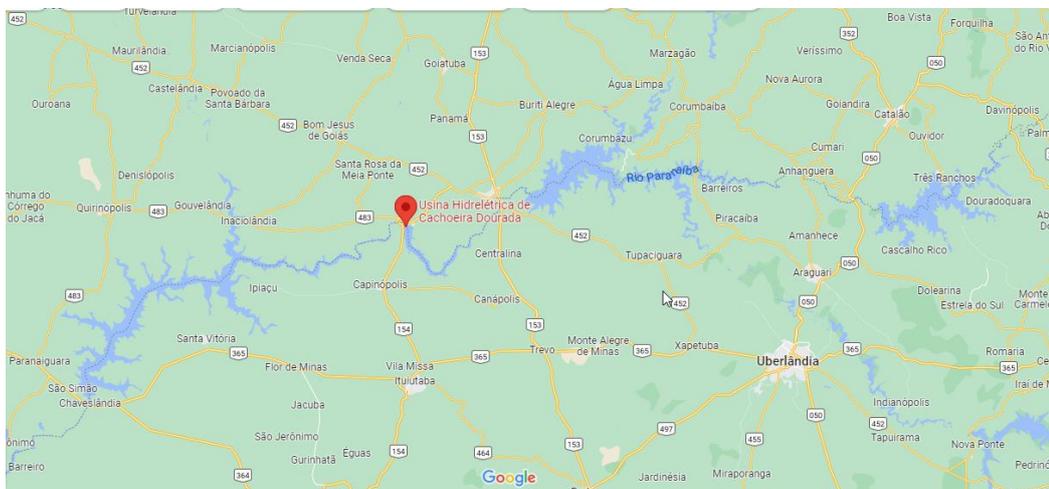
Figura 06 – Usina de Campos Novos



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 07 demonstra a região de abrangência da Usina do Vale do Parnaíba, onde pode-se visualizar os reservatórios de Cachoeira Dourada, Emborcação, Itumbiara e São Simão. Esta região possui a organização da AMVAP que conta com 24 municípios e está localizada em Minas Gerais.

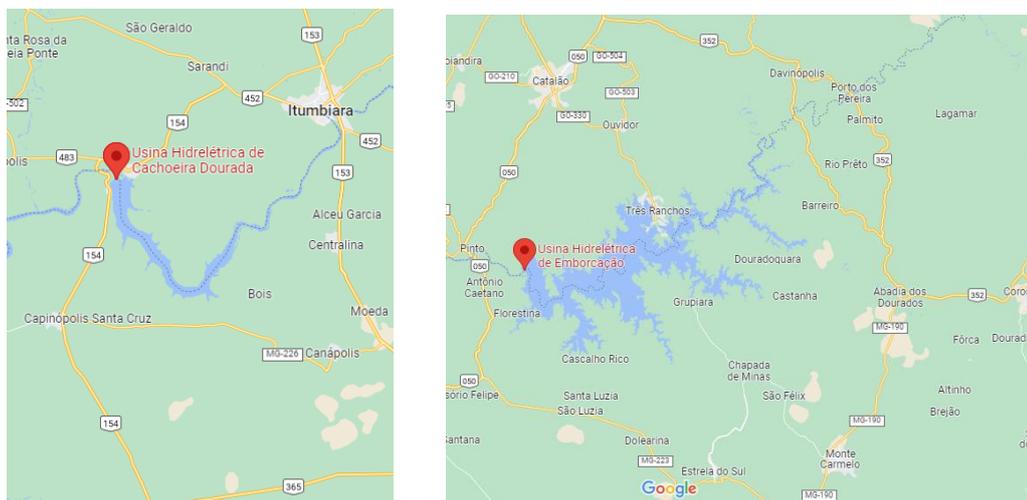
Figura 07– Usina de Vale do Parnaíba



Fonte: google maps, setembro 2022

As figuras 08 e 09 mostram, individualmente, as Usinas do Vale do Parnaíba em Minas Gerais, onde está localizada a organização da AMVAP.

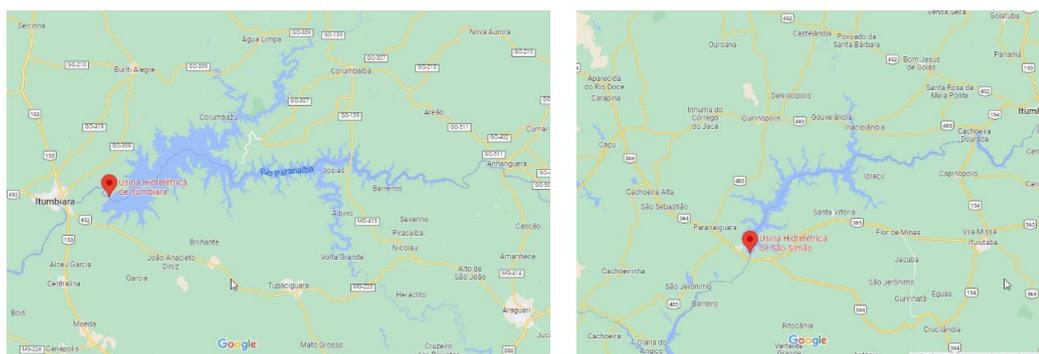
Figura 08 – Usina de Cachoeira Dourada e Emborcação



Fonte: google maps, setembro 2022

As figuras 08 e 09, demonstram quatro usinas de influência que possuem uma única organização que representa o território.

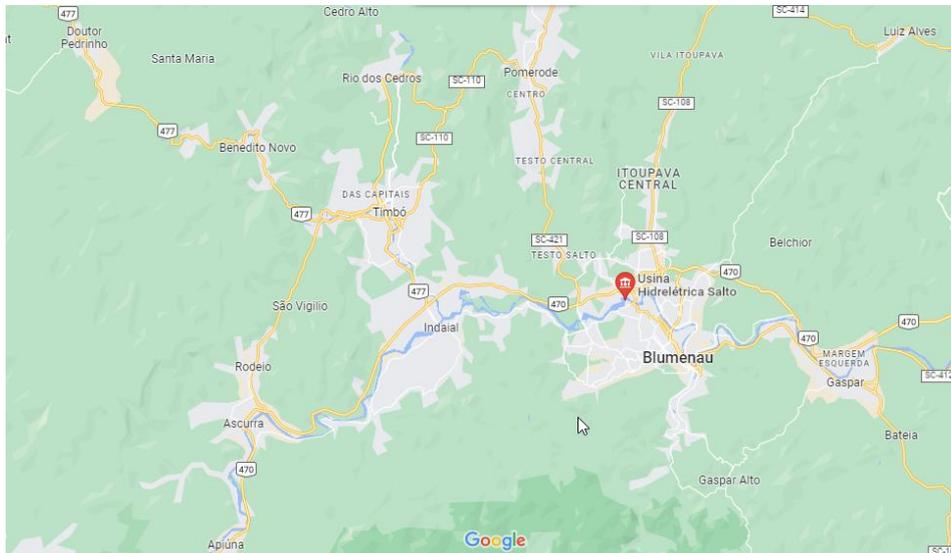
Figura 09 – Usina de Itumbiara e São Simão



Fonte: google maps, setembro 2022

Na Figura 10 pode-se visualizar a Usina de Salto a qual é a mais antiga usina identificada na pesquisa datada de 1914 localizada no Vale do Itajaí em Santa Catarina, e possui a organização AMVE em seu território.

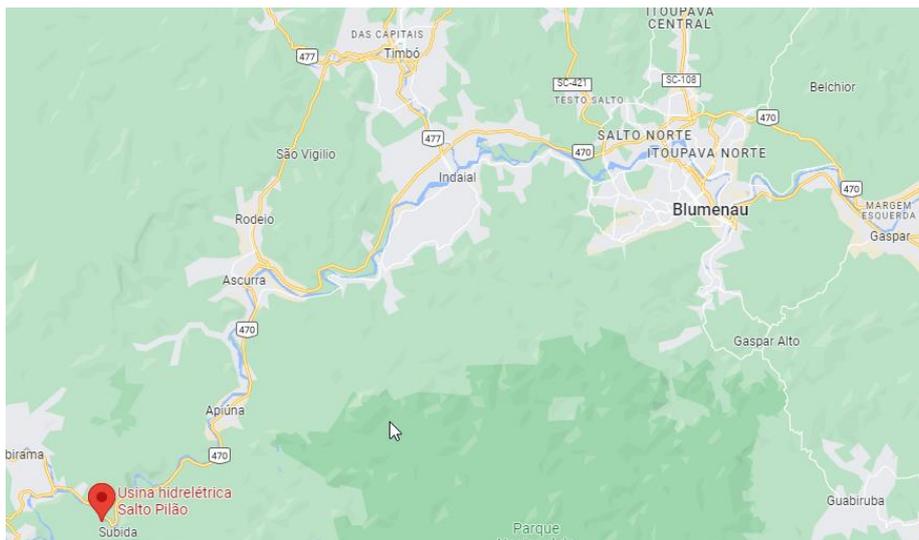
Figura 10 – Usina de Salto



Fonte: google maps, setembro 2022

Na Figura 11 pode-se visualizar a Usina de Salto Pilão e a Usina de Salto, ambas do Vale de Itajaí, as quais, juntas, representam a área de influência da AMVE, sendo a entidade com data de fundação mais antiga.

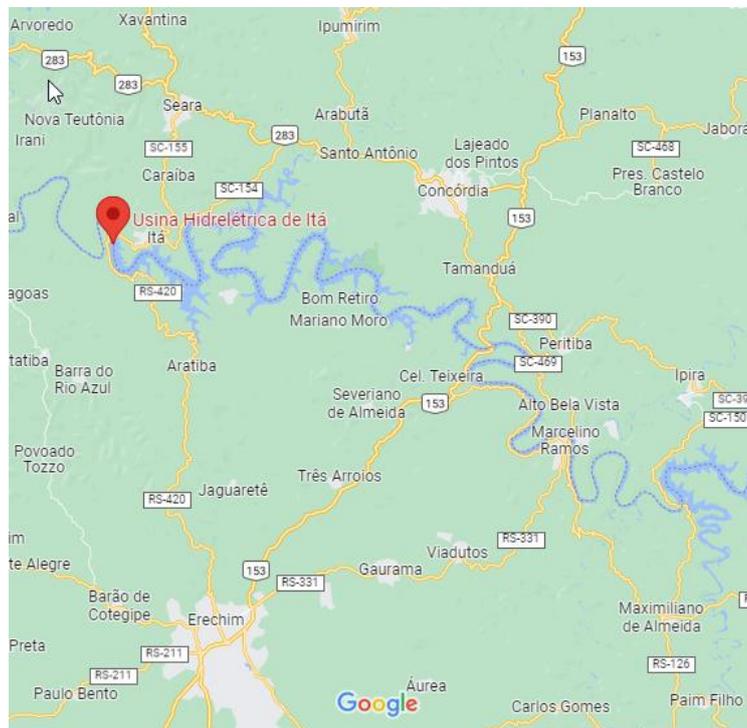
Figura 11 – Usina de Salto Pilão



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 12 pode-se observar a área de influência da Usina de Itá, no Alto Uruguai, em Santa Catarina, com a organização AMULBI.

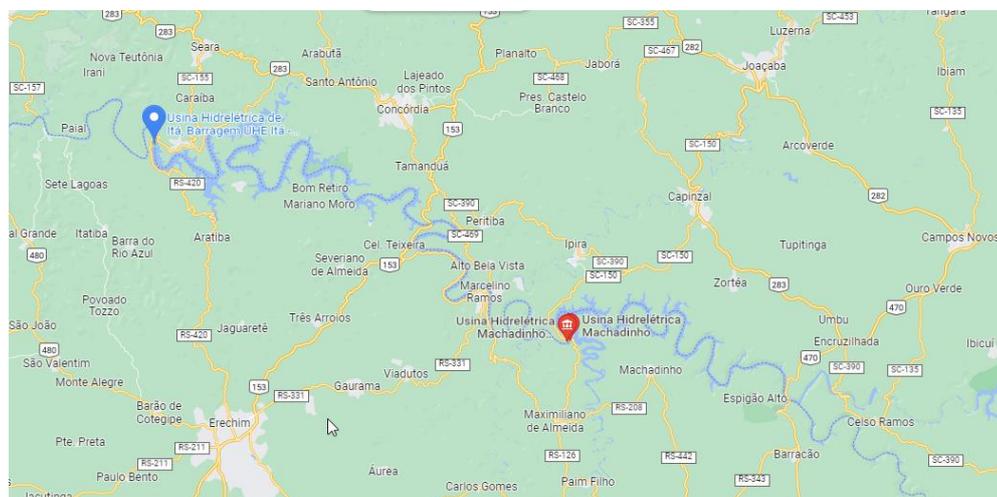
Figura 12 – Usina de Itá



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 13 apresenta a área de influência das usinas de Itá e de Machadinho, também localizadas em Santa Catarina no Alto Uruguai onde encontra-se a organização AMAUC.

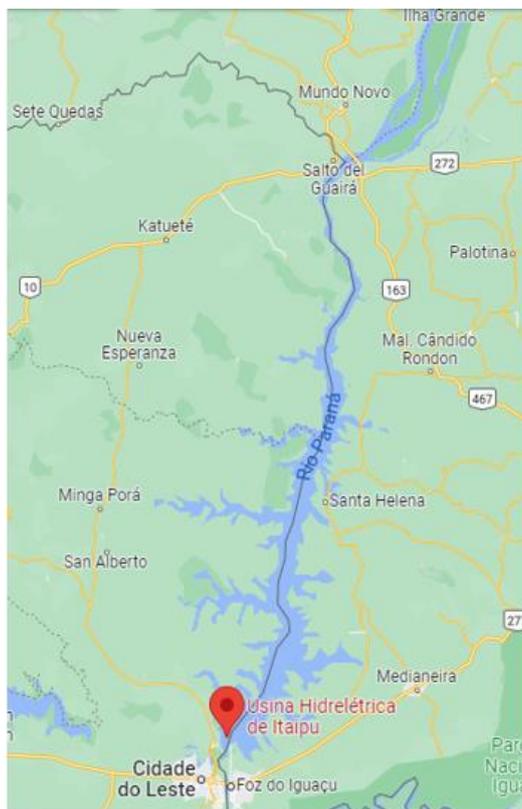
Figura 13 – Usina de Itá e Machadinho



Fonte: google maps, setembro 2022

A Figura 14 apresenta a área de influência da Usina de Itaipu no Paraná, divisa com o Paraguai, sendo a única área com fronteira internacional, onde encontra-se a organização dos LINDEIROS.

Figura 14 – Usina de Itaipu Binacional



Fonte: google maps, setembro 2022

3.3. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ATIVAS

Neste item será destacado como as organizações pesquisadas se apresentam, quantidade de municípios, estruturas, parceiros, programas, atividades e ações desenvolvidas, e os documentos jurídicos das organizações pesquisadas. Aqui será apresentada a forma de gestão destas organizações e sua forma de atuação no território.

3.3.1. Organizações e seus municípios.

O Quadro 05 apresenta a sigla pela qual as organizações são conhecidas, a quantidade de municípios e as entidades que compõe tal organização; no

apêndice B consta este quadro com o nome dos municípios. A partir deste quadro serão utilizadas apenas as siglas das organizações pesquisadas para facilitar a visualização dos dados.

Quadro 05– Organizações, Siglas, Número de Municípios Abrangidos e Órgãos que Compõem o Quadro de Associados.

NOME	Sigla	Quant. mun.	organizações que compõe
Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	AMAUC	8	Prefeituras
Associação dos Municípios do Lago de Furnas	ALAGO	34	Prefeituras
Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá	AMULBI	11	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí	AMBASP	22	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas	AMAG	29	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande	AMEG	20	Prefeituras
Associação dos municípios do Planalto Sul de Santa Catarina	AMPLASC	7	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba	AMVAP	24	Prefeituras
Associação de Municípios do Vale Europeu	AMVE	14	Prefeituras
Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	LINDEIROS	16	Prefeituras, câmaras de vereadores e associações comerciais e industriais

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Comparando as organizações do Quadro 05 é possível verificar que apenas o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu é composto por mais de um tipo de organização. A entidade congrega prefeituras, câmaras de vereadores e associações comerciais, sendo esta composição desde sua formação. O Conselho teve sua formação estimulada pelas associações comerciais, as quais buscaram os prefeitos da década de 1990 para a formação de uma entidade para reivindicar os royalties. As demais

organizações pesquisadas possuem em seu quadro social apenas prefeituras, ou seja, setor público.

A organização que menos municípios tem possui sete, em Santa Catarina e a maior possui 34 municípios em Minas Gerais, na Usina de Influência de Furnas. Verifica-se dois que possuem menos de 10 municípios, três que possuem entre 11 e 20 municípios; quatro que possuem entre 21 e 30 municípios e apenas uma acima de 31 municípios. Considerando que o Conselho dos Municípios Lindeiros possui 16 municípios e são três organizações por município que fazem parte, possui o maior número de membros efetivos representativos, chegando a 48 associados. Em algumas das organizações de Minas Gerais, os vereadores podem participar das assembleias sem direito a voto. Também através dos estatutos verifica-se que vereadores, vice-prefeitos e secretários podem participar das ações das organizações, contudo apenas prefeitos e, ou, os vice-prefeitos indicados podem votar em assembleia.

3.3.2. Estrutura das Organizações

Neste item buscou-se entender a forma como cada organização obtém seus recursos junto aos associados. Aqui foram analisados os estatutos sociais das organizações, bem como, houve o contato com executivos para entender as formas de arrecadação de recursos.

Aqui também é apresentada a quantidade de funcionários e as formas de contratação usuais.

Pôde-se verificar que algumas organizações possuem uma quantidade muito maior de funcionários que outras. Estes quantitativos não são relacionados ao número de municípios, mas sim à quantidade de serviços ofertados, o que demanda de maior quadro de colaboradores.

Quadro 06 – Formas de contribuição e estrutura de RH

Sigla	Principais Formas de Arrecadação	Quantidade de Funcionários	Forma Contratação
AMAUC	Contribuição dos municípios através de rateio, prestação de serviços,		

	receitas especiais e suplementares dos municípios, convênios.	22	CLT ⁹
ALAGO	1% da compensação da CFURH	5	CLT
AMULBI	Contrato de rateio entre os municípios de acordo com assembleia.	1	CLT
AMBASP	De 0,75% a 1,5% do FPM, estabelecido anualmente em assembleia.	15	CLT
AMAG	Contrato de rateio entre os municípios após aprovado orçamento do ano seguinte no mês de novembro.	2 funcionários 6 colaboradores	CLT Pessoa Jurídica
AMEG	Rateio das despesas entre os municípios	14	CLT
AMPLASC	De 0,3% a, no máximo 2,5%, da receita arrecadada pelos municípios – forma de rateio.	9	CLT
AMVAP	No estatuto é aberto, cabendo à assembleia e contrato de adesão o valor por município.	18	CLT
AMVE	Contribuição mensal dos municípios associados em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% (um, vírgula dois por cento) do valor anual de recebimento de repasse do FPM – Fundo de Participação dos Municípios;	24	CLT
LINDEIROS	Prefeituras - 0,10% a 0,30% dos royalties ¹⁰ estabelecidos em ata de assembleia o percentual do ano a ser cobrado acrescido de 0,30% a 1% do FPM, estabelecido anualmente em assembleia o percentual a ser aplicado, e o acréscimo de 1% a 3% da arrecadação das câmaras de vereadores que fazem parte do Conselho, também estabelecido anualmente o percentual	3 funcionários 6 colaboradores	CLT Terceirizado

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

As formas de arrecadação são as mais diversas, contudo a porcentagem pelo FPM¹¹, e o rateio das despesas entre os associados são as formas mais usuais. As organizações que se diferenciam são: a ALAGO sendo sua principal arrecadação 1% da CFURH¹² - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos; A AMVAP na qual é estabelecido em assembleia a contribuição, não tendo um índice de parâmetro. E os Lindeiros, em que até maio do ano corrente (2022) somente as prefeituras realizavam aporte financeiro à

⁹ A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil. Seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas.

¹⁰ Royalties é uma palavra derivada do inglês Royal, que significa aquilo que pertence ao Rei. Em português poderia ser traduzido como regalia ou privilégio. Royalties são uma quantia paga por alguém a um proprietário pelo direito de uso, exploração e comercialização de um bem.

¹¹ Fundo de Participação dos Municípios.

¹² Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos

organização, sendo 0,30% do valor dos royalties. Com a reformulação do estatuto e regimento passou a ter um índice do FPM. As câmaras de vereadores, que até então não aportavam recursos à organização, irão contribuir, a partir de 2023. Ainda sobre os Lindeiros, os percentuais que serão afixados serão definidos na última assembleia anual, para o ano subsequente.

Em relação aos recursos humanos das organizações, em sua maioria, é feito através de CLT; sendo que a AMAG e os LINDEIROS apresentam contratação por pessoa jurídica através de assessorias e trabalhos específicos. A AMULBI, que está em reestruturação da organização possui apenas um funcionário, quatro organizações têm menos de 10 funcionários e cinco possuem entre 14 a 24 funcionários, sendo que estas que apresentam maior número de funcionários possuem salas estruturadas de projetos.

Além das contribuições dos membros efetivos, as organizações buscam recursos através de parcerias, convênios, patrocínios de outros órgãos governamentais e também de cooperativas, empresas estatais e empresas financeiras, bem como das empresas que fazem a gestão das usinas hidrelétricas da área de influência. No Quadro 07 apresenta-se os principais parceiros que aportam recursos financeiros, e, ou, recursos econômicos para as organizações.

Quadro 07 – Parceiros

PARCEIROS	AMAUC	ALAGO	AMULBI	AMBASP	AMAG	AMEG	AMPLASC	AMVAP	AMVE	LINDEIROS
Usina de influência		X	X	X	X	X				X
Governo do Estado		X		X	X	X	X	X	X	X
Governo Federal		X		X	X	X	X	X	X	X
Bancos										X
Cooperativa de Créditos		X	X							X
CNM	X						X	X		
FECAM		X					X			
SEBRAE			X	X			X			X
Senac							X			
Consórcios regionais										X
Universidades	X									X
Corpo de bombeiros				X						
Agências de desenvolvimento.									X	X
AMUSUH										X

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Conforme o Quadro 07, é possível notar os principais parceiros de cada organização, sendo que o Governo Federal e Estadual são os mais frequentes. Seis possuem parceria com as usinas hidrelétricas, quatro possuem o SEBRAE como parceiro, três possuem parceria com a CNM e dois com a FECAM - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina. Nota-se que a AMUSUH que é uma organização nacional em prol dos municípios alagados e sedes de usina, possui apenas parceria e conta em seu quadro de contribuinte apenas os LINDEIROS, bem como apenas nos LINDEIROS e na ALAGO aparecem instituições de ensino superior atuando em projetos.

Quadro 08 – Organização e documentos jurídicos.

Sigla	Tipo de organização	Estatuto	Regimento
AMAUC	Entidade jurídica de direito privado	Sim	Não
ALAGO	Entidade civil sem fins lucrativos	Sim	Não
AMULBI	Entidade civil sem fins lucrativos	Sim	Não
AMBASP	Entidade civil de duração indeterminada	Sim	Não
AMAG	Entidade civil sem fins lucrativos	Sim	Sim
AMEG	Consórcio *	Sim	Sim
AMPLASC	Entidade jurídica de direito privado	Sim	Não
AMVAP	Entidade civil de direito privado	Sim	Não
AMVE	Entidade de direito privado sem fins lucrativos.	Sim	Não
LINDEIROS	Entidade jurídica de direito privado	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O Quadro 08, apresenta o tipo de organização, como está descrito nos documentos de cada organização. A maioria das organizações são entidades civil sem fins lucrativos de direito privado. Todas são organizações jurídicas. A AMEG foi formada em 1984 como associação, em 2014 criou o Consórcio Público Multifinalitário¹³ como um braço executor, e em 2019 realizou a junção das duas organizações, passando a operar com o estatuto e a documentação do Consórcio apenas. Em pesquisa, visualizando o site, ainda aparece as duas organizações. Por e-mail aparecia apenas o Consórcio, e através de contato direto houve este esclarecimento e o entendimento dos documentos disponibilizados.

¹³ Refere-se às múltiplas aplicações do cadastro, principalmente ao planejamento urbano e regional. CREA.

A grande maioria trabalha apenas com estatuto, sendo apenas três que possuem regimento interno. Alguns trabalham com pareceres jurídicos, regulamentos, planos de trabalho e, ou, apenas deliberam em atas estabelecendo normas que regulam a organização, respeitando o estatuto.

Quadro 09 – Forma de Gestão

Sigla	Diretoria	Mandato diretoria	Conselho Fiscal
AMAUC	Presidente e três vices	Anual com reeleição	4 titulares 4 suplentes
ALAGO	Presidente e vice Tesoureiro e vice Secretário e secretário executivo	Anual com reeleição	Não existe quantidade definida no estatuto
AMULBI	Presidente e vice Secretário geral Tesoureiro	Dois anos sem reeleição	3 titulares
AMBASP	Presidente Dois vice-presidentes	2 anos sem reeleição	3 titulares 3 suplentes
AMAG	Presidente e três vice-presidentes Tesoureiro 1 e tesoureiro 2	Anual com reeleição	3 titulares 3 suplentes
AMEG	Presidente e vice	Anual com reeleição	3 titulares
AMPLASC	Presidente Vice-presidente 1º e 2º secretário Tesoureiro	Anual com reeleição	3 titulares 3 suplentes
AMVAP	Presidente Vice-presidente, 2º e 3º presidente	Anual com reeleição	4 titulares 1 suplente
AMVE	Presidente Vice-presidente Institucional Vice-presidente Políticas Públicas Vice-presidente Articulação Política Tesoureiro	Anual com reeleição	3 titulares 3 suplentes
LINDEIROS	Presidente e vice. Tesoureiro e vice. Secretário e vice	2 anos sem reeleição	3 titulares 2 suplentes

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

A forma da diretoria das organizações é bem distinta. Cinco delas possuem apenas presidentes e seus vices, em alguns casos os vices têm funções, como na AMVE. Em cinco organizações visualiza-se o presidente, secretário e tesoureiro, sendo que em alguns, todos os cargos tem vices e em outros, apenas na presidência, e na tesouraria. No caso da ALAGO, também dentro da diretoria é eleito o secretário executivo da organização. Outra diferença

da organização dos LINDEIROS conforme o estatuto, é que o presidente sempre será um prefeito, o tesoureiro um vereador e o secretário um empresário ligado a associação comercial, visto que esta organização se diferencia das demais quanto aos seus membros. Outra singularidade é que, nas demais organizações compostas por prefeituras seus membros representantes são, ou prefeitos, ou vice-prefeitos.

Em sete organizações o mandato da diretoria é anual, podendo ter reeleição, e em três organizações é de dois anos sem reeleição.

Todas as organizações possuem conselho fiscal, contudo sua composição é bem variada.

Quadro 10 – Parceria com Consórcios

Sigla	Possui consórcios	Quais
AMAUC	Sim	- Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental – Consórcio Lambari - Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMAUC - Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura Urbana e Rural – Consórcio Integrar - Consórcio Intermunicipal de Serviços Socioassistencial de Alta Complexidade – Casa Lar Pequeno Príncipe.
ALAGO	Não	Tem um protocolo de intensão firmado em julho de 2021 para a formação de um consórcio Multifinalitário, ação que envolveu Furnas Centrais Elétricas e a Alago.
AMULBI	Não	
AMBASP	Sim	CIMBASP – Consórcio Multifinalitário
AMAG	Sim	CIMAG – Consórcio Multifinalitário
AMEG	Sim	CIMEG – Consórcio Multifinalitário - Se tornou consórcio em 2019.
AMPLASC	Não	Os municípios participam de outros consórcios existentes em Santa Catarina individualmente.
AMVAP	Sim	CIS-AMVAP
AMVE	Sim	CIMVI – Consórcio Multifinalitário
LINDEIROS	Sim	CONSEG – Consórcio de Segurança Pública – sem atividade

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Em quase todas as organizações pesquisadas, há parcerias com um consórcio, sendo a maioria formada pela própria organização, com exceção da ALAGO que possui um protocolo de intenções para a criação do consórcio, a AMULBI que está em processo de reativação da associação e a AMPLASC em

que os municípios participam de consórcios existentes na região e não tem nenhum ligado diretamente à organização.

Das sete organizações que possuem consórcios, quatro são multifinalitários, sendo que o protocolo de intenções da ALAGO é para a formação de um consórcio multifinalitário, e nos Lindeiros existe a intenção, segundo as últimas atas da organização, de transformar o Consórcio de Segurança Pública, que está sem atividades desde 2012 em multifinalitário. Apenas a AMAUC trabalha com vários consórcios, sendo um para cada atividade fim.

3.3.3. Ações e Serviços das Organizações.

Em análise dos estatutos das organizações e seus sites, como também por intermédio do envio de informações por e-mail de algumas entidades, nota-se que existem ações e atividades que são comuns as organizações. Constata-se, também, que existem posturas adotadas por territórios, como exemplo, nas organizações de Minas Gerais, em que não há grupos de atuação em áreas específicas como câmaras técnicas e, ou, organizações semelhantes, sendo que nas organizações de Santa Catarina é comum esses grupos serem chamados de colegiados.

Nos históricos, estatutos e documentos que embasam as ações das organizações, todas elas citam o desenvolvimento de políticas públicas como sendo uma ação principal da organização. “A busca de soluções conjuntas” é outra frase muito utilizado nos documentos e sites para divulgar as ações das organizações.

As ações variam, desde serviços nas áreas jurídica, contábil, engenharia ambiental, engenharia civil e urbana, como também em atividades e ações ambientais que vão de coleta seletiva do lixo, licenciamentos ambientais, saneamento básico, castra móvel, destinação de resíduos. Estes são os mais identificados nas pesquisas. Cursos, palestras, programas de lideranças, pós graduações, bem como a utilização de licitações conjuntas, concursos públicos, entre uma gama de ações que estas organizações realizam.

Através de quadros serão apresentadas as ações e atividades mais frequentes realizadas por estas organizações. Foi dividido entre ‘Atividades’, ‘Serviços’, ‘Assessorias’, e no quadro 11 apresenta quais possuem grupos definidos de trabalho.

Quadro 11 – Atividades e grupos definidos

Sigla	Atividades Esportivas	Atividades Sociais	Atividades Turísticas	Programas de desenvolvimento territorial	Colegiados, Câmaras, Redes ou Conselhos
AMAUC		X			
ALAGO		X	X		
AMULBI			X		
AMBASP					
AMAG					
AMEG	X	X	X	X	
AMPLASC		X	X		X
AMVAP		X			X
AMVE		X	X		X
LINDEIROS	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Neste Quadro 11 demonstra-se as atividades como jogos, gincanas, competições que estão no item ‘Atividades Esportivas’; movimentações, eventos, campanhas e gincanas que estão em ‘Atividades Sociais’; Cicloturismo, divulgação de atrativos, rotas e roteiros em ‘Atividades Turísticas’.

Este quadro apresentou os grupos por temas que são desenvolvidos em algumas organizações sendo que possuem nomes distintos em cada uma, como: ‘colegiados’ nas organizações de Santa Catarina e ‘rede’ nos Lindeiros, sendo que esta nomenclatura é nova para a organização dos Lindeiros que trabalhava com ‘câmara técnica’ no passado.

Percebe-se que as atividades sociais e de turismo ocorrem na maior parte das organizações; programas de desenvolvimento regional só aparecem nos LINDEIROS e na AMEG.

Os quadros 12 e 13, apresentarão as assessorias e os serviços prestados pelas organizações, demonstrando quais são as áreas que mais apresenta serviços e ações desenvolvidas pelas organizações territoriais pesquisadas.

Desta forma pode-se avaliar quais ações são mais desenvolvidas pelos territórios.

Quadro 12 – Assessorias e Serviços I

Sigla	Assessoria Jurídica	Assessoria Contábil	Assessoria Informática	Serviços Sociais	Processos seletivos e Concursos	Processos Licitatórios	Licitações Conjuntas
AMAUC	X	X	X	X	X		
ALAGO							
AMULBI							
AMBASP	X	X			X	X	X
AMAG	X						
AMEG	X					X	X
AMPLASC					X		
AMVAP	X						
AMVE	X						
LINDEIROS							

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

No Quadro 12, estão apresentados os principais serviços ofertados pelas organizações pesquisadas, sendo em sua maioria assessorias e, ou, serviços que auxiliam os trâmites das prefeituras, bem como, a desburocratização.

A assessoria jurídica aparece em quase todas as organizações, as quais prestam serviços de pareceres e orientações da administração pública. Apenas duas disponibilizam serviços de assessoria contábil sendo a AMAUC e a AMBASP. Em processos de concursos e de processos seletivos, três organizações prestam esse serviço, sendo AMAUC, AMBASP e a AMPLASC. A assessoria em processos licitatórios e licitações conjuntas são prestados somente pela AMBASP e AMEG.

Neste Quadro é possível verificar que os LINDEIROS não prestam nenhum destes serviços de assessoria e, ou, compra conjunta; os LINDEIROS estão inseridos na área da AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, que possui muitos dos serviços como assessoria jurídica, não sendo necessário ofertar este serviço devido ser disponibilizado por uma organização de municípios.

Quadro 13 – Assessorias e Serviços II

Sigla	Serviços de engenharia urbanismo	Topografia	Saneamento básico	Conservação de estradas	Serviços ambientais	Assessoria Planos diretores
AMAUC	X	X	X			
ALAGO			X			
AMULBI						
AMBASP	X	X		X	X	
AMAG	X					
AMEG	X		X	X	X	X
AMPLASC	X				X	
AMVAP	X	X	X			
AMVE	X					
LINDEIROS				X	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Neste Quadro 13, continua os serviços e assessorias prestadas pelas organizações, sendo que seis possuem serviços de engenharia e urbanismo, sendo as organizações que mais têm funcionários, geralmente com salas de projetos estruturadas, tanto para atender as demandas individuais dos municípios, como de obras conjuntas territoriais.

Três possuem trabalhos focados em saneamento básico, sendo a ALAGO, AMEG e a AMVAP, na ALAGO esta é a principal atividade desenvolvida.

As organizações que possuem máquinas e setor para conservação de estradas são a AMBASP, AMEG e os LINDEIROS, este último com equipamentos para capa asfáltica TST- tratamento superficial triplo, através de convênio com Itaipu Binacional para asfaltar as estradas rurais que possuem pavimento poliédrico.

Nos serviços ambientais, há desde licenciamentos ambientais, castra móvel, consultorias e assessorias diversas, pareceres ambientais, recuperação de nascentes, programas de coletas seletivas, programas de destinação dos resíduos, entre outras ações que interferem no ambiente. E neste item a AMBASP, AMPLASC, AMEG e os LINDEIROS desenvolvem ações.

Apenas a AMEG possui assessoria para atualização dos planos diretores dos municípios.

No Quadro 14 são apresentados os programas que as organizações mais demonstraram importância e relevância.

Quadro 14 – Programas

Sigla	Projetos Sociais	Projetos Ed. Ambiental	Projetos de Desenvolvimento Turismo	Cursos, Capacitações Palestras, Eventos	Programa Saúde, Atendimento Médico
AMAUC	X				
ALAGO		X	X		
AMULBI			X		
AMBASP				X	
AMAG				X	
AMEG				X	
AMPLASC		X	X	X	X
AMVAP				X	
AMVE				X	
LINDEIROS	X	X	X	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Os principais programas identificados, os quais as organizações realizam são cursos, palestras, capacitações, desenvolvimento de programas de liderança e pós-graduação em desenvolvimento. Na ALAGO e a AMAUC não há indícios de promover palestras, eventos, capacitações, e a AMULBI está sendo reativada, não tendo ainda ações contínuas; Projetos Sociais encontra-se em duas, na AMAUC e nos LINDEIROS; Projetos de educação ambiental, na ALAGO, AMPLASC e LINDEIROS; Projetos de desenvolvimento de turismo em quatro, ALAGO, AMULBI, AMPLASC e nos Lindeiros. Quanto à programa de atendimento médico apenas na AMPLASC é visualizado.

Apesar das atividades e ações diretas das organizações, em muitas delas existem os consórcios que atuam em algumas áreas como é o caso da AMAUC que possui consórcios específicos, caso do atendimento médico.

Nota-se, conforme abordado no referencial teórico, que cada organização desenvolve as ações que sejam necessárias e demandadas do território e dos atores que estão envolvidos. Também as ações são consensuadas pelos membros ativos, os quais definem as iniciativas a serem realizadas aprovadas pela assembleia.

3.3.4. Objetivos e Finalidades das Organizações

Conforme estabelecido nos estatutos das organizações, todos possuem objetivos e, ou, finalidades preestabelecidas, referente à organização. No apêndice C, é possível verificar como está descrito em seus estatutos. Como a

escrita em muitos se difere criou-se quadros para expor os principais segmentos que são abordados nas organizações. É possível verificar também que as organizações de Minas Gerais possuem uma escrita similar, bem como as organizações de Santa Catarina, divergindo uma, ou outra, organização.

No Quadro 15 é possível visualizar que todos abordam o desenvolvimento regional como um dos objetivos/finalidade da organização, bem como a cooperação intermunicipal é apresentada em todos os estatutos.

Quadro 15 – Desenvolvimento Regional x Desenvolvimento Municipal

Sigla	Desenvolvimento Regional e Cooperação Intermunicipal	Desenvolvimento dos Municípios Abrangidos
AMAUC	X	X
ALAGO	X	X
AMULBI	X	X
AMBASP	X	X
AMAG	X	
AMEG	X	X
AMPLASC	X	X
AMVAP	X	X
AMVE	X	X
LINDEIROS	X	X

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Quanto ao Desenvolvimento dos Municípios Abrangidos, temos a AMAG que não usa este termo de ‘desenvolver o município’ de forma isolada. No seu estatuto está muito claro o desenvolvimento de forma associativa, e intermunicipal. Nas demais organizações é possível verificar que há a possibilidade de desenvolvimento de ações em apenas um município, caso seja necessário.

No Quadro 16, apresentou-se a forma que o estatuto está escrito, sendo que, apenas duas organizações não têm seus objetivos e finalidades detalhados. Neste quadro apresentou-se sobre uma finalidade que aparece em sete das organizações de forma muito parecida, que é ‘ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios’, as quais detalham os serviços que serão prestados pela organização para este objetivo. No apêndice

C é possível ver detalhadamente os serviços e ações deste objetivo das sete organizações que detalham este item.

Quadro 16 – Administração Pública e Forma de Apresentação no Estatuto.

Sigla	Ampliar e Fortalecer a Capacidade Administrativa, Econômica e Social dos Municípios.	Tem em seu estatuto detalhadamente as finalidades e objetivos da instituição
AMAUC	X	X
ALAGO	X	X
AMULBI		
AMBASP	X	X
AMAG		
AMEG	X	X
AMPLASC	X	X
AMVAP	X	X
AMVE	X	X
LINDEIROS		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Este item chama atenção devido nele estarem presente as salas de projetos, saneamento básico, bem como, assessoramento jurídico, que aparece nas ações das organizações.

No Quadro 17, apresentou-se os temas mais abordados nos estatutos das organizações. No apêndice B pode-se verificar cada organização e suas escritas. Sendo que alguns são citados muitas vezes e outros não. Também tem variação das palavras e expressões - foi verificado o tema, e não a palavra.

Quadro 17 – Temas relevantes

Sigla	Aborda tema social	Aborda o tema econômico	Aborda o tema ambiental	Aborda histórico cultural
AMAUC	X	X		
ALAGO	X	X	X	X
AMULBI	X	X	X	X
AMBASP	X	X	X	
AMAG	X	X	X	X
AMEG	X	X	X	X

AMPLASC	X	X	X	
AMVAP	X	X	X	X
AMVE	X	X	X	
LINDEIROS	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

No Quadro 17 é possível verificar que todos abordam o tema social e econômico em seus estatutos. O tema ambiental não é visualizado na AMAUC, contudo, nela é possível verificar o termo ‘desenvolvimento regional, integrado e sustentável’ em uma das suas finalidades. Além da AMAUC, a AMVAP e a AMAG citam o desenvolvimento sustentável em seus estatutos. No que tange à cultura e à história, apenas seis mencionam finalidades nestas áreas em seus estatutos.

3.3.5. Visão Geral das Organizações

Das 10 organizações com acesso a informações adequadas para embasar este trabalho, é possível verificar que, a maioria está em estados da federação que possuem o associativismo como uma forma de organização para o desenvolvimento.

Nota-se também que as organizações têm características parecidas, conforme seu estado, demonstrando que sua formação é devido ao movimento de associativismo de regiões e microrregiões como um todo, e não por movimentos de territórios impactados por barragens de usinas hidrelétricas.

Visualizou-se através de contato com a AMUSUH, que representa municípios alagados e sedes de usinas, e tem em seu quadro social mais de 700 municípios, que a mesma só conhece as organizações: AMVAP, LINDEIROS e do COMPART, que é o consórcio que está sendo reestruturado, e não possui ainda ações concretas.

Através da análise é possível observar que as organizações que possuem maior número de funcionários e ações são as que possuem as salas de projetos.

Outro dado importante é que a maioria das organizações formou os consórcios multifinalitários, para poder captar, gerir recursos financeiros, bem como administrar de forma conjunta alguns processos licitatórios.

A articulação política territorial é o princípio da maioria das organizações que estão estruturadas, as quais visam ter forças perante os órgãos reguladores e financeiros para melhorar seus territórios.

Nota-se que a estrutura dos LINDEIROS é diferenciada em comparação às demais, na qual participam da assembleia: o executivo, o legislativo e empresários da região. Esta configuração é única, e não visualizou-se em outro local a mesma pluralidade de membros participantes.

A constituição de organizações deve partir da sociedade organizada, e citando o histórico do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (EBERHART e FINKLER, 2021), a organização foi pensada e organizada para que os municípios pudessem reivindicar, de forma conjunto a vinda dos royalties que estava tramitando a nível de Senado e Câmara de Deputados em 1990; uma lei para que os municípios recebessem uma parcela deste recurso, sancionado em janeiro de 1991.

Não é função das usinas hidrelétricas estimular organizações, pois, seu foco é gerar energia e cumprir os acordos e leis reguladoras do setor.

A forma de organização e governança mais utilizada pelas regiões são as entidades jurídicas sem fins lucrativos, de forma associativa, as quais permitem, além de prefeituras, também outras entidades. Contudo para melhor captar recursos e executar obras e projetos é visível que os consórcios públicos são muito importantes. As normas, regras e gestão são bem distintas entre as organizações pesquisadas. Nota-se ainda que dependendo do estado que a organização está, também visualiza-se diferenças das normas de governança adotadas.

3.3.6. Governança das Organizações de Territórios Impactados por Hidrelétricas no Brasil

A governança é o conjunto de normas e processos para realizar a direção de um órgão de forma coletiva. Assim, a pesquisa demonstrou que as organizações territoriais pesquisadas possuem governança estabelecida e que ficam evidenciadas através de estatutos, normas, regimentos internos, atas e regulamentos.

Outro dado importante a se ressaltar é que as organizações existentes não foram formadas devido ao impacto que sofreram pelas barragens de usinas hidrelétricas, e sim por motivações associativas e de reivindicações comuns aos municípios do território.

Os territórios que possuem uma organização associativa, a qual possui maior mobilidade, possibilidade de ter várias ferramentas, normas e parceiros trabalhando de forma conjunta, aliadas com um consórcio multifinalitário, o qual possibilita a captação de recursos e gerir serviços públicos, demonstram um melhor desempenho perante os serviços e ações que entregam para o território.

Desta forma, o próximo capítulo, apresentará um modelo de governança com a proposta de melhor gerir os territórios, com um desenvolvimento sustentável, utilizando o modelo de redes para melhor identificar, gerir e desenvolver as ações necessárias e esperadas do território.

CAPITULO IV

GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

Após pesquisa e análise das organizações e suas governanças nos territórios impactados por barragens de usinas hidrelétricas; considerando as melhores experiências e resultados; e com base nos conceitos de governança, redes de informação e cooperação; foi desenvolvido um modelo de governança para territórios impactados por usinas hidrelétricas, o qual poderá ser utilizado, não só nestes territórios, mas em qualquer organização.

Conforme DALIO, já citado, a melhor forma de propor um modelo é avaliando os movimentos do passado, as relações de causa e efeito e assim poder propor um modelo, o qual dar-se-á neste capítulo, analisando as organizações existentes e o embasamento teórico, propondo um modelo de governança que possa ser utilizado pelas áreas alagadas por barragens na construção de usinas hidrelétricas e, ou, qualquer território que visualize neste modelo uma solução de governança.

Percebeu-se que estabelecer finalidades (metas) para serem atingidas, é essencial, mas que devido à particularidade de cada organização pesquisada, foi possível verificar que ao decorrer do tempo muitas foram mudando suas configurações e se adaptando para atender às necessidades futuras. Também é possível identificar, através do que já foi abordado por Pires, que cada território é único e que, mesmo tendo os mesmos atores, e mesmos valores financeiros, podem apresentar desempenhos e conquistas diferentes.

As organizações precisam ser muito mais ágeis, versáteis e devem atender às necessidades dos atores que estão no território. Com a vinda do desenvolvimento sustentável e a proposição dos ODS, é notório que propor um modelo que adote parâmetros baseados nos ODS é fundamental para estar consolidado com o mundo globalizado.

Adotar a estrutura de redes de cooperação, as quais trabalham de forma transversal, e que utilizam-se de meios tecnológicos para melhor desempenho, auxiliará de forma significativa as organizações a desenvolver melhor os territórios.

A evolução das organizações pesquisadas demonstra que aquelas que adotaram serviços de engenharia com obras estruturantes para dar suporte ao crescimento econômico de forma sustentável são as que mais evoluíram e desenvolveram.

As organizações que adotaram novos parâmetros para melhor atender as necessidades da comunidade, bem como o desenvolvimento econômico e a preservação do ambiente são as que mais se destacaram.

O conhecimento e a prática agregam valor às ações estabelecidas pelas organizações, dando-lhes força para continuar nas suas trajetórias.

Além do conhecimento e da prática, muitos fatores externos influenciam nos direcionamentos que as organizações podem e, ou, devem tomar, e esses fatores externos aliados com o conhecimento passado e com o planejamento estratégico e um modelo de governança, estabelecerão um cenário proativo, com melhores resultados e um ganho não só para as organizações, mas para a comunidade em que ela está inserida, visto que as organizações que foram estudadas, todas tiveram como propósito o desenvolvimento territorial.

Redes de cooperação são formatos diferenciados para a interação de atores sociais representativos, em um modelo de organização transversal para desenvolver ações, ideias e inovação através da disseminação de conhecimento, agregado à criatividade, buscando um modelo de organização para disseminar a informação, gerar conhecimento e desenvolver um território.

Também neste contexto, a rede vem de forma a não ter um único ator dono do processo, e sim ser a inovação gerada e implantada de um grupo coeso e conciso, onde todos são protagonistas, com livre acesso às informações ali disseminadas.

WEGNER (2020), conforme citado no referencial teórico, coloca que as redes são diretamente influenciadas pelos ambientes externos, os quais demandam temas e problemas que podem, e muitas vezes devem, ser debatidos pelos atores do território para buscar uma solução, uma inovação para os mesmos. As redes também são cíclicas, ou seja, estão constantemente em evolução, se adaptando, e se for necessário, podem ser encerradas, não tendo uma obrigatoriedade de continuidade.

4.1. GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Para propor um modelo de Governança para o desenvolvimento do território, buscou-se identificar as melhores práticas através das bibliografias em consonância com a pesquisa realizada.

As organizações pesquisadas possibilitaram verificar que cada uma, apesar de peculiaridades, possui características distintas, parecidas muitas vezes, mas adequadas ao que seu público necessita e ao território que se encontra.

Muitas organizações dos territórios executam ações parecidas, com o intuito de desenvolvimento e crescimento, contudo se as mesmas se unissem, é possível juntas agregar maior conhecimento e transformar através do modelo de redes, em uma governança estruturada e com melhores resultados. Verifica-se que as instituições trabalham, muitas vezes, os mesmos temas de forma isolada, buscado as mesmas soluções para o território. Se estivessem unidas, trabalhando em conjunto, desperdiçariam menos tempo e recursos financeiros, alcançando os mesmos resultados ou melhores, decorrente da junção.

Apresenta-se aqui como sugestão do modelo de governança para melhor atuação, que as organizações não sejam somente com entidades públicas (prefeituras), e permita em seu quadro social todos os setores da sociedade organizada para melhor desenvolver as ações. Considerando os estudos e pesquisas realizadas, verifica-se que para captar recursos estaduais e federais, os consórcios multifinalitários são as melhores organizações, sendo que, dos consórcios públicos, só as prefeituras podem ser membros.

Assim, o modelo de governança aqui apresentado propõe a criação de duas organizações. Uma organização associativa com o setor executivo, o setor legislativo e o setor privado, e uma organização em forma de consórcio público multifinalitário, as duas atuando em conjunto.

Além das organizações-membro (as que podem compor o contrato social e aportar recursos), é importante desenvolver parcerias com entidades afins, como com universidades e setores governamentais que possuem em seu escopo o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos setores produtivos, além dos institutos de pesquisa e de monitoramento. Essas organizações, que em sua

maioria não podem estar diretamente ligadas como membros efetivos do quadro social de organizações de desenvolvimento territorial, estarão diretamente atuando nas redes, proporcionando assim o crescimento de forma ordenada de toda a região, contemplando todos os atores territoriais.

4.2. REDES NA GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO

Existem várias bibliografias que citam redes, sendo redes de informação, redes de cooperação, redes de cooperação técnica, redes de comunicação, enfim, redes é um termo que vem sendo utilizado nos últimos anos, principalmente com o advento da tecnologia. No referencial teórico pode-se perceber o termo rede sendo trabalhado em praticamente todos os temas abordados. Nesta proposta de governança com a utilização de redes de cooperação, foram utilizadas bibliografias sobre as redes de informação e cooperação, para embasar o modelo proposto.

O conceito de redes de informações é importante dentro do contexto das redes de cooperação, pois demonstra a forma que o conhecimento estará circulando e sendo utilizado para que efetivamente aconteça a cooperação e gere a governança de forma estruturada do território.

Para um desenvolvimento efetivo é importante que a informação tenha livre trânsito entre as pessoas e a comunidade, e que as pessoas estejam comprometidas no repasse de informações, e em receber as mesmas.

O modelo de rede proposto converge com a utilização das tecnologias existentes, bem como adaptar-se à novas tecnologias que surjam. As redes propostas neste estudo consistem de um conjunto de pessoas interligadas por um propósito, tema e ou objetivo da governança, que através de um grupo participativo desenvolverá ações, muitas vezes inovadoras, para sanar um problema, e, ou, melhorar um fator no qual é necessário intervir do território.

Percebe-se que para ter as redes de informação, a construção de ideias, a criatividade, a relevância dos atores e seu ambiente, bem como a troca de ideias, vai construir o conhecimento e como consequência a inovação. Desta forma poderá contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento das redes de cooperação, as quais darão direcionamento às organizações,

possibilitando o desenvolvimento integrado e a inovação disruptiva dos territórios, as destacando como modelos de governança participativa e atuante.

No modelo proposto de redes, para ter resultados é necessária a intervenção e o alinhamento das informações, e devido a este fator, é essencial neste processo que se tenha pessoas que estejam na articulação, sensibilização e ordenação para a implantação das redes, as quais possibilitarão o alinhamento das informações. Esses sensibilizadores/articuladores têm por objetivo dar direcionamento e andamento ao processo para que eles não se percam no grande número de informações geradas, bem como auxiliem como suporte para que os atores da rede possam visualizar de forma melhor o processo de inovação. É muito importante que os atores participantes entendam o processo da rede e como elas estão constituídas, bem como qual é o nível de importância da rede e de sua intervenção na mesma.

A proposta de trabalhar com rede, também vislumbra a inserção dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. Cada rede deve identificar quais serão os ODS que contempla e as metas estabelecidas pela ONU da Agenda 2030.

Trabalhar as redes, com a inserção dos ODS, demonstra que a governança está coerente com a Agenda 2030, e com as propostas de desenvolvimento sustentável que norteiam as ações de forma mundial.

4.3. MODELO DE INDICADORES PARA A GOVERNANÇA EM REDES

Os indicadores são importantes ferramentas para monitoramento das ações, demonstrando o desempenho que uma ação ou programa está atingindo.

A proposta neste modelo de governança é trabalhar através das redes de cooperação, pautadas nos ODS, que são objetivos adotados para uma sociedade mais justa e igualitária, com um, ou mais articuladores, que serão responsáveis pela rede.

Para poder acompanhar o desempenho das redes formadas é proposto que seja trabalhado um formulário de desempenho, conforme segue na Figura 15. Estes formulários foram desenvolvidos seguindo um modelo que era utilizado pelos Lindeiros para acompanhar o Programa Cidades Sustentáveis.

Os indicadores serão identificados de acordo com cada rede criada para poder mensurar, avaliar e direcionar as redes, com o intuito de verificar se cada objetivo/ação definida esteja sendo encaminhada de forma adequada.

Figura 15 – Formulário de acompanhamento ODS/Indicadores

REDE: ____ (NOME DA REDE)

Atores envolvidos: _____

Item	Objetivo/Ação	ODS que engloba	Indicadores

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Na Figura 16, pode-se verificar a proposta de formulário para identificar as ações e objetivos que a rede se propõe, os atores envolvidos no processo, identificando quais são os ODS e as metas dos ODS que são trabalhadas nesta ação, bem como, os indicadores que serão elencados para monitoramento das ações. O ideal é ser desenvolvida na plataforma do Excel para poder trabalhar os dados.

Figura 16 – Formulário por ação

Objetivo/ação :

Atores envolvidos nesta ação:

ODS	Descrição do ODS	Meta ODS	Descrição da meta	Indicadores adotados	Descrição do indicador
Objetivo (OD)	Descrição	número meta (OD)	Meta ODS	Indicador	Descrição Indicador
ODS 1	Erradicação da pobreza	1.1	até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia	Distribuição de renda	Distribuição percentual por faixas de renda (pessoas de 10 anos ou mais de idade).
		1.2	até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	População em situação de rua	Percentual da população em situação de rua sobre o total da população.
				Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo	Percentual da população residente com 10 anos ou mais com renda de até 1/4 salário mínimo.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A Figura 17 apresenta um modelo de planilha para acompanhamento e apresentação dos pontos fortes e pontos fracos da rede, os quais poderão ser apresentados, tanto para os participantes da rede, quanto para a diretoria e assembleia da organização.

Figura 17 – Planilha de acompanhamento das Redes

Rede:

Articulador responsável:

Ação Proposta	Pontos Positivos	Pontos Negativos

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Estes formulários, foram desenvolvidos para melhor acompanhar as ações e atividades, os quais serão preenchidos pelos articuladores das redes, juntamente com os colaboradores da organização. Os formulários são ferramentas de acompanhamento e apresentação da evolução e desempenho das redes, que deverão, além de ser apresentados para a rede formada, também para a diretoria da organização e em assembleia, como forma de apresentar os resultados alcançados.

4.4. MODELO DE GOVERNANÇA COM REDES DE COOPERAÇÃO

A governança que se propõe neste estudo vem com a proposta disruptiva de buscar as informações do passado, avaliando e analisando o contexto da história, dos prós e contras, com um olhar para o futuro; O que se busca desenvolver em um território e como a mesma gostaria de se encontrar em um período de tempo definido de forma conjunta e participativa, com a interação de todos os atores que podem, e querem estar presentes, participando das redes de cooperação, atuando no presente, para que através da governança alinhada, e com as redes de cooperação, atingir de forma coesa e dinâmica os desejos e anseios da comunidade onde está inserida.

O modelo de governança que apresenta-se tem como propósito auxiliar os territórios que foram impactados por barragens de hidrelétricas, visualizando o contexto parecido que existe entre as mesmas, apesar que cada usina é operada e gerenciada por organizações distintas, conforme visualizou-se na pesquisa; contudo todas, devido as leis brasileiras, possuem no escopo de seus planos de manejo auxiliar, as áreas impactadas no desenvolvimento e preservação ambiental, sendo que os territórios afetados continuam sendo fornecedores da água que gera as turbinas, e pela qualidade da água que chega até as usinas.

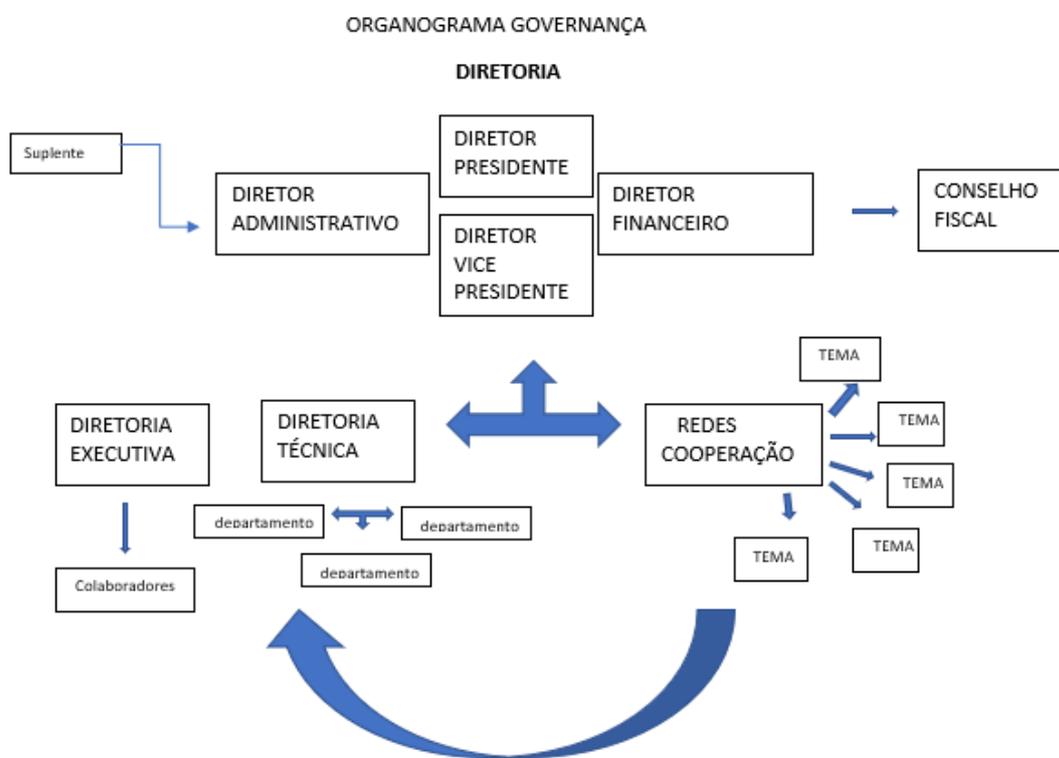
A Figura 18 apresenta proposta de organograma de uma organização, a qual entendeu-se como sendo um modelo adequado para as áreas em estudo.

O modelo de governança que se propõe, tem como característica uma organização jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenha em sua composição no quadro social não apenas organizações públicas, como prefeituras e câmaras de vereadores, mas também organizações privadas, como associações de classe, podendo ser associações comerciais e industriais, associações agroindustriais, cooperativas, associações de classes, entre outras que permitam a associação e aporte financeiro como mensalidade.

Na questão das organizações privadas é importante avaliar as entidades existentes no território e que sejam representativas e que possam fazer parte efetiva como membro da organização.

Estes que compõe o quadro social possuem voz e voto dentro da organização, tendo as assembleias deliberativas, onde os representantes são prefeitos ou vice-prefeitos indicados, presidentes das câmaras de vereadores e, ou, vereadores indicados, e os presidentes e, ou, pessoas indicadas das associações de classe. Nesta composição sugere-se ter assembleias ordinárias e extraordinárias, para apresentação e deliberação das necessidades da organização.

Figura 18 – Modelo de Organograma



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Conforme apresentado na Figura 18, a diretoria proposta é formada por quatro diretores: Diretor-presidente, diretor vice-presidente, diretor administrativo e diretor financeiro, com um suplente, o qual se for necessário, será convocado pelo presidente para assumir: a diretoria administrativa ou a diretoria técnica. Este organograma de diretores foi buscado dos modelos de governança corporativa, sendo que nos modelos de organizações do terceiro setor não há um padrão definido de composição, conforme pode ser visualizado na pesquisa.

Conforme o modelo, possuir um conselho fiscal, com pelo menos cinco membros, entre efetivos e suplentes, que se reúna obrigatoriamente para aprovação das contas do ano anterior no mês de janeiro, e quando solicitado, para aprovar contas referentes a convênios e, ou, pareceres fiscais solicitados pela diretoria e, ou, assembleia.

No quadro de colaboradores possuir: Diretoria executiva, diretoria técnica (compreende todos os setores necessários para atender os objetivos-fins da

organização, como Departamento de Engenharia, Departamento de Ação Social, Departamento de Meio Ambiente, entre outros, que sejam finalidade da organização) e Secretaria; nestes departamentos, a contratação de funcionários será adequada à demanda existente. Também a contratação de assessoria jurídica e assessoria de imprensa pode ser através de pessoa jurídica e ou CLT, conforme a demanda de ações destas áreas.

Além do quadro social e do quadro de colaboradores, neste modelo de governança, propõe-se o trabalho cooperativo através de termos de cooperação técnica, com organizações que não podem aportar recursos financeiros em forma de mensalidades, mas podem aportar recursos econômicos através de profissionais, os quais estarão diretamente ligados nas redes de cooperação.

Estas organizações são por exemplo: universidades públicas e privadas, Sistema S, as empresas de gestão das usinas hidrelétricas, entidades filantrópicas, órgãos estaduais e federais, institutos de pesquisas entre outros, que possam existir no território. Essas organizações que participam através de termos de cooperação técnica nas redes possuem voz e voto, contudo nas assembleias só podem participar e ter direito a fala através de pauta estabelecida com anuência da diretoria.

Os recursos para manter a organização deverão ser estudados conforme o território, compondo leis que possibilitam os órgãos públicos aportar os recursos e termos de compromisso para as organizações do terceiro setor que fazem parte. Para as prefeituras o ideal é uma porcentagem do FPM, por não ser um valor fixo, não precisando refazer as leis para aumento dos valores de mensalidade. É estabelecido nas leis um teto máximo deste percentual, o qual é definido em assembleia do ano anterior, conforme planejamento estratégico do próximo ano da organização. Para o legislativo, o ideal é um percentual da arrecadação da câmara de vereadores. Para as organizações do terceiro setor, propor um uma mensalidade fixa, podendo ter variações devido a quantidade de sócios que apresenta.

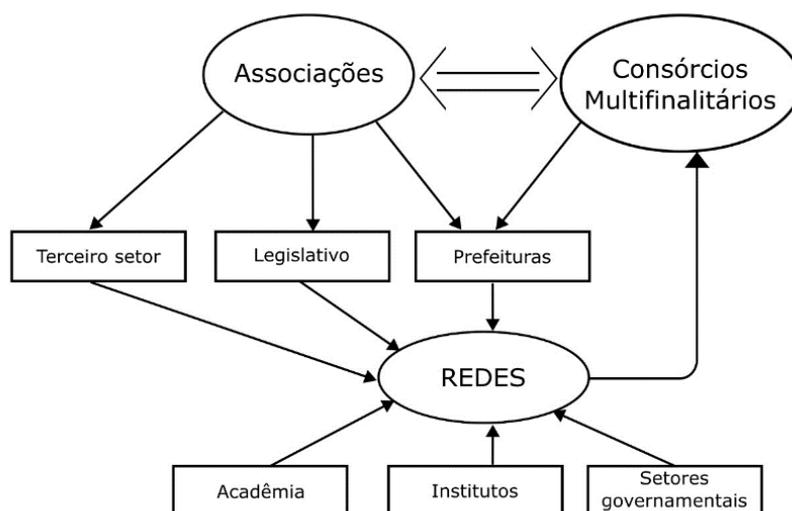
Além das mensalidades, é importante ter parcerias e buscar convênios com as empresas que fazem a gestão das hidrelétricas de influência, além de captar recursos de fundos existentes em várias estatais e cooperativas, bem como fundos internacionais.

Ter sócios colaboradores, que podem fazer parte das redes e que aportem recursos para desenvolver um dado setor no território também é uma das medidas sugeridas. Um território muito agrícola pode ter sócios colaboradores como cooperativas e empresas do setor para desenvolver, em forma de rede, um programa e, ou, projeto para a melhoria do território.

Além da organização associativa com as redes, propõe-se neste modelo, a criação do consórcio público multifinalitário, o qual é formado apenas pelas prefeituras, o que possibilitará a captação de recursos conjuntos para o território. Este consórcio, apesar de ser uma organização, trabalhará em consonância com as diretrizes da organização associativa, conforme apresentado na Figura 18.

A Figura 19 demonstra como funcionará a dinâmica deste modelo de governança, atendendo diretamente as necessidades do território.

Figura 19 – Modelo proposto de governança com utilização de redes



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

As redes de cooperação serão formadas seguindo as demandas, por temas relevantes, conforme seja apresentado e, ou, identificados.

As organizações parceiras com termos de cooperação técnicas podem apresentar temas relevantes, bem como, conduzem as redes, após serem aprovadas pela diretoria da organização.

As redes de cooperação serão formadas por atores indicados dos setores públicos, como secretários e, ou, diretores de pastas; das universidades, professores e bolsistas; de entidades de classes, profissionais e, ou, pessoas com a expertise sobre o tema abordado; órgãos governamentais pelos técnicos que compõe, sempre possuindo um ou dois articuladores, responsáveis pela rede.

As redes de cooperação serão criadas conforme a necessidade de trabalhar um tema específico, e com base no tema proposto serão analisados os atores sociais que deverão permear a rede de cooperação.

Após convocados os atores, e os mesmos entenderem a necessidade de trabalhar o tema em rede de cooperação e que os membros presentes são os melhores para desenvolver as ações, forma-se a rede de cooperação, definindo os critérios e os meios de comunicação, bem como estabelece-se um planejamento estratégico para iniciar as ações da rede de cooperação.

A rede de cooperação é dinâmica e poderá ser alterada, redirecionada, adicionar novos atores conforme a necessidade. As redes neste modelo sempre identificarão os ODS, que nortearão os trabalhos e as metas da agenda 2030, e seguirão o planejamento com os indicadores norteados.

As redes de cooperação, são estruturas participativas, deliberativas, que visam o debate, a troca de conhecimento, a busca por soluções inovadoras, e estruturação de ações, projetos e programas, de forma a melhorar o território, desenvolver ações mitigadoras e de desenvolvimento sustentável, agregando melhor qualidade à comunidade de um território.

Todas as ações e trabalhos realizados pelas redes devem, necessariamente, estar em consonância com os objetivos e finalidades estabelecidas pela diretoria e quadro associativo da organização.

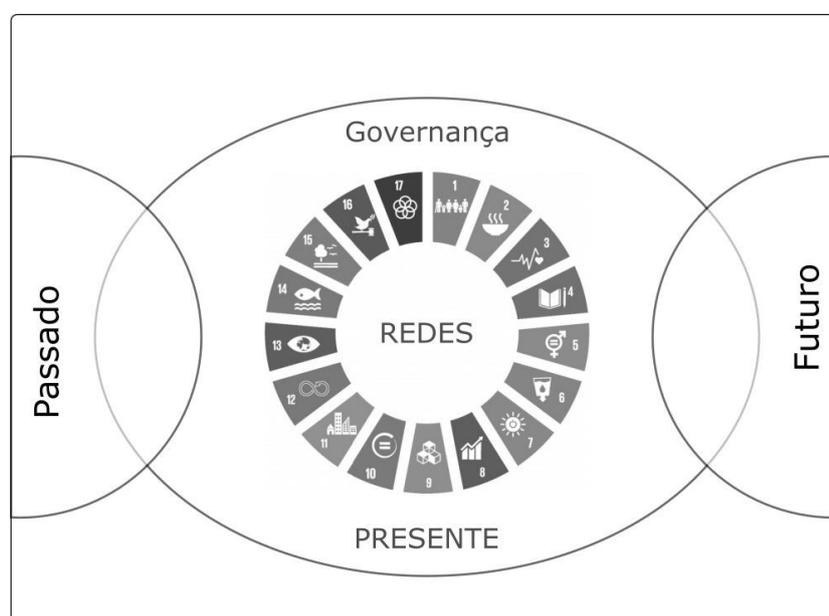
As ações que surgem nas redes, devem ser apresentadas e aprovadas em assembleia, e a organização deverá, após aprovada, fomentar conforme a necessidade que as ações aconteçam.

Muitas das ações que nascem das redes, podem ser transformadas em serviços, se for considerada de grande relevância, com a busca de recursos e contratação de colaboradores para que a continuidade da ação ocorra.

Algumas ações, podem acontecer em âmbito apenas da rede, com suporte de profissionais que possuem termos de cooperação técnica e podem desenvolver as ações com apoio e aprovação da diretoria da organização.

A Figura 20 demonstra como as redes vão atuar; as redes estarão norteadas pelos ODS, e farão parte da governança territorial; as redes serão o elo entre o passado e o futuro, buscando identificar as melhores ações a serem desenvolvidas para poder atender as demandas e necessidades do território.

Figura 20 – Modelo de Atuação das Redes de Cooperação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

As redes serão as ferramentas de desenvolvimento da governança, onde atores de diversos setores poderão fazer parte e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento territorial.

As redes de cooperação por serem dinâmicas, auxiliarão na tomada de decisões, na condução dos assuntos importantes para o território, buscarão soluções e desenvolverão propostas conjuntas envolvendo toda a comunidade, mobilizando, agindo e concretizando ações.

É importante definir um articulador da rede. Este tem o papel de fazer com que os atores se interliguem e que a rede de fato aconteça.

Conforme as bibliografias de redes, governança e território demonstram aprender com os projetos e ações realizados no passado, para atuar no presente com foco no futuro, respeitando as diretrizes das ODS de desenvolvimento sustentável, adotadas pela ONU.

Este modelo pode ser adotado por qualquer organização e, ou, entidade, independentemente de ser de área alagada, ou, não. É um modelo proposto para organizações sem fins lucrativos e que possuam em seu escopo o desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi identificar as organizações existentes nos territórios alagados por usinas hidrelétricas e o funcionamento destas organizações no território; os formatos de organizações mais usuais; com os dados sobre o funcionamento das mesmas apresentar um modelo de governança utilizando as redes de cooperação como ferramenta de mobilização.

A busca por organizações que foram formadas através do impacto recebido pela criação dos reservatórios (lagos) através de barragens de contenção para obras de engenharia a fim de gerar de energia, possibilitou a descoberta de poucos territórios que possuem organizações para o desenvolvimento conjunto.

O pressuposto era que a maioria destas regiões tinha algum tipo de organização, sendo que em primeira visualização, antes de efetivar a pesquisa, a ideia era estabelecer uma metodologia de corte para poder assim trabalhar com um número considerável de organizações territoriais formadas a partir de áreas alagadas.

Contudo no decorrer da pesquisa, e ao não identificar organizações criadas para o desenvolvimento territorial nas áreas de influência de usinas, gerou frustração, pois acreditava-se que iria ter muitas organizações formadas. Buscou-se inúmeras vezes, e de diversas formas, para ter a certeza que não havia organizações formadas nas áreas de influencias das usinas hidrelétricas. Sem conseguir dados, buscou-se contato com a AMUSUH, que tem mais de 700 municípios associados, que são sedes de usinas e, ou, alagadas por usinas, visto que através dela confirmou-se o que estava acontecendo na pesquisa. Não existe muitas associações. A AMUSUH compartilhou o conhecimento de apenas três organizações, os Lindeiros, o COMPART e a AMVAP, sendo que uma está em reestruturação.

Devido a pesquisa resultar em um baixo número de organizações formadas em áreas que foram afetadas por barragens de usinas hidrelétricas, foi definido trabalhar com todas elas, contudo, das 15 organizações encontradas, apenas 10 possuíam informações atuais, e que de fato estão atuantes, bem

como se enquadram como organizações criadas para o desenvolvimento territorial de forma conjunta.

A proposta de um modelo de governança utilizando as redes de cooperação como ferramenta, para o trabalho dos temas transversais, com indicadores baseados nos ODS, é a forma de contribuição para a sociedade deste trabalho, e que possa auxiliar quaisquer organizações territoriais que necessitam de um modelo de atuação.

Quando as organizações e pessoas não estão organizadas de forma estruturada e coesa, se tornam reféns de empresas e, ou, grupos consolidados e coesos, onde aparentemente se tem uma organização, “cenário” que pode ser entendido pelos leigos como um território organizado e rico, sendo que não passa de “cenário” mobilizado pelas grandes empresas para demonstrar que são proativas com uma região.

Quando as organizações e pessoas se mobilizam e se organizam, planejam, trocam ideias, permitem que toda a sociedade participe, elencando as necessidades, essas organizações conseguem demonstrar e buscar o que realmente é essencial para seu desenvolvimento.

O modelo proposto, consiste numa forma de governança onde público e privado possuem voz e voto, através do quadro social da organização, mas permite que organizações, órgãos e a sociedade civil organizada participe ativamente através do modelo de rede de cooperação; assim todos do território são atores importantes, e não meros coadjuvantes.

REFERÊNCIAS

- Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP. **Estatuto Social**. 2021.
- Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba – AMVAP. **Estatuto Social**. 2015
- Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO. **Estatuto Social**. 2008
- Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC. **Estatuto Social**. 2014.
- Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC. **Relação de Colaboradores**. 2022.
- Associação dos Municípios do Médio Rio Grande – AMEG. **Estatuto Social**. 2017.
- Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC. **Estatuto Social**. 1998.
- Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC. **Primeira Alteração Estatuto Social**. 2013.
- Associação dos Municípios do Vale Europeu – AMVE. **Estatuto Social**. 2015.
- Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago da Usina Hidrelétrica Itá. **Estatuto Social**. 2009.
- BELUZZO, Reina Célia Baptista, et al.: **Redes de Conhecimento e competência em informação: Interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.
- BEZERRA, M. do C. de L.; MUNHOZ, T. M. T. (Coord.). **Gestão dos recursos naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.
- BOOTH, Wayne C., COLOMB Gregory G., WILLIAMS, Joseph M., **A Arte da Pesquisa**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CALLADO, Jorge Augusto. **O CONCERTO DA BIOSFERA**. Gazetado Povo, 19 de ago. 2000.
- CARRIÈRE, Jean Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. **Abordagem Introdutória ao Conceito de Desenvolvimento Territorial**. <https://www.researchgate.net/publication/278405323> , 2006

CARVALHO, Vilson Sergio de. **Educação Ambiental e Desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro, RJ: WAK,2002.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CELLARD, A.. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONAMA, 1986. **Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso: 22/06/2022.

Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. **Estatuto Social, terceira alteração**. 2022.

Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. **Regimento Interno**. 2022.

Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG/AMAG. **Estatuto Social**. 2014.

Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG/AMAG. **Contrato entre CIMAG/AMAG**. 2014.

Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG/AMAG. **Protocolo de Intenções do Consórcio CIMAG/AMAG**. 2014.

Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG/AMAG. **Plano de Trabalho AMAG**. 2020.

COSTAMAGNA, Pablo; LARREA, Miren. **Actores facilitadores del desarrollo territorial Una aproximación desde la construcción social**, Orkestra - Instituto Vasco de Competitividad Fundación Deusto, 2017.

DALABRIDA, Valdir Roque; et al. **Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável. , GUAJU, Matinhos. V.7, Jan/jun.2021. www.revistas.ufpr.br/guaju

DALIO, Ray, 1949 – Princípios para a ordem mundial em transformação: por que as nações prosperam e fracassam; tradução Alexandre Raposo, Claudia Mello, Belhassof, Jaime Biaggio. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Ed. Futura, 2000.

DURÃES, Sílvia F. R. M.. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Inc. Soc. Brasília, 2014.

EBERHART, João Vanderlei; FINKLER, Sandra. **Desenvolvimento Regional Conjunto: Um Sonho, Uma Realidade**. São Paulo: Editora Lux, 2021.

ELENA, M.; OLAVE, L. **Análise do desenvolvimento de organizações públicas a partir da governança de uma rede de cooperação para a produção de biodiesel em Sergipe**. *Redes*, v. 22, n. 3, p. 170–198, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9736>>. , acessado em 28/06/2022.

ETHOS, Instituto. **Indicadores ETHOS-SEBRAE para micro e pequenas empresas: Diagnóstico de RSE/Sustentabilidade para pequenos negócios**. São Paulo, 2019.

ETHOS, Instituto. **Indicadores ETHOS para negócios Sustentáveis e responsáveis**. São Paulo, 2017

FROGERI, Rodrigo Franklin; PORTUGAL, Nilton dos Santos; GUEDES, Luiz Carlos Vieira. **O Conceito de Governança e a Governança Corporativa**. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/359265381>>. Acesso 28/06/2022.

GALVÃO, Franciani Fernandes. **Empreendedorismo e redes de cooperação**. Unicentro publicado 2017 Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/314280706>>. >Acessado em 28/06/2022.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado, REI, Fernando (Organizadores). **Energia e meio ambiente: Contribuições 2015 par ao necessário diálogo**. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2015.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução: Edite Sciulli. Editora Contexto. 2ª ed. São Paulo. 2004.

_____. **Introdução a Pesquisa em Turismo**. Apostila FGV. 2012.

_____. ISACA. **Cobit 5 para segurança de informações**. Disponível em: <https://www.businesswire.com/news/home/20120625005104/pt/>, 2012. Acessado em: 28/06/2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LIRA, WS., and CÂNDIDO, GA., orgs. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**; tradução Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 1ª Edição, 2001.

LUCIZANI, Jonhey Nazario. **Regionalização e Planejamento do Desenvolvimento Regional: O Caso do Oeste do Paraná**. Dissertação Doutorado Unioeste. Toledo/PR, 2021.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro Machado. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. Cengage Learning. Edição do Kindle. 2019.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MME - Ministério de Minas e Energia. **PNE - Plano Nacional de Energia, 2030**. Colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME:EPE, 2007.

MME - Ministério de Minas e Energia. **Análise Socioambiental das Fontes Energéticas do PDE 2030**. Brasília, 2020.

MTUR - Ministério do Turismo. **Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – Experiência do Brasil**: Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional, SENAC Nacional, Braztoa, Instituto Marca Brasil. Brasília, 2007.

MITSCHEIN, Thomas A., CHAVES, Jadson F., VASCONCELOS, Mario e ROCHA, Gilberto. **Desenvolvimento Local e Direito a Cidade na Floresta Amazonica**. Belem: NUMA/UFPA, 2013.

NASCIMENTO, D. E. DO; LABIAK JUNIOR, S. **Ambientes e dinâmicas de cooperação para inovação**. Curitiba: Aymarará, 2011.

NEIMAM, Zysman. **Era Verde? – Ecossistemas ameaçados**. 5º ed. São Paulo. Atual, 1991.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral, DENUBILA, Lais Atanaka, MORANO, Rogério Scabim. **Gestão de Associados no Brasil: Uma Pesquisa Exploratória**. 2017. Biblioteca FGV. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n73.64399>>. Acessado em 27/06/2022.

OLIVEIRA, Lúcia Helena (2001). Olhares Sobre a Tradição. **Desenvolvimento e meio Ambiente: Teoria e metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Curitiba, Ed. UFPR.

ONU. **ODS e Agenda 2030**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> acessado em 28/07/2022

_____. **ODS**. Disponível: <<https://odsbrasil.gov.br/>> acessado em 02/08/2022.

_____. **Parque Nacional do Iguaçu**: Caminho Aberto para a Vida. Curitiba: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Rede Verde de Informações Ambientais, 2002.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é Território?** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-territorio.htm>>. Acessado em 04/08/2022.

PIRES, Elson Luciano Silva, et al. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidade**. Rio Claro: UNESP – IGCE: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2011.

PNUD. **Cartilha: ? As perguntas mais frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2022.

RAFFESTIN, Poder. Claude. Por uma Geografia do Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

_____. **Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – Experiência Brasil**: Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional, Senac Nacional, Braztoa, Instituto Marca Brasil. Brasília, 2007.

_____. **Resolução CONAMA 01 de 23/01/1986**. Disponível em <<http://conama.mma.gov.br>> acessado em 13/06/2022 as 13h27min.

RHODES, R. A. W. **The New Governance: Governing without Government**. Political Studies, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x>> Acessado em 29/06/2022.

ROESLER, Douglas A.; OSTI, G.G.; ALMEIDA, G.G.F. de, TRENTO, H. ; NICÁCIO, J.A.; FINKLER, S. **Relatório do Levantamento das Prioridades para o Território dos Municípios Lindeiros**. Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Santa Helena, 2021.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAQUET, M. A. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática**. Resgate. vol. XIX, n 21 jan./jun. 2011- p. 5-15.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO; SEBRAE. **Orientação Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná**. MINISTÉRIO DO TURISMO. Paraná. 2009. Disponível em:

<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>.
Acessado em: 30/06/2022.

SILVA, N. L. S.; ZAMPIER, I. F.; PASTORIO, I. T.; WAMMES, L. T.; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, N. A. Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimentos Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná. **Revista do Desenvolvimento Regional**. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/323>
Acesso: 28/06/2022.

SILVA, Mary Aparecida F..**Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Curitiba: Editora IBPEX, 2005.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: Teoria e Prática**, 3ª Edição, 2021. SP

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Ano 8. Nº 16. Jul-Dez, 2006. Porto Alegre. p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.> Acesso em: 29/06/2022.

TACHIZAWA, takeshy – **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira** – 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004

TEIXEIRA, Alex Fabiane, GOMES, Ricardo Corrêa. **Governança Pública: uma revisão conceitual**. Revista do Serviço Público. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089> . Acessado em 15/07/2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

ZARAGOZA, Frederico. **Amanhã Sempre é Tarde**. Rio de Janeiro: FGV. 1ª ed., 1990.

WEGNER, Douglas. **Redes, alianças e parcerias: Ferramentas e práticas para a gestão da cooperação empresarial**. Porto Alegre: Exclamação, 2020.

Sites Pesquisados:

<https://alago.org.br/> acessado em 12/05/2022.

<https://www.amag.org.br/> acessado em 12/05/2022.

<https://ambasp.org.br/> >acessado em 12/05/2022.

<http://www.ameg.org.br/> acessado em 12/05/2022.

<http://www.ameg.org.br/pages/aregiao.php> > acessado em 16/05/2022.

<<https://www.amplasc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/42503>>
acessado em 09/05/2022.

<<http://amplasc.org.br/> > acessado 16/05/2022.

<<https://amplasc.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42500/codNoticia/506501>> acessado em 16/06/2022.

<<https://amusuh.org.br/#> > - acessado em 07/05/2022.

<<https://www.amvapmg.org.br/> > acessado em 16/05/2022.

<<https://www.amve.org.br/> > acessado em 16/ 05/2022.

<<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente.>> acessado em 13/06/2022.

<<https://cbie.com.br/artigos/quantas-usinas-geradoras-de-energia-temos-no-brasil/> > acessado em 07/05/2022.

<<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/prefeitos-criam-a-associacao-dos-municipios-impactantes-por-usinas-do-norte-de-mato-grosso> > acessado 04/05/2022.

<<https://energes.com.br/saiba-tudo-sobre-usinas-hidreletricas/>> acessado dia 29/09/2022.

<<https://www.facebook.com/COMLAGO-142567762493220/> > acessado em 16/05/2022.

<<https://www.furnas.com.br/noticia/103/noticias/1671>> as acessado em 16/06/2022.

<<https://www.institutoqualibest.com/marketing/como-realizar-uma-pesquisa-exploratoria/#:~:text=A%20pesquisa%20explorat%C3%B3ria%20consiste%20em,principais%20particularidades%20e%20experi%C3%Aancias%20individuais.>> Acessado em 25/04/2022.

<<https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>>
- acessado dia 19/09/2022

<<https://jacunda.pa.gov.br/prefeitos-do-compart-se-reunem-em-jacunda-para-discutir-demandas/#:~:text=A%20entidade%20%C3%A9%20composta%20por,da%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20de%20Tucuru%C3%AD>> Acessado em 13/06/2022

<<https://mab.org.br/> >- acessado em 07/05/2022.

<<https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/d0886b5c-f94c-4573-941b-febad5a990f3>> acessado dia 29/09/2022

<<https://www.portaldemarcelino.com.br/portal/associacao-dos-municipios-lindeiros-a-barragem-de-ita-esta-sendo-reativada/#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20foi%20fundada%20em,de%20Almeida%20do%20lado%20ga%C3%BAcho.>> Acessado em 09/05/2022.

ANEXO A

ANEXO A – Lista de Usinas em Funcionamento AMUSUH



Relação de usinas em operação em 2022

Estado	Município	Usina	Oper.	Potência (kW)	
Alagoas	AL	Delmiro Gouveia	Apolônio Sales (ex. Moxotó)	1977	400.000
Mun: 1 Usina: 1					
Amazonas	AM	Presidente Figueiredo	Balbina	1989	249.750
Mun: 1 Usina: 2			Pitinga	1986	24.960
Amapá	AP	Ferreira Gomes	Coaracy Nunes	1975	78.000
Mun: 2 Usina: 4			Cachoeira Caldeirão	2016	219.000
		Ferreira Gomes	2014	252.000	
Laranjal do Jari		Santo Antônio do Jari	2014	392.950	
Bahia	BA	Cachoeira	Pedra do Cavalo	2004	162.000
Mun: 5 Usina: 8	BA	Itapebi	Itapebi	2003	462.011
	BA	Paulo Afonso	Paulo Afonso I	1964	180.001
			Paulo Afonso II	1961	443.000
			Paulo Afonso III	1971	794.200
			Paulo Afonso IV	1979	2.462.400
	BA	Sobradinho	Sobradinho	1982	1.050.300
	BA	Ubaitaba	Funil	1970	30.000
Espírito Santo	ES	Baixo Guandu	Mascarenhas	1973	198.000
Mun: 4 Usina: 4	ES	Muniz Freire	Muniz Freire	1997	25.000
	ES	Santa Leopoldina	Suiça	1965	35.337
	ES	São José do Calçado	Rosal	2000	55.000
Goiás	GO	Aporé	Espora	2006	32.010
Mun: 11 Usina: 14	GO	Cachoeira Alta	Barra dos Coqueiros	2010	90.000
	GO	Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada	1959	658.000
	GO	Caçu	Caçu	2010	65.000
			Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira	2010	68.400
			Salto	2010	116.000
	GO	Caldas Novas	Corumbá I	1996	375.300
	GO	Cavalcante	Cana Brava	2002	450.000
	GO	Davinópolis / Catalão	Serra do Facão	2010	212.580
	GO	Itarumã	Salto do Rio Verdinho	2010	93.000
	GO	Luziânia	Corumbá III	2009	96.447
			Corumbá IV	2006	129.200
	GO	Minaçu	Serra da Mesa	1998	1.275.000
	GO	São Simão / Santa Vitória-MG	São Simão	1978	1.710.000
Maranhão	MA	Estreito	Estreito	2011	1.087.000
Mun: 1 Usina: 1					
Minas Gerais	MG	Açucena	Porto Estrela	2001	112.000
Mun: 29 Usina: 32	MG	Aimorés	Aimorés	2005	330.000
	MG	Além Paraíba	Simplicio	2013	333.700
	MG	Antônio Dias	Sá Carvalho	1951	78.000
			Guilmam-Amorim	1997	140.000
			Amador Aguiar I (ex. Capim)	2006	243.675

MG	Araguari (3)	Branco I)		
		Amador Aguiar II (ex. Capim Branco II)	2007	210.000
		Emborcação	1982	1.192.000
MG	Araporã	Itumbiara	1980	2.082.000
MG	Belmiro Braga	Sobragi	1998	60.000
MG	Braúnas	Salto Grande	1956	102.000
MG	Cabeceira Grande	Queimado	2004	105.450
MG	Curvelo	Retiro Baixo	2010	83.657
MG	Fronteira	Marimbondo	1975	1.440.000
MG	Governador Valadares	Baguari	2009	140.544
MG	Grão-Mogol	Irapé	2006	399.000
MG	Ibiraci	Marechal Mascarenhas de Moraes (ex. Peixoto)	1957	492.100
MG	Indianópolis	Miranda	1998	408.000
MG	Iturama / Ouroeste/SP	Água Vermelha (ex. José Ermírio de Moraes)	1978	1.396.200
MG	Itutinga	Itutinga	1955	52.000
		Camargos	1960	46.000
MG	Juiz de Fora	Picada	2006	50.000
MG	Nanuque	Santa Clara	2002	60.000
MG	Nova Ponte	Nova Ponte	1994	510.000
MG	Paracatu	Batalha (ex. Paulista)	2014	52.500
MG	Perdões	Funil	2002	180.000
MG	Planura	Porto Colômbia	1973	320.000
MG	Recreio	Barra do Braúna	2009	39.000

Estado	Município	Usina	Oper	Potência (kW)	
MG	Rio Doce	Risoleta Neves Suspensa geração rompimento baragens São marcos	2004	140.000	
	Santa Vitória-MG / São Simão	São Simão	1978	1.710.000	
	São João Batista do Glória	Furnas 50% cada municipio ICMS	1963	1.216.000	
	São José da Barra				
MG	Três Marias	Três Marias	1962	396.000	
Mato Grosso dos Sul	MS	Água Clara	São Domingos	2013	48.000
Mun: 4 Usina: 4	MS	Ribas do Rio Pardo	Assis Chateaubriand (ex. Salto Mimoso)	1969	29.500
	MS	Selvirilha/ Ilha Solteira/SP	Ilha Solteira	1973	3.444.000
	MS	Três lagoas / Castilho-SP	Jupia (ex. Engº Souza Dias)	1969	1.551.200
Mato Grosso	MT	Alto Floresta	Salto Apiacas	2016	45.000
Mun: 10 Usina: 11	MT	Aripuanã	Dardanelos	2011	261.000
	MT	Barra do Bugres	Juba II	1995	42.000
	MT	Chapada dos Guimarães	Manso	2000	210.900
	MT	Cláudia	Sinop	2019	401.880
	MT	Itiquira	Itiquira (Casas de Forças I e II)	2002	157.370
			Ponte de Pedra	2005	176.100
	MT	Jauru	Jauru	2003	121.500
	MT	Nova Canaã do Norte	Colíder	2019	300.000
MT	Pontes e Lacerda	Guaporé	2003	124.200	
MT	Tangará da Serra	Juba I	1995	42.000	
Pará	PA	Jacareacanga	Teles Pires	2015	1.819.800
Mun: 4 Usina: 5		São Manoel	2017	700.000	
	PA	Santarém	Curuá-Uma	1977	30.300
	PA	Tucuruí	Tucuruí I e II	1984	8.535.000
	PA	Vitória do Xingu	Belo Monte	2016	11.233.100,00

Pernambuco					
Mun: 1 Usina: 1	PE	Petrolândia	Luiz Gonzaga (ex. Itaparica)	1988	1.479.600
Piauí					
Mun: 1 Usina: 1	PI	Guadalupe	Boa Esperança (ex. Castelo Branco)	1970	237.300
Paraná					
Mun: 14 Usina: 15	PR	Antonina	Governador Parigot de Souza (ex. Capivari/Cachoeira)	1971	260.000
	PR	Capanema	Baixo Iguaçu	2019	350.200
	PR	Capitão Leônidas Marques	Governador José Richa (ex. Salto Caxias)	1999	1.240.000
	PR	Foz do Iguaçu	Itaipu Binacional	1989	7.000.000
	PR	Foz do Jordão	Fundão	2006	120.168
	PR	Guarapuava	Salto Curucaca	2016	37.042
	PR	Guaratuba	Guaricana	1957	36.000
	PR	Mangueirinha	Governador Ney Aminthas Barros Braga (Segredo)	1992	1.260.000
	PR	Pinhão	Governador Bento Munhoz da Rocha Neto	1980	1.676.000
			Santa Clara	2005	120.168
	PR	Ribeirão Claro	Chavante	1970	414.000
	PR	São Jorge d'Oeste	Salto Osório	1975	1.078.000
	PR	Saudade do Iguaçu	Salto Santiago	1980	1.420.000
PR	Telêmaco Borba	Governador Jayme Canet Júnior (antiga Mauá)	2012	363.138	
PR	Tibagi	Tibagi Montante	2019	36.000	
Rio de Janeiro					
Mun: 3 Usina: 5	RJ	Carmo	Ilha dos Pombos	1924	187.169
	RJ	Itatiaia	Funil	1970	216.000
	RJ	Piraí	Fontes Nova	1940	131.988
			Nilo Peçanha	1953	380.030
		Pereira Passos	1962	99.900	
Rondônia					
Mun: 3 Usina: 4	RO	Candeias do Jamari	Samuel	1989	216.750
	RO	Pimenta Bueno	Rondon II	2011	73.500
	RO	Porto Velho	Santo Antônio	2012	3.568.000
	Jirau		2013	3.750.000	
Rio Grande do Sul					
Mun: 14 Usina: 16	RS	Alpestre	Foz do Chapecó	2010	855.000
	RS	Aratiba	Itá	2000	1.450.000
	RS	Canela	Bugres	1952	11.120
			Canastra	1905	44.800
	RS	Cotiporã	14 de Julho	2008	100.710
	RS	Entre Rios do Sul	Passo Fundo	1973	226.000
	RS	Nonoai	Monjolinho (ex. Alzir dos Santos Antunes)	2009	74.000
RS	Nova Palma	Dona Francisca	2001	125.000	
Santa Catarina					
Mun: 6 Usina: 7	SC	Abdon Batista	Garibaldi	2013	191.900
	SC	Apiúna	Salto Pilão	2009	191.890

	SC	Campos Novos	Campos Novos	2007	880.000
	SC	Ipuacu	Quebra-Queixo	2003	121.500
	SC	Piratuba	Machadinho	2002	1.140.000
	SC	Rio dos Cedros	Palmeiras	1963	24.602
			Cedros (Rio dos Cedros)	1949	8.400
Sergipe					
Mun: 1 Usina: 1	SE	Canindé de São Francisco	Xingó	1994	3.162.000
São Paulo					
Mun: 33 Usina: 40	SP	Andradina	Três Irmãos	1993	811.450
	SP	Barra Bonita	Barra Bonita	1963	140.760
	SP	Boracéia	Bariri (ex. Álvaro de Souza Lima)	1969	143.100
	SP	Buritama	Nova Avanhandava (ex. Rui Barbosa)	1982	347.400
	SP	Caconde	Caconde	1966	80.400
	SP	Cândido Mota	Canoas I	1999	82.500
	SP	Cerqueira César	Jurumirim (ex. Armando Avellanal Laydner)	1962	100.956
	SP	Chavantes/Ribeirão Claro-PR	Chavantes	1970	414.000
	SP	Cubatão	Henry Borden	1926	889.000
	SP	Ibitinga	Ibitinga	1969	131.490
	SP	Ibiúna	Fumaça	1964	36.400
			Jurupará	1947	7.200
	SP	Igarapava	Igarapava	1998	210.000
	SP	Ilha Solteira / Selvirilha-MS	Ilha Solteira	1973	3.444.000
	SP	Juquiá	Salto do Iporanga	1989	36.870
			Serraria	1978	24.000
	SP	Juquitiba	França	1958	29.500
	SP	Miguelópolis	Volta Grande	1974	380.000
	SP	Miracatu	Alecrim	1974	72.000
	SP	Ourinhos	Ourinhos	2005	44.400
	SP	Ouroeste / Iturama-MG	Água Vermelha (ex. José Ermírio de Moraes)	1978	1.396.200
	SP	Palmital	Canoas II	1999	72.000
	SP	Paraibuna	Paraibuna	1978	87.020
	SP	Pedregulho	Estreito (ex. Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	1969	1.050.000
	SP	Pirajú	Pirajú	2002	81.000
			Parapanema	1957	31.500
	SP	Rifaina	Jaguara	1971	424.000
	SP	Rosana	Rosana	1987	354.000
			Porto Primavera (ex. Engº Sérgio Mota)	1999	1.540.000
	SP	Salto Grande	Salto Grande (ex. Lucas Nogueira Garcez)	1958	73.800
	SP	Sandovalina	Taquaruçu (ex. Escola Politécnica)	1992	525.000
	SP	Santa Branca	Santa Branca	1999	56.050
	SP	São José do Rio Pardo	Euclides da Cunha	1960	108.800
			Limoeiro (ex. Armando Salles de Oliveira)	1958	32.000
			Rio do Peixe (Casa de Força I e II)	1925	18.060
	SP	Taciba	Capivara (ex. Escola de Eng. Mackenzie)	1977	643.000
	SP	Tapiraí	Porto Raso	1982	28.400
			Barra	1986	40.400
	SP	Ubarana	Promissão (ex. Maria Lopes Leão)	1975	264.000
	SP	Votorantim	Itupararanga	1914	56.170
Tocantins					
Mun: 3 Usina: 3	TO	Miracema do Tocantins	Luis Eduardo Magalhães (ex. Lajeado)	2001	902.500
	TO	Paraná	São Salvador	2009	243.200
	TO	Peixe	Peixe Angical	2006	498.750

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de informações solicitadas por e-mail às organizações.

APÊNDICE B – Quadro com o nome dos municípios que compõem as organizações pesquisadas.

APÊNDICE C – Quadro de objetivos e finalidades das organizações pesquisadas.

APÊNDICE D – Principais parceiros e ações realizadas pelas organizações

APÊNDICE E – Contato das organizações

APÊNDICE A – Relação de informações solicitadas por e-mail às organizações

Sou Mestranda da UNIOSTE – PR, no curso de Ciências Ambientais, e sou funcionária do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

Para poder desenvolver a pesquisa sobre organizações criadas para o desenvolvimento territorial de áreas alagadas por barragens de Usinas Hidrelétricas, necessitamos de algumas informações as quais não foram identificadas através de pesquisas junto aos Websites disponíveis.

Através de pesquisas na Web, identificamos sua entidade com características parecidas com este Conselho.

No site www.lindeiros.org.br dá pra conhecer um pouco do Conselho dos Lindeiros, mas fico a disposição para qualquer dúvida.

Se possível, gostaria muito de informações referente a sua entidade para poder melhorar esse estudo que estamos desenvolvendo

Abaixo segue as informações necessárias.

- Municípios que compõe a entidade. (quantidade e nomes)
- Qual é o tipo de entidade (associação, consórcio, etc.)
- Data de Fundação da entidade
- Quem faz parte da Entidade (Prefeituras, etc.)
- Estrutura da Diretoria e mandato (quais os cargos e qual o período de mandato)
- Forma de arrecadação (mensalidade) – e qual é a média de arrecadação anual do último ano.
- Quantos funcionários a entidade possui e os cargos
- Quem são os principais parceiros da Entidade
- Quais as Principais ações que a entidade desenvolve (Convênios, Eventos e ou serviços)
- Se possui Estatuto, regimento e Planejamento estratégico se possível encaminhar em PDF;
- Um breve resumo do histórico da Entidade, e pontos que são relevantes, como por exemplo mudança da forma de atuação, ou se ficou paralisada por algum tempo.
- Se utiliza os ODS como parâmetros de avaliação das ações realizadas.

APÊNDICE B – Quadro com o nome dos municípios que compõem as organizações pesquisadas.

Quadro II – Organizações, siglas, número de municípios abrangidos e órgãos que compõem o quadro social.

NOME	Sigla	Quant. mun.	Municípios que compõe	organizações que compõe
Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	AMAUC	8	Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina.	Prefeituras
Associação dos Municípios do Lago de Furnas	ALAGO	34	Aguanil, Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Cabo Verde, Camacho, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Coqueiral, Cristais, Divisa Nova, Eloi Mendes, Fama, Formiga, Guapé, Ilícinea, Juruáia, Lavras, Machado, Muzambinho, Nepomuceno, Paraguaçu, Perdões, Pimenta, Poço Fundo, Ribeirão Vermelho, São João Batista da Glória, São José da Barra, Serrania, Três Pontas, Varginha.	Prefeituras
Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá	AMULBI	11	Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipirá, Itá, Peritiba, Piratuba em Santa Catarina. E pelos Municípios de Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí	AMBASP	22	Alfenas, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Carvalhópolis, Cordislândia, Eloi Mendes, Fama, Ilícinea, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, Serrania, Três Corações, Três Pontas, Varginha.	Prefeituras

Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das águas	AMAG	29	Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Cambuquira, Carmo de Minas, Carvalhos, Caxambu, Conceição do Rio verde, Cruzília, Dom Viçoso, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Liberdade, Minduri, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Passa Vinte, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Seritinga, Serranos, Soledade de Minas e Virgínia.	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande	AMEG	20	Aldinópolis, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Doresópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Pimenta, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas e São Tomás de Aquino.	Prefeituras
Associação dos municípios do Planalto Sul de Santa Catarina	AMPLASC	7	Abdon Batista; Campos Novos, Monte Carlo, Zortéa, Brunópolis, Celso Ramos e Vargem.	Prefeituras
Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba	AMVAP	24	Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Douradouroquara, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiáçu, Iraí de Minas, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Prata, Romaria, Santa Vitória, Tupaciguara, Uberlândia.	Prefeituras
Associação de Municípios do Vale Europeu	AMVE	14	Apiúna, Ascuna, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.	Prefeituras
Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	LINDEIROS	16	Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal C. Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Mundo Novo-MS; Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu,	Prefeituras, Câmaras de Vereadores e Associações Comerciais e Industriais

			São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras e Terra Roxa.	
--	--	--	--	--

APÊNDICE C – Quadro de objetivos e finalidades das organizações pesquisadas.

Sigla	Objetivo
AMAUC	<p>I – ampliar, fortalecer e aprimorar a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assessoramento e serviços técnicos através de seu corpo técnico nas diversas áreas, especialmente nas seguintes:</p> <p>a) administrativa, contábil e jurídica;</p> <p>b) informática;</p> <p>c) movimento econômico e tributação;</p> <p>d) serviço social</p> <p>e) arquitetura, engenharia civil e topografia;</p> <p>II - fomentar, promover e proporcionar meios que viabilizem a modernização das administrações públicas, com a capacitação dos servidores públicos municipais, a eficiência do controle interno, a organização dos serviços e ações junto à comunidade local e regional;</p> <p>III - atuar conjuntamente com a entidade representativa dos legisladores municipais, na adoção de medidas que concorram para a melhoria das administrações municipais;</p> <p>IV - reivindicar, apoiar e defender os interesses das administrações municipais, que correspondam com a atuação dos poderes executivos e legislativos, e que importem em melhorar a imagem e a representação política dos agentes públicos locais;</p> <p>V - propor, coordenar, elaborar estudos, planos, programas e executar medidas que correspondam com a efetiva concretização do desenvolvimento regional, integrado e sustentável;</p> <p>VI - realizar convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da entidade e dos municípios associados;</p> <p>VII - promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social da população nos municípios associados;</p> <p>VIII – organizar e disponibilizar os meios necessários à realização de eventos, tais como seminários, congressos técnicos, conferências, cursos e capacitações aos funcionários da associação, servidores públicos e agentes políticos dos municípios associados.</p> <p>IX - reivindicar, fomentar e tornar possível a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais de interesse dos municípios associados;</p> <p>X - estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo com órgãos e entidades públicas e privadas, para a realização de ações, iniciativas e serviços de interesse das comunidades da região;</p> <p>XI – representar coletivamente, judicial ou extrajudicial os municípios associados.</p>

ALAGO	<p>I. o desenvolvimento integrado dos municípios (saneamento básico, meio ambiente e transporte) e o fomento ao turismo em toda a região do Lago de Furnas.</p> <p>II. a criação e expansão de áreas de lazer, visando à atração de turistas e atendimento à população regional.</p> <p>III. o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços institucionais relacionados com as características lacustres da região.</p> <p>IV. o incentivo, o adequado aproveitamento e o conseqüente desenvolvimento da agricultura regional.</p> <p>V. o permanente saneamento do lago, a preservação dos mananciais tributários e o saneamento básico dos municípios que integram o Lago de Furnas.</p> <p>VI. a correta destinação das compensações financeiras e royalties a que fazem jus os municípios associados.</p> <p>VII – Incentivar e promover políticas de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos municípios associados;</p> <p>VIII – Promover iniciativas para desenvolver ações culturais e educacionais nos municípios associados.</p>
AMULBI	<p>Perseguir a execução do plano regional de desenvolvimento da abrangência da Hidrelétrica de Itá e suas atualizações denominado Diretrizes de desenvolvimento Regional dos Municípios Limítrofes ao lago de Itá, que compreende a intercooperação das partes no sentido de promover o desenvolvimento socioeconômico, urbano, rural, ambiental, cultural, esportivo e turístico dos municípios membros. E contribuir para a promoção do desenvolvimento dos municípios abrangidos pelo reservatório de Itá.</p>
AMBASP	<p>Artigo 2º Ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica nas seguintes áreas:</p> <p>a) Relacionadas as suas atividades meio, devendo:</p> <p>I. Estudar a administração municipal da microrregião e assessorar nas atividades de reforma administrativa por meio da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase especial ao treinamento, capacitação e aperfeiçoamento técnico dos servidores municipais.</p> <p>II. Propugnar pela adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos municípios associados;</p> <p>III. Viabilizar estudos referentes a matéria orçamentária e financeira de interesse dos municípios associados.</p> <p>IV. cooperar na realização de concursos públicos, processos seletivos simplificados e demais processos de seleção que envolvam a contratação de pessoal na administração pública dos municípios associados.</p> <p>V. Assessorar na elaboração de plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, código de obras e demais normas afetas</p>

	<p>ao direito urbanístico, bem como no ordenamento do sistema de iluminação pública.</p> <p>VI. Colaborar com a assessoria de comunicação dos municípios no envio de atos normativos de interesse comum, na elaboração de informativos descrevendo os acontecimentos e ações nos municípios associados</p> <p>VII. Desenvolvimento de peças publicitárias com conteúdo de interesse comum aos municípios associados.</p> <p>VIII. Elaborar projetos e planos afetos a segurança do trabalho na administração pública.</p> <p>IX. Coordenar ações para:</p> <p>a) apoiar, na microrregião, os sistemas nacional e estadual de planejamento.</p> <p>b) institucionalizar o planejamento aos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente, efetivando a promoção do desenvolvimento e da busca da qualidade de vida da população.</p> <p>c) a elaboração e a implantação de planos municipais e microrregionais de desenvolvimento</p> <p>Assessor os municípios na captação de recursos públicos junto aos governos federal e estadual.</p> <p>B) Relacionadas as atividades-fim, devendo:</p> <p>1. estimular a conservação e o bom uso dos recursos naturais renováveis em cooperação com as entidades ligadas ao setor, bem como auxiliar na elaboração de projetos e licenças ambientais.</p> <p>2. cooperar na elaboração e execução de planos, programas e projetos técnicos de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo relacionadas com:</p> <p>a) educação, saúde pública, assistência social e habitação;</p> <p>b) praças e vias públicas urbanas, revitalizações de áreas urbanas, loteamentos públicos, estradas municipais e vicinais.</p> <p>c) iluminação pública</p> <p>d) saneamento básico</p> <p>e) outros projetos e obras no interesse dos municípios</p> <p>3. promover estudos e executar atividades nas áreas de topografia, geoprocessamento e georreferenciamento.</p> <p>4. cadastro urbano;</p> <p>5. promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social das populações rurais e urbanas na microrregião.</p> <p>6. disponibilizar máquinas, tratores e demais equipamentos de propriedade ou sob a responsabilidade da AMBASP aos municípios associados.</p> <p>II. Promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando:</p> <p>a) Estabelecer ações com vistas aos interesses dos municípios da microrregião</p>
--	--

	<p>b) Promover, nos municípios associados adoção de estímulos econômicos e de outras ordem, para o desenvolvimento da microrregião, com o aproveitamento de seus recursos naturais e geração de empregos.</p> <p>c) Divulgar na microrregião, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos municípios.</p> <p>d) Conjugar recursos técnicos e financeiros da união, estado e municípios associados, mediante acordos, convênios ou contratos par a solução de problemas socioeconômicos comuns.</p> <p>e) Estimular e promover o intercâmbio administrativo e técnico no plano intermunicipal integrado dos municípios associados com vistas no estabelecimento de padronização no serviço público, elevação da qualidade e obtenção da eficiência.</p> <p>f) Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da microrregião, que indiquem prioridades para os investimentos públicos.</p> <p>g) Defender os interesses econômicos e sociais da microrregião.</p> <p>.</p>
AMAG	<p>O objetivo primeiro é o fortalecimento do espírito associativista municipal e o progresso da Microrregião do Circuito das Águas, situada no Sul de Minas Gerais, com a finalidade de realizar a gestão associada de serviços públicos de iluminação pública, serviços de planejamento, fiscalização e regulação nas áreas de gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos, planejamento urbano, segurança alimentar, educação, habitação de interesse social, infraestrutura urbana, cultura e mobilidade urbana e compras compartilhadas para saúde e educação, visando a melhoria da qualidade de vida da população, visando a promoção de desenvolvimento econômico sustentável da região do circuito das águas.</p>
AMEG	<p>I - AMPLIAR E FORTALECER AS CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS, PRESTANDO-LHES ASSISTÊNCIA TÉCNICA RELACIONADA COM:</p> <p>A - as atividades-meio de suas prefeituras, devendo:</p> <p>1 - estudar a administração municipal na microrregião e promover a reforma administrativa através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores municipais;</p> <p>2 - estudar e sugerir a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos municípios associados;</p>

	<p>3 - assessorar e cooperar com as câmaras de vereadores dos municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria das administrações municipais;</p> <p>4 - defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da microrregião;</p> <p>5 - promover nos municípios associados, adoção de estímulos econômicos e de outra ordem, para industrialização da microrregião, com aproveitamento de seus recursos naturais, matérias primas e mãos-de-obra disponíveis;</p> <p>6 - elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando institucionalizar a continuidade administrativa nos municípios participantes, sobrepondo-a a temporariedade dos mandatos executivos;</p> <p>7 - coordenar medidas para:</p> <p>a - apoiar, na microrregião, os Sistemas Nacional e Estadual de Planejamento;</p> <p>b - institucionalizar o planejamento aos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente, objetivando a promoção do desenvolvimento regional;</p> <p>c - a elaboração e implantação de planos municipais e microrregionais de desenvolvimento.</p> <p>B - As atividades-fim de suas prefeituras, devendo:</p> <p>1 - estimular a conservação e o bom uso dos recursos naturais renováveis;</p> <p>2 - estudar, propor e executar medidas visando ao incremento da produção agropecuária e industrial;</p> <p>3 - assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com: engenharia de segurança;</p> <p>b - serviços urbanos, rurais e obras públicas, com a utilização de máquinas e equipamentos próprios, alugados ou cedidos por terceiros, através de convênios ou contratos;</p> <p>c - transportes, comunicações, eletrificação, saneamento básico e urbanismo.</p> <p>4 - incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transporte e comunicação na microrregião;</p> <p>5 - promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social das populações rurais na microrregião;</p> <p>II - PROMOVER O ESTABELECIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E INTERGOVERNAMENTAL, VISANDO:</p> <p>A - divulgar na microrregião as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos municípios;</p> <p>B - conjugar recursos técnicos e financeiros da União, Estado e municípios associados, mediante acordos, convênios ou</p>
--	--

<p>contratos, para solução de problemas socioeconômicos comuns;</p> <p>C - estimular e promover o intercâmbio administrativo e técnico no plano intermunicipal integrado;</p> <p>D - reivindicar a descentralização dos serviços públicos federais e estaduais, notadamente os de educação e saúde pública;</p> <p>E - elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da microrregião, que indiquem prioridades para atendimento pelos poderes públicos;</p> <p>F - defender os interesses econômicos e sociais da microrregião.</p> <p>III – ATUAR DE FORMA COMPLEMENTAR NAS SEGUINTEs ÁREAS:</p> <p>a) Defesa Civil, informação e inteligência;</p> <p>b) Cooperação Internacional;</p> <p>c) Assistência ao Idoso, assistência ao portador de deficiência, assistência à criança e ao adolescente e assistência comunitária;</p> <p>d) Ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação especial e educação básica;</p> <p>e) Patrimônio histórico, artístico, arqueológico e difusão cultural;</p> <p>f) Custódia e reintegração social, direitos individuais, coletivos e difusos e assistência aos povos indígenas;</p> <p>g) Infraestrutura urbana, serviços urbanos, transportes coletivos urbanos;</p> <p>h) Habitação rural e habitação urbana;</p> <p>i) Saneamento básico rural e saneamento básico urbano;</p> <p>j) Preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia;</p> <p>l) Desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e engenharia, difusão do conhecimento científico e tecnológico;</p> <p>m) Promoção da produção vegetal, promoção da produção animal, defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal, abastecimento, extensão rural e irrigação;</p> <p>n) Promoção industrial, produção industrial, mineração, propriedade Industrial, normalização e qualidade;</p> <p>o) Promoção comercial, comercialização, comércio exterior; serviços financeiros e turismo;</p> <p>p) Conservação de energia, energia elétrica, combustíveis minerais, e biocombustíveis;</p> <p>q) Transporte rodoviário, transporte ferroviário, transporte hidroviário, e transportes especiais;</p> <p>r) Desporto de rendimento, desporto comunitário e lazer;</p> <p>s) Castração de cães e gatos, vacinação, consultas e a prestação de informações à população sobre posse responsável e cuidados com a saúde dos animais;</p>
--

AMPLASC	<p>Ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica relacionada com:</p> <p>I – Atividade-meio das prefeituras:</p> <p>a) Estudar a administração municipal na região do Planalto Sul do Estado de Santa Catarina e promover a modernização administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase especial aos serviços técnico-administrativos, fazendários, treinamentos e aperfeiçoamento dos servidores municipais.</p> <p>b) Estudar e sugerir a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a uniformização nos municípios associados.</p> <p>c) Cooperar, assessorar e participar com as câmaras de vereadores dos municípios associados, na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria das administrações municipais, inclusive na elaboração, implantação e revisão das leis orgânicas dos municípios associados.</p> <p>d) Reivindicar e defender os interesses das administrações municipais dos municípios associados, no âmbito dos municípios, do Estado e da União.</p> <p>e) Propor e colaborar com os municípios associados, na adoção de incentivos fiscais e outros meios para o desenvolvimento comercial, industrial, prestador de serviços e agropecuária da região do Planalto Sul de Santa Catarina, no aproveitamento de seus recursos naturais, materiais e mão de obra disponível, além de fomentar políticas que alcancem o interesse de investimentos de outras regiões e outros estados.</p> <p>f) Elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais, compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando institucionalizar a continuidade administrativa dos municípios associados, sobrepondo-a à temporalidade dos mandatos executivos.</p> <p>g) Coordenar medidas para a implantação do planejamento local integrado da região do Planalto Sul de Santa Catarina.</p> <p>h) Participar de convênios e contratos para o financiamento de estudos, planos e projetos de interesses de seus associados.</p> <p>II – Atividades fim das prefeituras:</p> <p>a) Criar e estimular políticas de conservação e bom uso dos recursos naturais renováveis, notadamente as relacionadas com conservação de mananciais d'água, da fauna, do florestamento e reflorestamento dos municípios associados.</p>
---------	--

	<p>b) Estudar, propor e executar medidas, visando o incremento da produção primária, secundária, e terciária dos municípios associados.</p> <p>c) Promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social das populações rurais da região do Planalto Sul Catarinense.</p> <p>d) Assessorar, executar e elaborar, dentro das possibilidades técnicas e funcionais, planos, programas e projetos relacionados com:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Educação, cultura, saúde pública, assistência e promoção social, habitação e urbanismo. 2) Serviços e obras públicas e saneamento básico. 3) Administração, tributação, finanças e informática. <p>2º Promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intragovernamental, visando:</p> <p>I – Localizar e divulgar na região Planalto Sul Catarinense as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos municípios associados.</p> <p>II – Gestionar e conjugar recursos técnicos e financeiros dos municípios, Estado e União, mediante acordos, convênios ou contratos, para solução de problemas sócios-econômicos comuns.</p> <p>III – Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados.</p> <p>IV – Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo, a nível intermunicipal, estadual e federal.</p> <p>V – Elaborar e propor estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos, sobre os problemas e potencialidades da região Planalto Sul Catarinense, que indiquem prioridades para atendimento pelos poderes públicos.</p>
AMVAP	<p>I – ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira dos municípios, prestando-lhes assistência e encarregando-se de contribuir com o seu desenvolvimento institucional, devendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos municípios associados, através do planejamento institucional, e apoiar os municípios na execução dos seus trabalhos de reorganização administrativa; b) estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos municípios associados; c) assessorar e cooperar com as câmaras de vereadores dos municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento das administrações municipais; d) estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais de forma sustentável;

	<p>e) estudar, propor e executar medidas visando ao incremento das atividades da produção agropecuária e industrial;</p> <p>f) prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, cultura, esporte, turismo, lazer, abastecimento, transportes, comunicações, eletrificação, energia, segurança e meio ambiente;</p> <p>g) incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na microrregião;</p> <p>h) promover iniciativas para elevar as condições de bem estar nas populações urbanas e rurais da microrregião;</p> <p>II – promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando:</p> <p>a) a institucionalização de planejamento nos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente para a promoção do desenvolvimento;</p> <p>b) a elaboração e implantação de programas de desenvolvimento consoantes com a política estadual e federal;</p> <p>c) desenvolver políticas, programas e projetos voltados ao pequeno empresário urbano ou rural, prestando-lhe assistência técnica, capacitação, orientação de mercados e acompanhando-o em seu desenvolvimento econômico e social.</p> <p>Art. 5º. A Associação atuará, também, mediante a cooperação técnica e financeira do Governo do Estado de Minas Gerais, através de seus órgãos, e prestará cooperação aos organismos congêneres.</p>
AMVE	<p>I – Ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica relacionada com:</p> <p>a) nas atividades meios de suas prefeituras:</p> <p>1 – Auxiliar a administração municipal da região, a promover a reforma administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase especial aos serviços fazendários e ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores municipais;</p> <p>2 – Promover a discussão à legislação tributária, de pessoal, lei orgânica e outras leis básicas municipais, visando sua uniformização nos municípios associados;</p> <p>3 – Assessorar e cooperar com as câmaras de vereadores dos municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para melhoria das administrações municipais;</p>

	<p>4 – Defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da microrregião, junto às demais esferas de governo, bem como frente a sociedade;</p> <p>5 – Assessorar os municípios associados, na adoção de políticas econômicas, fiscais e de outra ordem para o desenvolvimento do setor industrial, comercial e de serviços da microrregião, com o aproveitamento de seus recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponíveis;</p> <p>6 – Estimular e incentivar a elaboração de um plano administrativo a partir dos planos plurianuais municipais, compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando institucionalizar a continuidade administrativa nos municípios participantes, sobrepondo-a a temporiedade dos mandatos executivos;</p> <p>7 – Coordenar medidas para a implantação do planejamento local integrado na microrregião e na região metropolitana.</p> <p>8 – Participar de convênios e contratos para o financiamento de estudos, planos, projetos e programas de interesse de seus associados.</p> <p>b) nas atividades fins de suas prefeituras:</p> <p>1 – Estimular a conservação e o bom uso dos recursos naturais renováveis;</p> <p>2 – Auxiliar e estimular a discussão, junto aos municípios associados, de medidas visando o incremento da produção agropecuária, industrial e do desenvolvimento do setor de serviços;</p> <p>3 – Assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com:</p> <p>a) educação, saúde pública, assistência social e habitação;</p> <p>b) serviços urbanos, obras públicas e outros;</p> <p>c) transportes, comunicações, eletrificação e saneamento básico.</p> <p>4 – Incentivar e auxiliar no estabelecimento de um sistema intermunicipal</p> <p>4 – Incentivar e auxiliar no estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na microrregião e na região metropolitana.</p> <p>5 – Promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social das populações rurais da microrregião e na região metropolitana.</p> <p>II – Promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando:</p> <p>1 - Divulgar na microrregião e na região metropolitana, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira dos municípios;</p> <p>2 - Conjugar recurso técnicos e financeiros da União, Estado e municípios associados, mediante acordos ou contratos intermunicipais para solução de problemas socioeconômicos comuns;</p>
--	---

	<p>3 - Estimular e auxiliar na organização de fóruns de secretários municipais, nas diversas áreas de atuação dos municípios, visando ações integradas;</p> <p>4 - Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, garantindo aos municípios recursos para a prestação destes serviços;</p> <p>5 - Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo no plano intermunicipal integrado;</p> <p>6 - Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da microrregião que indiquem prioridades para atendimentos pelos poderes públicos;</p> <p>7 - Defender e reivindicar os interesses econômicos e sociais da microrregião.</p>
LINDEIROS	<p>a) Contribuir para promoção ao desenvolvimento dos municípios abrangidos pelo reservatório de Itaipu no aspecto:</p> <p>b) Fortalecer o caráter institucional do CONSELHO perante as entidades governamentais e instituições de crédito e financiamento, inclusive internacionais.</p> <p>c) Viabilizar e dar prioridade à execução de obras e serviços de interesse comum.</p> <p>d) Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento da região.</p> <p>e) Coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional, estadual e federal.</p> <p>f) Exercer atividades direcionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental dos municípios integrantes, por meio de programas, projetos e parcerias realizadas com instituições públicas e privadas.</p> <p>g) Fornecer acesso às fontes de cultura, promovendo e estimulando a produção cultural e artística na região lindeira, com a valorização dos recursos humanos e conteúdos locais.</p> <p>h) Auxiliar na definição, implantação e compatibilização da legislação básica de uso e ocupação do solo urbano e rural dos municípios membros e de gestão pública.</p> <p>i) Fortalecer a integração dos municípios lindeiros e a ITAIPU BINACIONAL, por meio de convênios e outras ações desenvolvidas em parceria entre Conselho, os municípios lindeiros e a Itaipu.</p> <p>Parágrafo Primeiro – A realização dos trabalhos obedecerá a uma programação de atividades previamente aprovada pelo CONSELHO e contará com a colaboração técnica e financeira de todos os participantes do CONSELHO.</p> <p>Parágrafo Segundo – Para alcançar as finalidades descritas nos incisos do presente artigo, o CONSELHO poderá firmar termo de parceria/convênio com organizações, empresas e/ou entidades não governamentais, públicas ou privadas, com ou sem o repasse de recursos, respeitando o Regulamento de Compras do Conselho.</p> <p>Parágrafo Terceiro - Os convênios de que trata o parágrafo anterior poderão autorizar o CONSELHO a executar obras</p>

	e/ou programas de carácter local e regional, em parceria com os municípios e outros órgãos/entidades da administração pública federal, estadual e municipal.
--	--

APÊNDICE D – Principais Parceiros e Ações Realizadas pelas Organizações

Sigla	Principais parceiros no desenvolvimento de ações	Principais Convênios /Ações
AMAUC	FECAM (Federação de Consórcios, Associações de Santa Catarina), CNM (Confederação Nacional de Municípios)	Oferece assessoria técnica e presta serviços: -Assessoria contábil e controle interno - Engenharia, arquitetura e topografia - Informática - Serviço social - Processos seletivos e concursos públicos.
ALAGO	Furnas Centrais Elétricas; Copasa, SEBRAE, Governo Federal e Estadual	- Educar para Preservar - Nascentes de Furnas - Saneamento Básico Ambiental (principal atividade) - Turismo Focado no desenvolvimento de políticas públicas para melhorar a região.
AMULBI	Consórcio Itá – Gerencia a Usina de Itá; Engie Energia – Opera a Usina de Itá; SEBRAE Cooperativas de Crédito	Não possui ação contínua, pois está sendo reestruturada, estava inativa. - Articulação política para o desenvolvimento - Articulação para o Turismo Integrado Regional – Rotas Turísticas - Articulação para o desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas, e artesanato - Busca de soluções conjuntas
AMBASP	Furnas Centrais Elétricas; Corpo de Bombeiros; Governo do Estado e Federal.	- Assessoria contábil, financeira e orçamentária além de licitação - Realiza os concursos públicos dos associados - Desenvolve projetos de obras públicas, urbanismo com assessoramento na execução - Conservação de estradas através da patrulha de máquinas pesadas - Oferta cursos, palestras e eventos - Assessoria ambiental em resíduos sólidos.
AMAG	Governo Federal Governo estadual Furnas Centrais Elétricas	- Serviços de engenharia e urbanismo - Serviços de assessoria jurídica e direito administrativo - Oferta cursos, capacitações e eventos em diversas áreas.
AMEG	Governo do Estado; SENAC, SEBRAE, Furnas Centrais Elétricas.	- PDR – Plano de Desenvolvimento Regional - Patrulha Motomecanizada – estradas, rede de esgoto, reflorestamento, etc. - Engenharia – topografia, projetos, processos licitatórios, convênios, etc. - Departamento Jurídico – pareceres, e auxílio aos municípios associados - Licitações conjuntas - Pós graduação em Gestão Pública em parceria com o SENAC - Jogos regionais - Oferta cursos e eventos para a região - Mobilização de políticas públicas - Auxilia na elaboração dos planos diretores e, ou, na sua atualização - Programa Líder – parceria com o SEBRAE. - Castra móvel
AMPLASC	Fecam; Governo Estadual	- Realiza processos seletivos e concursos - Sistema de Licenciamento Ambiental on-line.

	Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha com colegiados (5 ativos) - Promove o cicloturismo da região - Programa de resíduos sólidos - Possui engenheiros ambientais e civil - Possui médicos que atendem pela Associação. - Desenvolve ações de turismo - Promove capacitações, palestras e cursos ligados aos colegiados
AMVAP	CNM; Governo do Estado Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria jurídica (licitações, pareceres - Cursos de capacitação (licitações, patrimônio, pessoal, controle interno, gestão de contratos) - Palestras nas áreas de educação, assistência social, pessoal; - Engenharia Civil – Elaboração e acompanhamento de obras públicas - Engenharia de Agrimensura – topografia, projetos urbanos, sistema de saneamento, projetos de loteamento. - Realiza o acompanhamento das obras. - Trabalha com dois conselhos ativos o de Educação e o de Assistência Social
AMVE	Consórcio de Saúde do Médio Vale do Itajaí; Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí; Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí; Governo estadual Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha com colegiados (são 15 ao todo, compreendendo as áreas de maior atuação da entidade) - Realiza capacitações, cursos, palestras e assessoria técnica ligadas as áreas dos colegiados. - Assessoria Jurídica; - Assessoria e elaboração de projetos urbanísticos e de engenharia, com elaboração, execução e acompanhamento.
LINDEIROS	Itaipu Binacional, Caixa Econômica, Sicredi, Governo do Estado do Paraná; UNIOESTE; Adetur; AMUSUH	<ul style="list-style-type: none"> - Convênio com Itaipu Binacional – Gestão Ambiental - Realiza capacitações, palestras e eventos de interesse comum. - Apoia e assessora a ADETUR – Agência de Desenvolvimento do Turismo Regional; - Apoia e é membro da AMUSUH; - Desenvolve o PGR – Programa de Governança Regional - Trabalha com redes de cooperação técnicas ligadas ao PGR; - Realiza a Gincana Jovens Lindeiros Ligados à Vida - Realiza o Mais Verão – evento esportivo durante a temporada de verão. - Protagonista em mobilização junto aos governos estaduais e federais para melhoria e busca de investimentos regionais.

APÊNDICE E – CONTATOS DAS ORGANIZAÇÕES

Sigla	Site	e-mail
AMAUC	https://www.amauc.org.br/	secretaria@amauc.org.br
ALAGO	https://alago.org.br	alago@alago.org.br
AMULBI	Não tem site	nadir@escritoriobasso.com.br
AMBASP	https://ambasp.org.br/	ambasp@ambasp.org.br
AMAG	https://www.amag.org.br/	administrativo@amag-mg.org.br
AMEG	http://www.ameg.mg.gov.br/ / www.ameg.org.br	ameg@ameg.org.br
AMPLASC	http://amplasc.org.br/	amplasc@amplasc.org.br
AMVAP	https://www.amvapmg.org.br	amvap@amvapmg.org.br
AMVE	https://www.amve.org.br e www.ammvi.org.br	amve@amve.org.br
LINDEIROS	www.lindeiros.org.br	conselho@lindeiros.org.br
COMLAGO	https://www.facebook.com/COMLAGO-142567762493220/	c.santosfiscal@yahoo.com.br
COMPART	www.compart.org.br (não possui informações)	consorcio.compart@hotmail.com